

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

COLEGIADO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)

Bacharelado em Arqueologia

Pelotas, Julho de 2024

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)

Bacharelado em Arqueologia

REDAÇÃO DO PROJETO

Cláudio Baptista Carle (coordenação do colegiado)

Gustavo Peretti Wagner

Loredana Marise Ricardo Ribeiro

Lucio Menezes Ferreira

Rafael Corteletti

Rafael Guedes Milheira

SUMÁRIO

I - PROPOSTA PEDAGÓGICA 5
1. CONTEXTUALIZAÇÃO 5
1.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS 5
1.1.1. Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel 5
QUADRO 1: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL 5
1.1.2. Histórico e Contexto da Universidade Federal de Pelotas 6
1.2. CURSO DE BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA 10
1.2.1. Dados de Identificação do Curso 10
QUADRO 2: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO 10
1.2.2. Histórico e Contexto do Curso de Arqueologia 11
1.2.3. Legislação considerada no PPC 14
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 18
2.1. PRESSUPOSTOS E ESTRUTURA DO PPC 18
2.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 18
2.3. CONCEPÇÃO DO CURSO 19
2.4. JUSTIFICATIVA DO CURSO 21
2.5. OBJETIVOS DO CURSO 21
2.6. PERFIL DO EGRESSO 22
2.7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES 23
3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 24
3.1. ESTRUTURA CURRICULAR 24
3.2. TABELA SÍNTESE – ESTRUTURA CURRICULAR 30
TABELA 1: TABELA SÍNTESE PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR 30
3.3. MATRIZ CURRICULAR 31
QUADRO 3: MATRIZ CURRICULAR 31
3.4. FLUXOGRAMA DO CURSO 36
3.5. COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS 37

QUADRO 4: QUADRO DE COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS 37
3.6. ESTÁGIOS 38
3.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) 42
3.8. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR 43
QUADRO 5: ATRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES 44
3.9. FORMAÇÃO EM EXTENSÃO 45
TABELA 2: TABELA SÍNTESE DA FORMAÇÃO EM EXTENSÃO 46
3.10. CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES 46
QUADRO 6: CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS 48
QUADRO 7: CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS 79
4. METODOLOGIAS DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO 105
4.1. METODOLOGIAS, RECURSOS E MATERIAIS DIDÁTICOS 105
4.2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM 105
4.3. APOIO AO DISCENTE 107
5. GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.. 108
5.1. COLEGIADO DE CURSO 109
5.2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE 110
5.3. AVALIAÇÃO DO CURSO E DO CURRÍCULO 113
6. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS 113
7. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 113
8. INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS E COM A PÓS-GRADUAÇÃO 114
9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM 115
II - QUADRO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 117
III - INFRAESTRUTURA 117
REFERÊNCIAS 121

I - PROPOSTA PEDAGÓGICA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

1.1.1. Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel

QUADRO 1: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL

Mantenedora: Ministério da Educação		
IES: **Universidade Federal de Pelotas – UFPel**		
Natureza Jurídica: Fundação de Direito Público - Federal	CNPJ/MF: 92.242080/0001- 00	
Endereço: Rua Gomes Carneiro, 1 – Centro, CEP 96010-610, Pelotas, RS – Brasil	Fone: +55 53 3921.1024 Site: www.ufpel.edu.br e-mail: reitor@ufpel.edu.br	
Ato Regulatório: Credenciamento/ Decreto Nº documento: 49529 Data de Publicação: 13/12/1960	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Recredenciamento Decreto Nº documento: 484 Data de Publicação: 22/05/2018	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Credenciamento EAD Portaria Nº documento: 1.265 Data de Publicação: 29/09/2017	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
CI – Conceito Institucional:	4	2017
CI – EAD - Conceito Institucional EAD:	3	2013
IGC – índice Geral de Cursos:	4	2017
IGC Contínuo:	3, 5050	2017
Reitor: **Pedro Rodrigues Curi Hallal**	Gestão 2017-2020	

1.1.2. Histórico e Contexto da Universidade Federal de Pelotas

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) foi criada pelo Decreto-Lei nº 750, de 8 de agosto de 1969 e a sua natureza social foi anunciada em Estatuto. Sua história remonta à Universidade Rural do Sul (URS) que foi federalizada em 1967, pelo decreto nº 60.731. Nesta ocasião a Universidade foi transferida para o Ministério da Educação e Cultura e passou a denominar-se Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS). Em 8 de agosto de 1969, foi assinado o decreto que transformou a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul em Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Segundo seu Estatuto, trata-se de uma Fundação de Direito Público, dotada de personalidade jurídica como órgão da Administração Federal Indireta, com autonomia financeira, administrativa, didático-científica e disciplinar, de duração ilimitada, com sede e foro jurídico no município de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, regendo-se pela legislação federal do ensino, pelas demais leis que lhe forem atinentes, pelo Estatuto da Fundação e pelo Regimento Geral.

Em 1991, a comunidade universitária, formada por estudantes, professoras/es e técnico-administrativos/as em educação, produziu o primeiro Projeto Pedagógico da UFPel. Este foi atualizado em 2003 e está disponível no seguinte endereço eletrônico: https://wp.ufpel.edu.br/pdi/ppi-projeto-pedagogico-institucional/. A partir do PPI, em 2015, foi constituído o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UFPEL. O PDI explicita os compromissos coletivos e os esforços a serem feitos para, continuamente, aproximar a Universidade existente daquela prevista em seu Projeto Pedagógico (PDI 2015).

A UFPel tem como missão: promover a formação integral e permanente da/o profissional, construindo o conhecimento e a cultura, comprometidas/os com os valores da vida com a construção e o progresso da sociedade. Sua visão institucional prevê o reconhecimento como Universidade de referência pelo comprometimento com a formação inovadora e empreendedora capaz de prestar à sociedade serviços de qualidade, com dinamismo e criatividade.

A missão da Universidade será cumprida mediante o desenvolvimento simultâneo e indissociável das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com qualidade socialmente referenciada. A UFPel ainda segundo seu Estatuto (1969), tem como objetivo fundamental,

a educação, o ensino, a pesquisa, a extensão e a formação profissional e pós-graduada em nível universitário, assim como o desenvolvimento científico, tecnológico, filosófico e artístico e a busca de inovação tecnológica, estruturando-se de modo a manter a sua natureza orgânica, social e comunitária:

“a) Como instituição orgânica, assegurando perfeita integração e intercomunicação de seus elementos constitutivos;

b) Como instituição social, pondo-se a serviço do desenvolvimento e das aspirações coletivas;

c) Como instituição comunitária, contribuindo para o estabelecimento de condições de convivência, segundo os princípios de liberdade, justiça e respeito aos direitos e demais valores humanos." (UFPEL, 1969)

O órgão máximo da Universidade, com funções normativa, consultiva e deliberativa, é o Conselho Universitário (CONSUN); as deliberações sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão são da competência do Conselho Coordenador do Ensino, Pesquisa e Extensão (COCEPE), com funções consultiva, normativa e deliberativa; e o órgão fiscalizador da gestão econômica financeira é o Conselho Diretor da Fundação (CONDIR).

Sua estrutura organizacional também envolve as seguintes Pró-Reitorias: Pró- Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Pró-Reitoria de Gestão da Informação e Comunicação, Pró-Reitoria Administrativa, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. Há, ainda, as seguintes comissões: Comissão de Ética (CE), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares (CPPAD) e CIS – Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos/as Servidores/as Técnico Administrativos/as (CIS).

As atividades que acontecem durante o ano letivo são apresentadas anualmente pelo calendário acadêmico da Instituição.

Existem diferentes modalidades de ingresso na UFPel:

- Pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação, por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos/as participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);

- Na UFPel, o Vestibular é a forma de ingresso nos cursos à distância, que são

vinculados à Coordenação de Programas de Educação a Distância (CPED);

- Pelo Programa de Avaliação da Vida Escolar (PAVE), modalidade alternativa de seleção para os cursos de graduação, constituindo-se em um processo gradual e sistemático, que acontece ao longo do Ensino Médio (E. M.), alicerçado na integração entre a educação básica e a superior, visando a melhoria da qualidade do ensino. Cabe destacar que, a partir de 2017, a fixação do número de vagas para o PAVE é de até 20% do total disponível em cada curso oferecido pela UFPel.

Além disso, a Resolução nº 15/2015, aprovada pelo Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE) da UFPel criou dez vagas especiais, voltadas para estudantes provenientes de comunidades indígenas e quilombolas. A criação de vagas específicas para quilombolas e indígenas está amparada pela lei 12.711 e pelo decreto 7824, ambos de 2012, que permitem e incentivam os novos espaços de acesso para grupos cuja possibilidade de ingresso na universidade é dificultada por diversas condições sociais e culturais.

O Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão – COCEPE, através da Resolução 05/2016, estabeleceu critérios e procedimentos de seleção para ingresso em cursos de graduação da UFPel nas modalidades Reopção, Reingresso, Transferência e Portador de Diploma de Ensino Superior.

Atualmente, a UFPel oferece 98 cursos presenciais de graduação e 41 programas de pós-graduação. Além dos cursos presenciais, a UFPel participa do programa do governo federal “Universidade Aberta do Brasil (UAB)”, promovendo a modalidade de ensino de educação à distância, o que possibilita o acesso à educação superior a um público ainda maior.

A comunidade universitária é formada por 1313 docentes e 1364 técnicas/os administrativas/os, o que contribuiu para que sejam atendidos mais de 18.000 estudantes, formadas/os, 350 grupos de pesquisas certificados pelo CNPq, 5.037 projetos de pesquisa e 585 bolsistas cadastrados na instituição.

Pelotas é a maior cidade da Região Sul do Rio Grande do Sul - RS, e a terceira do estado do RS em termos populacionais. A mencionada região é composta por 23 municípios, sendo estes: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu. De acordo com o Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria - ITEPA (2014), essa região também possui aproximadamente 900.000 habitantes.

A Região Sul é banhada pelo Oceano Atlântico e por rios e lagoas. Tem clima temperado e faz parte do bioma pampa, caracterizado por campos e planícies. Pelotas situa- se às margens do Canal São Gonçalo, que faz a ligação entre a Lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim. Está a 260 km de Porto Alegre, capital do estado, a 802 km de Buenos Aries capital da República Argentina e a 620 km de Montevidéu, capital da República Oriental do Uruguai. Conforme o plano diretor vigente no município (2008), a área urbana de Pelotas está dividida em sete regiões administrativas urbanas e nove distritos rurais.

Segundo a EMATER, na região de Pelotas predomina a cultura do arroz irrigado, seguido da pecuária de corte, leite, ovinocultura, fruticultura, atividade pesqueira e hortigranjeiros. Também se destacam as culturas de milho, feijão, fumo, a industrialização das frutas e a atuação das cooperativas de lacticínios. Cerca de 90% da área de pomares do estado estão situados na região, com destaque para a produção de pêssego destinado à indústria. Na produção agrícola, além do arroz, o fumo e a cebola constituem produtos importantes. Na produção animal, a região se distingue com o rebanho de bovinos, equinos, ovinos e caprinos. A região também produz 14% da lã do Estado.

Na indústria há os setores de agronegócios, têxtil, curtimento de couro, panificação, vestuário, moveleiro e calçadista. Reflorestamento para produção de papel e celulose apresenta-se como uma atividade econômica emergente na região. Ademais, o município é grande centro comercial e de serviços.

Na área da educação, o município conta com cinco instituições de ensino superior: Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL), Anhanguera Educacional e Faculdade de Tecnologia Senac-RS. Também possui três escolas técnicas: Escola Técnica Estadual João XXIII, Escola Técnica Estadual Professora Sylvia Mello e o Conjunto Agrotécnico Visconte da Graça (CAVG), chamado de Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Visconde da Graça, vinculado ao IFSUL (antigo CEFET-RS).

Segundo dados do IBGE, em 2015 eram 12.208 estudantes matriculadas/os no ensino médio em Pelotas. Em todo o estado do Rio Grande do Sul são mais de 384.939 matrículas no ensino médio. Para além deste potencial de estudantes que concluem o ensino médio na cidade ou no estado do Rio Grande do Sul, potenciais candidatas/os a ingressar nos diferentes cursos da UFPel, salienta-se que esse universo é bem maior, pois a universidade recebe estudantes de todo país e também do exterior, devido à amplitude das modalidades de ingresso na Instituição.

1.2. CURSO DE BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

1.2.1. Dados de Identificação do Curso

QUADRO 2: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

<table>
<tr><td colspan="2">Curso: Bacharelado em Arqueologia
Código: Classificação de Cursos de Graduação da CINE – 0222A01</td></tr>
<tr><td colspan="2">Unidade: Instituto de Ciências Humanas ICH – UFPel</td></tr>
<tr><td>Endereço:
R. Cel. Alberto Rosa, 154 -.Centro,
Pelotas - RS, 96010-770</td><td>Fone: + 55 53 3284.5523
Site:https://wp.ufpel.edu.br/ich/
e-mail:
secretariaich@gmail.com</td></tr>
<tr><td>Diretor/a da Unidade: Prof. Dr. Sebastião Peres
Vice-Diretora: Andréa Lacerda Bachettini</td><td>Gestão:
2018-
2022</td></tr>
<tr><td>Coordenador/a do Colegiado:
Gustavo Peretti Wagner</td><td>Gestão:
2019-
2021</td></tr>
<tr><td>Número de Vagas do Curso: 28</td><td>Modalidade: presencial</td></tr>
<tr><td>Regime Acadêmico: semestral</td><td>Carga Horária Total: 2.535 horas</td></tr>
<tr><td>Turno de Funcionamento: noturno</td><td>Tempo de Integralização: Mínimo:
08 semestres
Máximo: 14 semestres</td></tr>
<tr><td colspan="2">Titulação Conferida: Bacharel em Arqueologia</td></tr>
<tr><td colspan="2">Ato de autorização do curso:
Parecer favorável do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE) no dia 07 de Novembro de 2019 (processo UFPel 23110.041384/2019-97 – COCEPE 0773835).
Parecer favorável do Conselho Universitério (CONSUN) no dia 08 de Novembro de 2019 (processo UFPel 23110.041384/2019-97 – CONSUN 0777928)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Formas de ingresso: SISU, PAVE, reopção, reingresso, transferência de outros cursos, portadores de diploma, bem como abertura de vagas específicas às ações afirmativas.</td></tr>
</table>

1.2.2. Histórico e Contexto do Curso de Arqueologia

Como já foi dito, a UFPel foi criada em 1969, a partir de experiências anteriores da então Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRGS), quando incorporou cursos institucionalizados naquela universidade, baseados na agricultura e na pecuária da região. Ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000, a UFPel diversificou-se para outras áreas, como as Ciências da Saúde, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Atende a muitas demandas locais, regionais e suprarregionais por meio de cursos de extensão, graduação e pós-graduação. Sua abrangência não incide apenas sobre o extremo sul do Brasil, pois projetou-se, também, para áreas fronteiriças com o Uruguai e a Argentina, dentre outras. Atualmente, sobretudo depois da consolidação do SISU (Sistema de Seleção Unificada), a UFPel vem acolhendo estudantes de várias regiões do Brasil e de outros países, consolidando-se como instituição estratégica, principalmente, no âmbito do MERCOSUL. Tornou-se polo da produção e disseminação de conhecimentos, além de formar profissionais graduadas/os e pós-graduadas/os para o estado do Rio Grande do Sul, de outras regiões do Brasil e de outros países. Sua comunidade universitária de estudantes totaliza, hoje, 22 mil pessoas.

A área de arqueologia tem sido uma das protagonistas nesse processo de produção e difusão de conhecimento, reconhecimento e visibilidade da UFPel. Sua atuação remonta, pelo menos, a 2001, com a fundação, no Instituto de Ciências Humanas (ICH), do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ). O ano de 2008, contudo, representou um marco para a área. Nesse ano foi criado, como já se apontou, o Bacharelado em Antropologia da UFPel, com linhas de formação em antropologia social e cultural, e arqueologia. Desde então, as pesquisas arqueológicas têm se diversificado e incrementado. Elas vêm proporcionando interpretações sobre processos históricos e antropológicos em contextos rurais e urbanos da região. Para tanto, têm considerado as diferentes temporalidades, ações sociais, cosmologias, processos diaspóricos e diversidade cultural regional e para além-fronteiras. Nossos estudos têm apontado tanto para as várias formas de apropriação de espaços e de ações sociais, quanto para os processos diaspóricos, definição de limites, permeabilidade, mobilidade e formas de interação dos coletivos humanos que habitaram e habitam esta região de fronteira.

Outro marco institucional, ou quiçá corolário, de nossos estudos, foi a aprovação, na

CAPES, respectivamente em 2011 e 2015, dos cursos de mestrado e doutorado em antropologia, com área de concentração em arqueologia. O grupo de arqueologia integrou ambas as comissões que elaboraram os APCNs dos cursos de pós-graduação; no caso do doutorado, a comissão compôs-se unicamente por arqueólogas/os. Registre-se, assim, que a criação de um novo Bacharelado em Arqueologia na UFPel seguirá a trajetória de consolidadas redes de pesquisa e de formação de excelência de estudantes nos níveis de graduação e pós-graduação. Tratar-se-á, portanto, de seguir pavimentando o caminho da pesquisa, ensino e extensão em arqueologia, cujos impactos e relações já se fizeram e se fazem sentir em contextos nacionais e internacionais.

Os cursos de graduação e pós-graduação em antropologia da UFPel apoiaram-se institucional e epistemologicamente em tradições há muito existentes nas Américas. Contribuíram e vem contribuindo para um movimento nacional de reaproximação estratégica, oportuna e inovadora dos campos clássicos de uma antropologia de tradição holística. Ocorre que na maioria dos países americanos, como, por exemplo, Canadá, Estados Unidos, México, Peru, Bolívia,Argentina e Uruguai, cursos de antropologia são espaços onde, pelo menos desde meados do século XIX, atuam antropólogas/os sociais e arqueólogas/os, além de linguistas e bioantropólogas/os. No Brasil, contudo, a proposta de nossos cursos de graduação e pós-graduação é fato recente e se insere no espírito de renovação acadêmica. Atualmente, somado ao nosso Bacharelado em Antropologia com linha de formação em arqueologia, há 14 cursos de graduação em arqueologia no país, sendo que 12 deles institucionalizados em universidades federais e estaduais (UFS, FURG, UFPI, UNIR, UFOPA,UFPE, UERJ, UEA, UNEB, UNIVASF, UFMG) e dois em universidades privadas (PUC-GO, UNIMES). Os únicos cursos semelhantes ao nosso Bacharelado da UFPel, que oferecem formação marcadamente antropológica em arqueologia, são a UFMG, em nível de graduação e pós-graduação, e a UFPA, em pós- graduação.

Frise-se, nessa linha, que a criação de um Bacharelado em Arqueologia na UFPel não estabelecerá ruptura na formação antropológica de estudantes. Seguirá fomentando pesquisas, ensino e extensão com interface antropológica, dando continuidade às relações entre arqueologia e antropologia organicamente estabelecidas na UFPel na graduação e pós-graduação. Como se disse anteriormente, a necessidade de um novo Bacharelado em Arqueologia advém da demanda legislativa de regulamentação profissional. A separação da antropologia e da arqueologia em dois bacharelados não significará cisão epistemológica e, tampouco, decréscimo de estudantes, pois a previsão é de 28 vagas anuais, para cada área.

Não redundará, também, em descontinuidade na positiva trajetória institucional de articulação nacional e internacional da área de arqueologia na UFPel. Em ambos os casos, os resultados até aqui auferidos são positivos e estimulantes. A procura de estudantes pela área de arqueologia na UFPel tem sido ampla. Recebemos estudantes de Pelotas e região, obviamente, mas também de outras unidades da Federação, como Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Pará, Mato Grosso do Sul, Goiás, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Temos, ainda, estudantes de outros países, como Venezuela e Uruguai. De outro lado, o grupo da área de arqueologia tem destacada atuação nos demais cursos de graduação e pós-graduação em arqueologia do país -o que pode ser facilmente verificado na Plataforma Lattes do CNPq. Exemplifica esse destaque no cenário nacional o fato de integrantes da área de arqueologia ocuparem postos de liderança na Sociedade de Arqueologia Brasileira, na CAPES e no CNPq. Exemplifica-o, ainda, a mobilidade acadêmica de nossas/os estudantes. Muitas/os egressas/os, devido formação angariada conosco, ingressaram em outros programas de pós-graduação em arqueologia do Brasil.

No que refere à inserção internacional da área – e novamente pode-se constatá-lo na Plataforma Lattes do CNPq –, ela vai além da realização, até hoje, de dois pós-doutorados no estrangeiro (com bolsas CNPq). Espraia-se na atuação do grupo de arqueologia como professores visitantes e colaboradores em programas de pós-graduação em universidades estrangeiras, a exemplo do Afro-Latin American Resarch Institute da Universidade de Harvard, Universidade Estadual de Illinois, Universidade de Rennes II, Universidade de Salamanca, Universidade de Exeter, Universidade Nacional de Trujillo, UDELAR e Universidade de Buenos Aires. Projetos de pesquisa coordenados pelo grupo de arqueologia da UFPel possuem cooperação com colegas da Universidade Estadual de Illinois, do Afro- Latin American Research Institute da Universidade , da Universidade de Exeter, da UDELAR e da Universidade de Buenos Aires. Ainda nessa esteira de internacionalização, desponta-se a colaboração, entre 2009 e 2017, com o departamento de antropologia e arqueologia da Universidade de Buenos Aires, com projeto de pesquisa financiado pela modalidade fortalecimento da pós-graduação CAFP da CAPES. Destaca-se, finalmente, a aprovação de bolsas para pesquisadores visitantes junto ao CNPq, as quais oportunizaram a vinda de estudiosos renomados à UFPel. Os resultados dessas articulações nacionais e internacionais se apresentam no alto número de bolsas IC logradas pelo grupo de arqueologia da UFPel, além de orientações diversas na graduação e pós-graduação. Revelam-se, ainda, no fato de que o grupo de arqueologia possui três bolsistas de produtividade

do CNPq, dois deles com bolsa 1D. Finalmente, notam-se na altaprodução de artigos, livros e capítulos de livros, escritos em português, inglês e espanhol, pelogrupo de arqueologia da UFPel. Parte considerável dessa produção publicou-se em revistas de estrato superior e em capítulos de livros de referência para a área.

1.2.3. Legislação considerada no PPC

BRASIL. Constituição Federal**.** Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. DECRETO Nº 49.529 de 12 de Dezembro de 1960. Cria Universidade Rural do Sul e dá outras providências.

BRASIL. DECRETO Nº 5.051/2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília: Presidência da República, 2003.

BRASIL. DECRETO Nº 6.040/2007. Versa sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República, 2007.

BRASIL. DECRETO Nº 6.944 de 21 de agosto de 2009. Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal, e dá outras providências.

BRASIL. DECRETO Nº 60.731, de 19 de Maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

BRASIL. DECRETO Nº 7.824 de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 750 de 8 de agosto de 1969. Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e dá outras providências.

BRASIL. DECRETO Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 (Acessibilidade).

BRASIL. DECRETO Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (Libras).

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 2 de 18 de junho de 2007 (Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial).

BRASIL. LEI Nº 10.639/2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que

estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003.

BRASIL. LEI Nº 10.861/2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. LEI Nº 11.645/2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº.10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Lei 13.005/2014 – Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília: Presidência da República, 2014.

BRASIL. LEI Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008. 6 p.

BRASIL. LEI Nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

BRASIL. LEI Nº 13.653/ 2018 - Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2018.

BRASIL. LEI Nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. LEI Nº 9.795/1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental. Institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Orientação Normativa Nº 2, de 24 de junho de 2016. Estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

BRASIL. Portaria nº 1.134 de 10 de outubro de 2016. Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

BRASIL. Portaria Normativa nº 18 de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

BRASIL. Resolução 01/2004 - CNE/CP - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e

Africana, 2004. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional da Educação/Conselho Pleno, 2004.

BRASIL. RESOLUÇÃO 01/2012 - CNE/CP - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional da Educação/Conselho Pleno, 2004.

BRASIL. RESOLUÇÃO 02/2012 - CNE/CP- Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional da Educação/Conselho Pleno, 2004.

BRASIL. RESOLUÇÃO 07/2018 - CNE/CES- Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional da Educação/Conselho Pleno.

INSTITUTO TÉCNICO DE PESQUISA E ASSESSORIA. Banco de Dados Zona Sul. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, 2014.

OIT/Organização Internacional do Trabalho. CONVENÇÃO 169 sobre povos indígenas e tribais. Brasília: OIT, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. III Plano Diretor de Pelotas. 2008.

UFPEL. Diretrizes Para Elaboração De Projeto Pedagógico De Curso (PPC) da UFPel. Pelotas, 2019.

UFPEL. Manual de Normas UFPel Para Trabalhos Acadêmicos de junho de 2019 acessável em https://wp.ufpel.edu.br/sisbi/normas-da-ufpel-para-trabalhos-academicos/

UFPEL. Estatuto da Fundação Univeridade Federal de Pelotas. Pelotas, 1969.

UFPEL. Guia De Integralização Da Extensão Nos Currículos Dos Cursos De Graduação Da Universidade Federal De Pelotas. Pelotas, 2019.

UFPEL. Instrução Normativa PRG/CEC 001/16. Pelotas, 2016.

UFPEL. Projeto Pedagógico Institucional – Pelotas, 2003.

UFPEL. Regimento Geral da Universidade – Pelotas, 1977. UFPel. Resolução Nº 29/2018/COCEPE/UFPEL – Regulamento do Ensino de Graduação – Pelotas, 2018.

UFPEL. Parecer Nº 492/2001/CNE/CES aprovado em 3 de abril de 2001. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

UFPEL. Parecer Nº 1.363/2001/CNE/CES aprovado em 12 de dezembro de 2001. Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

UFPEL. Resolução Nº 17/2002/ CNE/CES aprovada em 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

UFPEL. Resolução Nº 02/2006/COCEPE/UFPEL. Dispõe sobre o Tempo de Permanência dos acadêmicos da UFPel.

UFPEL. Resolução Nº 03/2009/COCEPE/UFPEL. Normatiza os Estágios obrigatórios e não obrigatórios, concedidos pela Universidade Federal de Pelotas.

UFPEL. Resolução Nº 04/2009/COCEPE/UFPEL. Normatiza os Estágios obrigatórios e não obrigatórios realizados por alunos da UFPel, nos termos desta Resolução.

UFPEL. Resolução Nº 22/2018/COCEPE-UFPel aprovada em 19 de julho de 2018. Dispõe sobre as diretrizes de funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas.

UFPEL. Resolução Nº 10/2015/COCEPE/UFPEL. Dispõe sobre o Regulamento Geral dos Programas Projetos de Ensino, Pesquisa e Extenção da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, e dá outras providências.

UFPEL. Resolução Nº 15/2015/COCEPE/UFPEL. Dispõe sobre a abertura de vagas específicas em curso de graduação da UFPel (Estudantes indígenas e quilombolas). Pelotas, 2015.

UFPEL. Resolução Nº 15/2015/CONSUN/UFPEL – Plano de Desenvolvimento Institucional – Pelotas, 2015.

UFPEL. Resolução Nº 27/2017/COCEPE/UFPEL. Aprova indicadores de qualidade para os projetos, programas e atividades de ensino a distância. Pelotas, 2017.

UFPEL. Resolução Nº 29/2018/COCEPE/UFPEL –Dispõe sobre o Regulamento Geral dos Programas e Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão Da Universidade Federal De Pelotas e dá outras providências. Pelotas, 2018.

UFPEL. Resolução Nº 42/2018/COCEPE/UFPEL. Dispõe sobre o Regulamento da curricularização das atividades de extensão nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL e dá outras providências. Pelotas, 2018.

UNESCO. Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino. Paris, 1960.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. PRESSUPOSTOS E ESTRUTURA DO PPC

A estrutura curricular do Bacharelado em Arqueologia atende o Art. 124 do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPel, abrangendo as três dimensões formativas indicadas para a integralização curricular. Na ausência de Diretriz Curricular Nacional específica para a Arqueologia, nossa proposta acompanha os Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política, Sociologia e História, de forma a incluir Antropologia e Pré-História em seus temas abordados.

O desenho da grade curricular resulta de intenso trabalho interno da Comissão de Criação do Curso e também de trabalho do coletivo de discentes e do Diretório Acadêmico de Antropologia e Arqueologia (DAANT), TAE's e docentes. Chegou-se, assim, a um bom termo entre os desejos, as necessidades e as possibilidades de elaboração da nova grade curricular. Por meio de Reuniões Abertas convergiram-se ideias e fomentaram-se as discussões que conduziram a elaboração de nossa proposta. Nossos trabalhos se moveram no sentido de criar uma grade curricular que contemplasse os anseios da comunidade discente e docente e que, ao mesmo tempo, evitasse gerar necessidade de infraestrutura, quadro de pessoal docente ou técnico-administrativo maiores. Também é de vital importância celebrar a participação discente nesse processo. Muito além de apenas seguir a legislação que sugere a participação de toda a comunidade, essa experiência provou que sem a voz destas pessoas não teríamos percebido as mazelas da grade curricular, tampouco a oportunidades de sanar, na medida do possível, determinados anseios.

2.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As propostas deste Projeto Pedagógico também estão alinhadas ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI - elaborado em 1991 e atualizado em 2003) e ao Plano de Desenvolvimento

Institucional (PDI – elaborado em 2015) da Universidade Federal de Pelotas, que indicam o compromisso com a formação de profissionais críticas/os, criativas/os, autônomas/os, transformadoras/es e responsáveis, assim como a indissociabilidade entre Ensino, Extensão e Pesquisa que promove a permanente atenção aos interesses da coletividade e da Região. Este Projeto está comprometido com um ENSINO que favoreça uma formação ampla e que garanta uma educação comprometida com a transformação social, a valorização do meio ambiente, a responsabilidade ética e o pensamento crítico; com atividades de PESQUISA que garantam um ensino atualizado, associado ao desenvolvimento da prática profissional e a produção do conhecimento; e com uma prática da EXTENSÃO que garanta o compromisso social da pesquisa e ensino, promovendo a integração transformadora com a sociedade de modo a contribuir com os interesses e desafios coletivos.

2.3. CONCEPÇÃO DO CURSO

Como já foi dito, nosso Bacharelado em Arqueologia não representará ruptura epistemológica com a antropologia. Ao contrário, nosso curso terá feição antropológica, atinente aos debates contemporâneos em voga. Nesse quesito, deve-se pontuar, uma vez mais, que a experiência concretizada na UFPel, na graduação e pós-graduação, é pioneira na articulação entre os campos da antropologia social e cultural e da arqueologia no país. Com a criação do Bacharelado em Arqueologia, daremos sequência a essa imbricação nos termos do que se vem conceituando como virada ontológica. Em síntese (lembrando-se que todas as sínteses simplificam as diferenças e nuances de quaisquer debates), três enunciados são acionados nessa discussão: as experiências materiais e humanas são inelidíveis e possuem múltiplos e recursivos efeitos; 2) as coisas (objetos, artefatos, paisagens) são capazes de ação social; não são meros sócio-transmissores ou epifenômenos das sociedades; 3) o modelo hilomórfico, fundado na dualidade entre forma e matéria, não dá conta da perpetuidade dos processos de formação de materiais; as coisas se emaranham continuamente.

Acionar esses enunciados implica que nossa forma de pesquisar e ensinar arqueologia é feita em consonância com os anseios e interesses de comunidades vivas. Não fazemos arqueologia dos mortos, e tampouco estudamos o passado pelo passado. Trata-se, sempre, de uma arqueologia centrada no presente, à medida que nossos estudos consideram duas questões básicas: a) o passado é um artefato herdado pelos vivos, afetando estruturas sociais,

comportamentos, sensibilidades e interesses políticos contemporâneos; b) tantos humanos quanto as coisas possuem ação social, estruturando os processos de continuidade e transformação das sociedades. Daí o perfil antropológico de nosso Bacharelado em Arqueologia. Seu horizonte de pesquisa, ensino e extensão norteia-se pelo trabalho com comunidades do presente.

Esse gênero de arqueologia acerca-se de três temas principais: materialidade, multitemporalidade e ética. A noção de materialidade é central para a confecção de narrativas focadas no tempo das coisas e das cosmologias das comunidades passadas e presentes, antes do que numa estrutura temporal herdada da história, da geologia e da física, de direção unilinear e newtoniana. A multitemporalidade, por seu turno, pulsa no coração da modernidade. Ela é entendida como fenômeno heterogêneo no qual múltiplas, e frequentemente incompatíveis, formas de pensar o tempo se chocam, ou porventura se unem, ditando diferentes regimes temporais num mesmo contexto. Não se trata, portanto, do tempo homogêneo da modernidade, newtoniano, motorizado pela aceleração teleológica em direção ao progresso. A multitemporalidade borra as fronteiras artificiais entre presente e passado. Estruturas sociais, paisagens e coisas do passado são apropriadas, pensadas e vividas de forma plural pelas comunidades do presente, configurando cosmologias e cosmopolíticas diversas. Finalmente, a questão ética. Uma vez que a fronteira entre passado e presente é borrada, a arqueologia realça as distintas temporalidades políticas, ou cosmopolíticas, da modernidade. Ao fazê-lo, traz à baila discussões sobre justiça social e reparações indígenas, afrodescendentes e de comunidades subalternizadas, salientando sempre as práticas locais de construção da memória e desenvolvendo narrativas antirracistas.

Assim é que a concepção de nosso bacharelado, além de ativar práticas de pesquisa focadas em mapeamentos de sítios arqueológicos, prospecção e escavação, aplica os três temas acima discutidos por meio de abordagens antropológicas. Concretizamo-lo, principalmente, valendo-nos de métodos proporcionados pela arqueologia etnográfica. A inquietação primordial de nosso curso é encontrar caminhos, com a participação das comunidades, para o engajamento com os fenômenos sociomateriais e, consequentemente, pensar alternativas possíveis para os problemas sociais, políticos, econômicos e ecológicos da contemporaneidade, todos eles relativos ao atual período caracterizado como antropoceno. Essa dimensão torna nossa disciplina socialmente relevante, e é exatamente essa coordenada que configurará a curricularização de nossos projetos de extensão.

2.4. JUSTIFICATIVA DO CURSO

A necessidade de um curso de Bacharelado em Arqueologia deve-se, fundamentalmente, à regulamentação da profissão de arqueóloga/o pela Lei 13.653, sancionada pela Presidência da República em 18 de abril de 2018. O artigo 2 dessa lei, em seu inciso I, dispõe que a profissão de arqueologia é conferida exclusivamente aos "*diplomados em bacharelado em arqueologia por escolas oficiais reconhecidas pelo Ministério da Educação*" (MEC), ou por aquelas/es diplomadas/os em escolas estrangeiras, desde que seus diplomas sejam devidamente revalidados no Brasil. A lei estipula ainda, no inciso III do artigo 2, o direito ao exercício da profissão às pessoas pós-graduadas por escolas reconhecidas pelo MEC, com área de concentração em arqueologia, com dissertação de mestrado ou tese de doutorado em arqueologia.

Há, na UFPel, um Bacharelado em Antropologia, cujo projeto pedagógico foi aprovado pelo COCEPE em 2008 (processo no 23110.003054/2008-41). Em vigência desde agosto de 2008, esse bacharelado conta com duas linhas de formação: antropologia social e cultural, e *arqueologia*. Após três semestres de disciplinas comuns, os estudantes, a partir do quarto semestre de ingresso no curso, optam por uma das linhas de formação. *Àquelas/es que optam pela linha de formação em arqueologia, contudo, a Lei 13.653 não outorga o exercício da profissão, uma vez que seu inciso I exige diplomas de bacharelado em arqueologia*. Clarifiquemos ainda mais: os diplomas de estudantes que optaram pela linha de formação em arqueologia não lhes facultam o direito de exercer a profissão porque são tituladas/os, exclusivamente, como *Bacharéis em Antropologia*, não sendo contempladas/os, portanto, pela Lei 13.653 de 18 de abril de 2018.

A criação do Bacharelado em Arqueologia, portanto, surge da adequação de uma carreira atualmente oferecida pela UFPel aos moldes da lei que regulamenta a profissão no Brasil. Entretanto, ademais dessa adequação legislativa, há diversas outras razões que justificam o curso de Arqueologia na UFPel. Todas elas se legitimam nos contextos regional, nacional e internacional expostos no item 1.2.2 deste PPC.

2.5. OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo geral:

- Formar profissionais aptos a desenvolver estudos e atividades relacionadas a Arqueologia. O Curso de Bacharelado em Arqueologia compromete-se a promover ENSINO de formação

ampla e que garanta uma educação engajada com a transformação social, a valorização do patrimônio cultural e do meio ambiente, com responsabilidade ética e pensamento crítico. Da mesma forma, promover atividades de PESQUISA que garantam um ensino atualizado, associado ao desenvolvimento da prática profissional e a produção do conhecimento. Finalmente, as práticas de EXTENSÃO se voltam ao compromisso social da pesquisa e ensino, e à integração transformadora da sociedade de modo a contribuir com os interesses e desafios coletivos.

Objetivos específicos:

1. viabilizar a realização de estudos sobre processos antropológicos e históricos em contextos arqueológicos diversos, ligados sobretudo à arqueologia indígena e arqueologia da diáspora africana, considerando-se suas relações com comunidades do presente, suas multi-temporalidades e cosmopolíticas;
2. pesquisar as formas de apropriação dos espaços por diversos coletivos, no passado e no presente, em diferentes temporalidades;
3. caracterizar os contextos, formas de interação e relações de poder entre diferentes coletivos;
4. pesquisar os limites e permeabilidades entre coletivos diversos e suas relações com objetos, cosmologias e cosmopolíticas;
5. desenvolver estudos arqueológicos focados na sociomaterialidade, cosmologias e cosmopolíticas em dimensões que variarão do local ao global;
6. seguir a consolidação dos laboratórios, grupos e núcleos de pesquisa em arqueologia existentes na UFPel, com vistas a ampliar suas potencialidades e conformar novos patamares de estudos nessas áreas, nacional e internacionalmente.

2.6. PERFIL DO EGRESSO

A/o Bacharel em Arqueologia deverá:

- estar capacitada/o ao exercício do trabalho com pleno domínio da natureza do conhecimento científico e das práticas essenciais de sua produção e difusão, estando em condições de suprir demandas relativas ao seu campo de conhecimento;
- estar apta/o a atuar em ensino, pesquisa e extensão, bem como no atual mercado de

trabalho através de assessorias e consultorias, para salvamentos arqueológicos em cumprimento a Constituição Federal e das Leis de Proteção ao Patrimônio Cultural e Ambiental;

- possuir senso crítico da conjuntura econômica, social, política e cultural da região onde atua, preparada/o para gerenciar diferentes projetos de pesquisa;
- conhecer teorias, técnicas de campo e laboratoriais aplicadas no conhecimento arqueológico, assim como a legislação pertinente.

2.7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O Bacharelado em Arqueologia visa a proporcionar formação de alto nível para atuar em instituições públicas e privadas. O curso propõe-se a oferecer uma formação holística que forme pesquisadoras/es, seja na área acadêmica ou não acadêmica, capazes de atuar em planejamento, educação, consultoria, formação e assessoria junto a instituições públicas, empresas privadas, organizações não-governamentais, movimentos sociais, partidos políticos e outros. Além disso, o curso objetiva proporcionar a discentes, no decorrer de sua formação, os seguintes aportes:

1. conhecimento da bibliografia teórica e metodológica;
2. destreza na comunicação escrita e oral, através de expressão clara, argumentação lógica e coerente;
3. competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social;
4. capacidade analítica;
5. autonomia intelectual;
6. capacidade de diálogo e ação interdisciplinares;
7. iniciativa para a participação de acordos, parcerias e intercâmbios com entidades e instituições de ensino e pesquisa nacionais e estrangeiras;
8. engajamento político e habilidade para interagir com coletividades, visando seu reconhecimento, promoção e desenvolvimento sustentável;
9. capacidade para realizar mapeamento de sítios arqueológicos, prospecção e escavação;
10. capacidade de análise e interpretação de vestígios arqueológicos recuperados em escavações;

11. capacidade para realizar etnografias arqueológicas;

12. capacidade para conceber planos de gestão e conservação de acervos arqueológicos,museus e parques históricos/arqueológicos;

13. competência na utilização da informática aplicada à utilização de ferramentas gerenciais e analíticas de dados arqueológicos: produção de mapas em sistema geográfico, modelagem 3D, manuseio de banco de dados SIG;

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

3.1. ESTRUTURA CURRICULAR

O Bacharelado em Arqueologia terá seus três semestres iniciais com disciplinas antropológicas, gerando uma grade semelhante. Neste teor, por exemplo, no quarto semestre os estudantes cursarão duas disciplinas com forte carga antropológica: *patrimônio cultural* e *mitologia e ritual*. Ambas são centrais aos nossos propósitos de pesquisa, ensino e extensão, pois subsidiam reflexões e práticas para uma arqueologia do presente, socialmente relevante, voltada ao engajamento comunitário e compreensão acurada de cosmologias e cosmopolíticas.

Em síntese, durante os três primeiros semestres, as/os estudantes dedicar-se-ão ao aprendizado e discussão de disciplinas em teoria arqueológica e antropológica, bem como disciplinas teóricas de base em ciências sociais e pensamento histórico. Haverá nesses três primeiros semestres, ainda, a oferta de disciplinas mais especializadas da área de arqueologia, preparando as/os estudantes, desde os semestres iniciais, para as especificidades das disciplinas arqueológicas. Tais são elas: *prática de campo 1*; *arqueologia indígena brasileira 1*; *arqueologia histórica*.

O Bacharelado em Arqueologia tratará de forma holística, ou circular, a pesquisa, o ensino e a extensão. Daí a curricularização da extensão iniciar-se desde os primeiros semestres de formação. Isso favorecerá, para as/os discentes de arqueologia, a imersão comunitária já nos primeiros semestres. Eis as disciplinas que contarão com 1 crédito de extensão em suas práticas de ensino: *introdução à arqueologia* (primeiro semestre); *etnologia ameríndia I* (segundo semestre), *teoria arqueológica 3* (terceiro semestre), *etnologia afro-americana 1*, (terceiro semestre), *patrimônio cultural* (quarto semestre). Ainda no que se refere à curricularização da extensão, oferecer-se-á, no quarto semestre do curso, uma disciplina específica, de 4 créditos,

inteiramente dedicada ao trabalho comunitário. Nomeamos essa disciplina como *arqueologia extensionista*. Outra disciplina com 1 crédito de extensão oferecer-se-á no quinto semestre: *arqueologia, comunidades e etnografia*.

A partir do quarto semestre, o Bacharelado em Arqueologia ofertará disciplinas de cunho diverso, relativas, obviamente, à formação da área. Todas elas se constituem no rompimento do dualismo entre humanos e objetos, tendo como norte os temas descritos no item II dessa proposta: materialidade, multitemporalidade e ética.

No sexto e sétimo semestres, sobretudo no sétimo, serão cursadas disciplinas optativas. Essa concentração de optativas no final da formação dedica-se a instrumentalizar as/os discentes na elaboração de seus Trabalhos de Conclusão de Curso. Após a formação teórica básica e englobante oferecida nos três primeiros semestres e a relativa imersão em temas próprios ao campo da Arqueologia, oferecida entre o quarto e o sexto semestre, as/os discentes já terão tido a oportunidade de escolher o tema ou subcampo da disciplina que mais lhe interessa para a elaboração do TCC. Desse modo, as disciplinas optativas têm por função propiciar o estudo e a discussão de temas particulares, bem como a formação livre (disposta nas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em ciências humanas) que serão tratados em maior detalhe em suas monografias de conclusão.

Destaquemos que as práticas extensionistas serão calcadas no ensino e em arqueologia etnográfica. Tal método, permite a compreensão das materialidades, cosmologias e cosmopolíticas locais, abrindo o caminho de ações em prol de justiça social e de políticas reparatórias. Numa palavra, nosso trabalho extensionista invoca a arqueologia como ação sociopolítica. As atividades serão promovidas através de conjunto de projetos articulado no *Programa de Extensão do Bacharelado em Arqueologia* (código Cobalto 133), cujas ações (cursos, eventos, prestação de serviços, etc.), de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, desenvolvidas de forma processual contínua, integrarão o ensino, a pesquisa e a prática da disciplina em interação extramuros. Naquelas disciplias ofertadas pelo Curso de Antropologia as ações de extensão estarão circunscritas aos projetos que compõem o *Programa do Bacharelado em Antropologia* (Código Cobalto 147). Ações pedagógicas de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, serão planejadas e organizada de modo sistemático, com carga horária diposta em horas, com critérios definidos de avaliação e certificação, atendendo às diretrizes de extensão. Ações que implicam a apresentação e/ou exibição pública, aberta ou com clientela específica do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo,

científico ou tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela UFPel, atendendo às diretrizes de extensão. A extensão também envolve a possibilidade de criação de estudos na resolução de problemas dos meios profissional ou social, como o desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas e de pesquisa e com o compartilhamento de conhecimentos e de tecnologias à sociedade, realizados por docentes/técnicas/os, com a possibilidade de participação orientada de estudantes comprometidas/os com o Projeto Político Pedagógico de Arqueologia.

Destacamos, ainda, que nosso desenho curricular se baseia em Resoluções e Leis federais que regulamentam o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Direitos Humanos e Educação Ambiental pelos sistemas de ensino e suas instituições no Brasil (Leis 10.639/2003, 13.653/ 2018, 11.645/2008, 9.795/1999; Decretos 5.051/2004, 6.040/2007; Resoluções MEC/CNE/CP 01/2004, 01/2012, 02/2012 e 07/2018). Estes são temas de ampla dispersão na arqueologia hoje em prática no Brasil, que podem ser observados nos projetos em voga dos docentes da área de arqueologia. Atendendo a essa legislação específica, reiteramos nosso compromisso com a educação crítica, plural, democrática e antirracista. Atualmente, todas/os as/os docentes da área de arqueologia têm atuação direta dirigida a povos originários ou ancestrais e/ou em contextos de conflito socioambiental e/ou direitos humanos potencialmente ameaçados.

A abordagem de conteúdos pertinentes à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Projeto Político Pedagógico da Arqueologia está vinculada as determinações do Conselho Nacional de Educação (CNE), que tratam da diversidade e dos direitos a inclusão no currículo de formação dos bacharéis em arqueologia (Resolução nº 01/2004 - CNE/CP; Resolução nº 01/2012 - CNE/CP; Resolução nº 02/2012 - CNE/CP). Com base na Convenção da UNESCO de 1960, na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 11.645 (de 10 de março de 2008), na Lei nº 10.639/03-MEC, na Lei nº 12.711 (de 29 de agosto de 2012), no Decreto nº 7.824 (de 11 de outubro de 2012), na Portaria Normativa MEC nº 18 (de 11 de outubro de 2012), no Decreto Nº 6.944 (de 21 de agosto de 2009), no Decreto n° 6.040/2007 (que versa da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais), em consonância com os esforços empreendidos para se efetivar a condição de um Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana, o curso de Bacharelado em Arqueologia visa a contribuir na construção e na formação da sociedade brasileira e latino-americana.

Será feito, por um lado, estabelecendo diretrizes teóricas e metodológicas para confrontar

posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação às pessoas afrodescendentes, negras, indígenas e de coletivos tradicionais, que, historicamente, enfrentaram e enfrentam dificuldades para o acesso aos direitos básicos (saúde, educação, trabalho e moradia) na sociedade nacional. De outro, valorizará, divulgará e respeitará os processos históricos de resistência negra e indígena, desencadeados contemporaneamente por negros e descendentes de africanos escravizados no Brasil e por indígenas e descendentes, ambos coletivos desterritorializados individualmente e coletivamente de seus territórios. A partir dessa diretriz geral, o Bacharelado em Arqueologia a estimulará a formação de valores, hábitos e comportamentos em suas/seus estudantes que respeitem as diferenças e as características próprias desses coletivos e minorias, bem como, as relações dessas pessoas com a ordem não humana (por exemplo, animais, vegetais, minerais), sobre-humana (espiritualidade, divindade, seres celestiais) e agências do Estado-nação. Por fim, o corpo docente, discente e técnico se empenhará no esforço a ser empreendido pelo Estado para a adoção de políticas públicas justas, combate ao racismo, promoção da igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos étnicos, política de ações afirmativas, valorização do patrimônio histórico-cultural afro-ameríndio e promoção da cidadania. Três disciplinas obrigatórias que atenderão a estas demandas são: Etnologia Afro-americana I, Arqueologia Histórica I e Arqueologia da Diáspora Africana, bem como as disciplinas optativas nomeadas como Seminário de Arqueologia (I, II, III, IV e V).

O tema Direitos Humanos perpassa o Projeto Político Pedagógico, sendo transversal a várias disciplinas. Está presente, por exemplo, nas disciplinas de Etnologia Ameríndia, Etnologia Afro-americana (originárias do PPC do Bacharelado em Antropologia) bem como Arqueologia da Diáspora Africana, por abordarem diretamente a presença, na nossa sociedade, de alteridades historicamente excluídas dos projetos hegemônicos de nação. Está presente ainda, nas discussões sobre patrimônio cultural, uma vez que os direitos culturais também constituem o sistema internacional de direitos humanos, discussões estas que são contempladas, dentre outras, na disciplina de Patrimônio Cultural. As discussões sobre direitos humanos e as responsabilidades éticas do exercício profissional, articuladas diretamente à atuação com vistas à garantia de direitos coletivos, estão contempladas nas disciplinas de Arqueologia, comunidades e etnografia e Campo de Trabalho em Arqueologia.

A Constituição Brasileira (1988), no Capítulo VI – Do Meio Ambiente, Artigo 225, refere que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever

de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” Para assegurar o cumprimento desse direito, no referido Artículo, inciso VI, explicita: “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. É a partir desse momento, que a temática específica da Educação ambiental no Brasil começa a ter seu espaço próprio. Em 25 de junho de 2002, através do Decreto Nº 4.281 é regulamentada a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal No 9.795 de 27 de abril de 1999). A mesma estabelece no seu Art. 2 que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. Já no Artigo 10 refere que “A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.” No mesmo Artigo destaca que “A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”.

A Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012 do Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental no sistema educativo no Brasil. O referido documento, no seu Artigo 15 determina que: “O planejamento dos currículos deve considerar os níveis dos cursos, as idades e especificidades das fases, etapas, modalidades e da diversidade sociocultural dos estudantes, bem como de suas comunidades de vida, dos biomas e dos territórios em que se situam as instituições educacionais”. Também expressa que: “O tratamento pedagógico do currículo deve ser diversificado, permitindo reconhecer e valorizar a pluralidade e as diferenças individuais, sociais, étnicas e culturais das/os estudantes, promovendo valores de cooperação, de relações solidarias e de respeito ao meio ambiente”. Por outra parte no seu Artigo 16 descreve as distintas modalidades de inclusão da Educação Ambiental nas instituições educativas, a saber: “A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer: I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

O Curso de Arqueologia contempla a inserção da Educação ambiental, mediante as três estratégias propostas pela referida Resolução. São diversas as disciplinas do Curso que dialogam de forma transversal com as temáticas ambientais e o desenvolvimento socioambiental e as

disciplinas que contemplam especificamente estes aspectos. Há um conjunto das disciplinas que apresentam no seu Plano de Ensino temáticas pertencentes ao universo da Educação Ambiental. As disciplinas Mitologia e Ritual, Arqueologia Indígena Brasileira I e II, bem como Campo de Trabalho em Arqueologia têm como objetivos expor algumas das perspectivas teóricas por meio das quais o debate sobre a relação sociedade- natureza se apresenta para as ciências sociais; refletir sobre as distintas formas de percepção e apropriação da natureza, de acordo com a multiplicidade de lógicas culturais; debater sobre o campo ambiental na sociedade contemporânea e seus conflitos a partir de perspectivas arqueológica e antropológica; discutir sobre a relação entre saberes tradicionais, biodiversidade e sociedade de risco. Objetivos atingidos através das relações sociedade-natureza; a diversidade de perspectivas preservacionistas; o campo ambiental, suas problemáticas e conflitos; a relação entre novas tecnologias e saberes tradicionais; problemática ambiental e sociedade de risco.

Estão contempladas também, no âmbito da Pesquisa e da Extensão, atividades relacionadas com as problemáticas socioambientais e o desenvolvimento sustentável, em concordância com a conceituação da Educação Ambiental expressa na Política Nacional de Educação Ambiental, a saber: “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Lei nº 9795/1999, Art 1º). Uma das estratégias empregadas é através das atividades de trabalho de campo das distintas disciplinas, onde tanto as pessoas como os recursos naturais são tratados como elementos de fundamental protagonismo, na busca da melhoria de vida das populações sem comprometer a sustentabilidade dos distintos ambientes naturais. Outras atividades, como podem ser as de pesquisa, ensino e extensão nos distintos laboratórios contemplam também aspectos socioambientais nas suas práxis do dia a dia.

Finalmente, cumpre notar que a dinâmica do curso é presencial e contempla em sua grande maioria sendo permitido, conforme a legislação vigente, desenvolver 20% de suas atividades de formação e avaliação à distância, através de sistemas oferecidos pela instituição para tanto, tendo em vista as diretrizes apontadas pela Resolução COCEPE n°27/2017, que aprova os indicadores de qualidade para os projetos, programas e atividades de ensino a distância.

3.2. TABELA SÍNTESE – ESTRUTURA CURRICULAR

TABELA 1: TABELA SÍNTESE PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR			
FORMAÇÃO	**Créditos**	**H/A**	**H/R**
A) Formação específica (estudos de formação geral e de aprofundamento e diversificação das áreas específicas e interdisciplinares)			
Disciplinas obrigatórias (inclui 150 horas de prática em extensão)	120	2.160	1.800
Disciplinas optativas	24	432	360
Estágio Curricular obrigatória	-	-	-
TCC	8	144	120
SOMA	**152**	**2.736**	**2.280**
B) Formação complementar (ou estudos integradores, para cursos de licenciatura)			
Atividades complementares de ensino, pesquisa e extensão	17	306	255
C) Formação em Extensão (exceto as já computadas nas formações anteriores realizadas por todos os alunos)			
Atividades Curriculares em Extensão (ACE – inseridas em Atividades Complementares, mas não contabilizadas na linha anterior)	_	_	_
TOTAL	**169**	**3.042**	**2.535**

3.3. MATRIZ CURRICULAR

QUADRO 3: MATRIZ CURRICULAR

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
Carga horária total do Curso: 2.535
Carga horária de Formação específica: 2.280 Carga horária de Formação complementar: 255 Carga horária em Extensão (exceto as já computadas nas formações anteriores realizadas por todos os alunos): 150

1º SEMESTRE

Código	**Deptº ou Unidade**	**Componente curricular**	**Cr**	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**	**CH** (h)	**Pré-Requisito**
10910014	DAA	Introdução à Antropologia	4	4					60	
10910128	DAA	Introdução à Arqueologia	4	3				1	60	
NOVO	DAA	Teoria Arqueológica 1	4	4					60	
10900047	DH	Fundamentos da História	4	4					60	
06560020	DESP	Sociologia I	4	4					60	
Total			20						300	

2º SEMESTRE

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	E	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
10910019	DAA	Teoria Antropológica I	4	4					60	10910014
10910020	DAA	Teoria Antropológica II	4	4					60	10910014
10910011	DAA	Etnologia Ameríndia I	4	3				1	60	
10910114	DAA	Teoria Arqueológica 2	4	4					60	
10910036	DAA	Arqueologia Histórica I	4	4					60	
10910037	DAA	Prática de Campo I	4	4					60	
Total			24						360	

3º SEMESTRE

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	E	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
10910021	DAA	Teoria Antropológica III	4	4					60	10910014
10910023	DAA	Teoria Antropológica IV	4	4					60	10910014
10910003	DAA	Etnologia Afro-Americana I	4	3				1	60	
10910116	DAA	Teoria Arqueológica 3	4	3				1	60	
10910117	DAA	Arqueologia Indígena Brasileira 1	4	4					60	
Total			20						300	

4º SEMESTRE

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	E	P	EAD	EX T	CH (h)	Pré-Requisito
10910118	DAA	Patrimônio Cultural	4	3				1	60	
10910028	DAA	Mitologia e Ritual	4	4					60	
10910119	DAA	Metodologia da Pesquisa em Arqueologia	4	4					60	
10060117	DG	Cartografia e Geoprocessamento	4			4			60	
10910120	DAA	Arqueologia Extensionista	4					4	60	
Total			20						300	

5º SEMESTRE

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	E	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
10910121	DAA	Arqueologia, comunidades e etnografia	4	3				1	60	
10910122	DAA	Campo de Trabalho em Arqueologia	4	4					60	
10910123	DAA	Arqueologia da diáspora africana	4	4					60	
10910035	DAA	Prática de Laboratório I	4			4			60	
10910141	DAA	Gestão de Acervos e Conservação de materiais Arqueológicos	4	2		2			60	
Total			20						300	

6º SEMESTRE

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	E	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
10910126	DAA	Origens e Evolução Humana	4	4					60	
10910127	DAA	Arqueologia Indígena Brasileira 2	4	4					60	
10910049	DAA	Prática de Laboratório II	4			4			60	
10910045	DAA	Prática de Campo II	4	4					60	
		Optativa I	4						60	
Total			20						300	

7º SEMESTRE

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	E	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
		Optativa II	4	4					60	
		Optativa III	4	4					60	
		Optativa IV	4	4					60	
		Optativa V	4	4					60	
10910157	DAA	Trabalho de Conclu-são de Curso 1 (TCC 1)	4	4					60	
Total			20						300	

8º SEMESTRE

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	E	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
10910158	DAA	Trabalho de Conclu-são de Curso 2 (TCC 2)	4	4					60	
		Optativa VI	4	4					60	
Total			8						120	

Extensão (ações não vinculadas a disciplinas já identificadas na matriz como EXT, constando carga horária a ser computada para integralização curricular)	150 h- 10 cr
Atividades Complementares Realizada durante todo o curso e integralizada no último semestre	105 h- 7 cr

3.4. FLUXOGRAMA DO CURSO

Turno/ Semestre	1º Sem.	2º Sem.	3º Sem.	4º Sem.	5º Sem.	6º Sem.	7º Sem.	8º Sem.
Noite	Introdução à Antropologia (60h/4 CR T)	Teoria Antropológica I (60h/4 CR T)	Teoria Antropológica III (60h/4 CR T)	Patrimônio Cultural (60h/3 CR T - 1 CR EX)	Arqueologia, comunidades e etnografia (60h/3 CR T - 1 CR EX)		OP II (60h/4 CR T)	OP VI (60h/4 CR T)
	Fundamentos da História (60h/4 CR T)	Teoria Antropológica II (60h/4 CR T)	Teoria Antropológica IV (60h/4 CR T)	Metodologia de Pesquisa em Arqueologia (60h/4 CR T)	Campo de Trabalho em Arqueologia (60h/4 CR T)	OP I (60h/4 CR T)	OP III (60h/4 CR T)	TCC 2 (60h/4 CR T)
	Sociologia I (60h/4 CR T)	Etnologia Ameríndia I (60h/3 CR T - 1 CR EX)	Etnologia Afro-americana I (60h/3 CR T - 1 CR EX)	Cartografia e Geoprocessamento (60h/4 CR P)	Arqueologia da Diáspora Africana (60h/4 CR T)	Origens e Evolução Humana (60h/4 CR T)	OP IV (60h/4 CR T)	
	Introdução à Arqueologia (60h/3 CR T - 1 CR EX)	Arqueologia Histórica I (60h/4 CR T)	Arqueologia Indígena Brasileira 1 (60h/4 CR T)	Mitologia e Ritual (60h/4 CR T)	Prática de Laboratório I (60h/4 CR P)	Prática de Laboratório II (60h/4 CR P)	OP V (60h/4 CR T)	
	Teoria Arqueológica 1 (60h/4 CR T)	Teoria Arqueológica 2 (60h/4 CR T)	Teoria Arqueológica 3 (60h/3 CR T - 1 CR EX)	Arqueologia Extensionista (4 CR EX)	Gestão de Acervos e conservação de materiais arqueológicos (60h/2 CR T - 2 CR P)	Arqueologia Indígena Brasileira 2 (60h/4 CR T)	TCC 1 (60h/4 CR T)	
Tarde		Prática de Campo I (60h/4 CR T)				Prática de Campo II (60h/4 CR T)		

LEGENDA

Disciplinas oferecidas por outros Departamentos

Disciplinas comuns aos Bacharelados em Arqueologia e em Antropologia Disciplinas específicas do Bacharelado em Arqueologia

Disciplinas Optativas

3.5. COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

QUADRO 4: QUADRO DE COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Código	Deptº ou Unidade	Componente	Cr	T	E	P	EAD	EXT	CH (horas)	Pré-Requisito
10910027	DAA	Antropologia da Alimentação	4	4					60	-
10910058	DAA	Antropologia da Religião II	4	4					60	-
10910059	DAA	Antropologia e Meio Ambiente	4	4					60	-
10910144	DAA	Arqueobotânica	4	4					60	-
10910142	DAA	Arqueologia Amazônica	4	4					60	-
10910077	DAA	Arqueologia Clássica	4	4					60	-
10910143	DAA	Arqueologia da Morte	4	4					60	-
10910145	DAA	Arqueologia da Paisagem	4	4					60	-
10910146	DAA	Arqueologia dos povos Jê do Sul do Brasil	4	4					60	-
10910079	DAA	Arqueologia Pré-Colombiana	4	4					60	-
10910147	DAA	Arte Rupestre	4	4					60	-
10910148	DAA	Etnobotânica	4	2		2			60	-
10910149	DAA	Teorias Feministas	4	4					60	-
10910066	DAA	Etnologia Ameríndia II	4	4					60	-
10910067	DAA	Etnologia Ameríndia III	4	4					60	-
10910150	DAA	Geoarqueologia	4	4					60	-
10910068	DAA	Imaginário e Memória	4	4					60	-
20000084	CLC	Língua Brasileira de Sinais I	4	4					60	-

10910048	DAA	Musealização da Arqueologia e da Antropologia	4	4					60	-
10910053	DAA	Oficina de Imagem e Som em Antropologia	4			4			60	-
10910151	DAA	Populações Sambaquieiras no Litoral do Brasil	4	4					60	-
10910152	DAA	Prática de Campo 3				4			60	
10910153	DAA	Tecnologia em Arqueologia	4	2		2			60	
10910084	DAA	Seminário de Arqueologia I	4	4					60	-
10910085	DAA	Seminário de Arqueologia II	4	4					60	-
10910086	DAA	Seminário de Arqueologia III	4	4					60	-
10910108	DAA	Seminário de Arqueologia IV	4	4					60	-
10910154	DAA	SIG Aplicado à Arqueologia	4	4					60	-

3.6. ESTÁGIOS

As disposições da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, confirmam a necessidade de ordenação do sistema de Estágios nas Instituições de Ensino Superior (IES). O Estágio é um vínculo educativo-profissionalizante, supervisionado e desenvolvido como parte do PPP do Curso e parte importante da formação da/o profissional em Arqueologia.

A formação específica tem como objetivo preparar uma/um profissional e assegurar garantias de cidadania e democracia no ambiente de trabalho. O processo neste sistema se dá por uma formalização de compromisso entre a/o estagiária/o, a instituição de ensino e a empresa,

considerando um plano de atividade que dá materialidade ao que foi desenvolvido no currículo de formação.

O estágio supervisionado não caracteriza vínculo de emprego de qualquer natureza, desde que observados os requisitos legais, não sendo devidos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários. (arts. 3º e 15 da Lei nº 11.788/2008).

O Estagio, conforme a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, é um "ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante". Nesse sentido, o Estagio do curso de Bacharelado em Arqueologia caracteriza-se por ser não-obrigatório, como uma "atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória" (§2º do art. 2º da Lei nº 11.788/2008).

Os estágios não-obrigatórios a serem desenvolvidos no Curso de Arqueologia devem ser sempre supervisionados por docente responsável que disponibilizará horas semanais para tanto, as quais serão remuneradas conforme o número de estagiários.

Os estágios não-obrigatórios poderão ser desenvolvidos, conforme a lei, em entidades como: pessoas jurídicas de direito privado e órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Também os profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos, podem oferecer estágio.

A realização do estágio (conf. art. 3º da Lei nº 11.788/2008) é possível às/ aos estudantes com matrícula e frequência regular no curso, mediante celebração de termo de compromisso entre o/a educando/a, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; observando-se a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e à proposta pedagógica do curso prevista no termo de compromisso.

Estudantes estrangeiras/os regularmente matriculados em cursos superiores no Brasil, autorizados ou reconhecidos, podem se candidatar ao estágio, desde que o prazo do visto temporário de estudante seja compatível com o período previsto para o desenvolvimento das atividades. (art. 4º da Lei nº 11.788/2008).

O curso de Bacharelado em Arqueologia se compromete: a indicar docente orientadora/r da área a ser desenvolvida no estágio como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do/a estagiário/a; a exigir da/o educanda/o a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório das atividades, do qual deverá constar visto do/a orientador/a da instituição de ensino e do/a supervisor/a da parte concedente (conf. §1º do art. 3º da Lei nº

11.788, de 2008); a zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando a/o estagiária/o para outro local, em caso de descumprimento de suas normas; a elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de suas/eus educandas/os; a comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações acadêmicas (conf. art. 7º da Lei nº 11.788/2008).

Por sua vez, ficam obrigados os concedentes do estágio: a celebrar Termo de Compromisso com a instituição de ensino e a/o educanda/o, zelando por seu cumprimento; a ofertar instalações que tenham condições de proporcionar à/ao educanda/o atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, observando o estabelecido na legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho (conf. art. 14 da Lei nº 11.788/2008); a indicar funcionária/o do quadro de pessoal para orientar e supervisionar o estágio; contratar em favor da/o estagiária/o seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso; por ocasião do desligamento da/o estagiária/o, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho; manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio; a enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de seis meses, relatório de atividades, com vista obrigatória à/ao estagiária/o (conf. art. 9º da Lei nº 11.788/2008).

A jornada da/o estagiária/o será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente (a empresa) e a/o estudante ou sua/eu representante legal (em caso de menores de 18 anos) e deverá constar do Termo de Compromisso de Estágio. A mesma, deverá ser compatível com as atividades escolares e respeitar às seis horas diárias e trinta horas semanais (conf. art. 10 da Lei nº 11.788/ 2008).

O descanso das/os estagiárias/os deve seguir de comum acordo, conforme estipulado no Termo de Compromisso de Estágio, sendo observado período suficiente à preservação da higidez física e mental da/o estagiária/o e respeito aos padrões de horário de alimentação (lanches, almoço e jantar). O período de intervalo não é computado na jornada. O Termo de Compromisso de Estágio deve indicar que as horas de estágio da/o estudante serão reduzidas a metade no período previsto de provas regulares de final de semestre e exames, sendo que o Curso de Bacharelado em Arqueologia se compromete a informar regularmente à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações acadêmicas (conf. §2º do art. 10 da Lei nº 11.788/2008).

O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório (conf. art. 12 da Lei nº 11.788/2008). Os valores destes benefícios serão definidos pela concedente e estarão explicitados no termo de compromisso de estágio. A empresa poderá voluntariamente conceder ao estagiário outros benefícios, como: alimentação, acesso a plano de saúde, dentre outros, sem descaracterizar a natureza do estágio (conf. §1º do art. 12 da Lei nº 11.788, de 2008).

O estágio poderá ter duração de até 24 meses, no caso de pessoa com deficiência não há limite legal estabelecido, entendendo-se que dentro de cada período de 12 meses o/a estagiário/a deverá ter um recesso de 30 dias, que poderá ser concedido em período contínuo ou fracionado, conforme estabelecido no Termo de Compromisso. O recesso será concedido, preferencialmente, durante o período de férias escolares e de forma proporcional em contratos com duração inferior a 12 meses. (conf. art. 13 da Lei nº 11.788/2008) O recesso será remunerado sempre que o/a estagiário/a receber bolsa ou outra forma de contraprestação. (conf. §1º do art. 13 da Lei nº 11.788/2008).

O Termo de Compromisso de Estágio (TCE) pode ser rescindido unilateralmente pelas partes e a qualquer momento. A/o estagiária/o tem direito ao seguro contra acidentes pessoais ocorridos com o/a estudante durante o período de vigência do estágio, 24 horas/dia, no território nacional. Cobre morte ou invalidez permanente, total ou parcial, provocadas por acidente. O valor da indenização deve constar do Certificado Individual de Seguro de Acidentes Pessoais e deve ser compatível com os valores de mercado.

Os documentos de comprovação de Estágios são os seguintes: o TCE devidamente assinado pela empresa concedente, pela instituição de ensino e pelo/a estudante; o certificado individual de seguro de acidentes pessoais; comprovação da regularidade da situação escolar do/a estudante; comprovante de pagamento da bolsa ou equivalente e do auxílio-transporte; e verificação da compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no TCE.

Os descumprimentos dos TEC's e da Lei nº 11.788/2008 pelas concedentes já estão previstos na Lei nº 11.788/2008. A/o Supervisora/r de estágios não-obrigatórios ficará atenta/o para os cuidados necessários para a promoção da saúde e prevenção de doenças e acidentes, considerando, principalmente, os riscos decorrentes de fatores relacionados aos ambientes, condições e formas de organização do trabalho. Será observada a seguinte Legislação:

Orientação Normativa nº 7, de 30 de outubro de 2008; Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977; Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994.

3.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Nos 7º e 8º semestres do Bacharelado em Arqueologia, as/os estudantes dedicar-se- ão ao Trabalho de Conclusão de Curso em Arqueologia. O TCC prevê a produção de um texto acadêmico inédito, através do qual se exercitará as relações entre teorias e métodos de investigação apreendidos no decorrer do Bacharelado em Arqueologia. Esse trabalho será orientado por uma/um professora/professor do curso ou, desde que aprovado pelo Colegiado do Curso, por professoras/es de quaisquer outros cursos da UFPel ou, ainda, por uma/um pesquisadora/pesquisador de outra instituição.

O TCC l será avaliado pela/o docente orientadora/r a partir da entrega do projetode pesquisa. O TCC 2 será avaliado por uma banca constituída por até três membros, àescolha e decisão da/o orientadora/r e da/o orientanda/o. A/o primeira/o membra/o da banca será a/o orientadora/o; enquanto que a/o segunda/o e demais membros da banca serão avaliadoras/es do trabalho, sendo que ao menos uma/um deverá estar vinculada/o ao curso. Nessa oportunidade, o trabalho será considerado pela banca como “aprovado” ou “não aprovado”.

A Resolução 29 de 13 de Setembro de 2018 que dispõe sobre o regulamento de ensino de graduação na UFPel, em seus artigos 134 e 135, determina a previsão dos sistemas de avaliação, elaboração e aprovação para os TCCs no PPC de cada curso. O Curso de Bacharelado em Arqueologia seguirá os critérios definidos no Manual de Normas UFPel para Trabalhos Acadêmicos de junho de 2019 (acessável em https://wp.ufpel.edu.br/sisbi/normas-da-ufpel-para-trabalhos-academicos/).

O uso de plágio ou transcrição indevida, isto é, cópia de frases de outras/os autoras/es sem a devida e correta citação de cada obra e publicação utilizada, devem ser coibidas. A utilização de textos de outras pessoas. sem a indicação de referência da citação conforme normas, configura plágio. Todas as referências do trabalho devem ser obrigatória e estritamente indicadas, conforme estabelecem as normas para realização de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFPel. A/o professora/r orientadora/r deverá coibir ouso do plágio nos trabalhos, deixando claro ao/a discente o quanto é grave este procedimento. Discente e orientadora/r

deverão estar conscientes da reprovação em banca e procedimentos legais caso seja detectado plágio.

3.8. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

A formação complementar é destinada às seguintes atividades acadêmicas: seminários, congressos, jornadas, oficinas, grupos de estudos, projetos de pesquisa, ensino e extensão. O processo de formação complementar prevê várias atividades anuais envolvendo estudantes, ligando-se à formação continuada e à interação com outros campos, na implementação de uma interdisciplinaridade. Cabe ressaltar que nesta ampliação da formação a pesquisa no âmbito do curso se desenvolve por projetos financiados ou não, junto aos núcleos e laboratórios diretamente ligados ao curso, ou de outras unidades ou instituições de ensino superior. Também vem cumprir a legislação específica voltada para a curricularização da extensão.

Destaca-se que a formação complementar abrange ainda a contabilização em horas de seminários e estudos curriculares, projetos de iniciação científica, iniciação à docência, monitoria e extensão, atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e as instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando o aprofundamento e a diversificação de estudos, experiências eutilização de recursos pedagógicos, bem como a mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades propostas pelo Curso.

As Atividades Complementares de Graduação compreendem as atividades acadêmico-científico-culturais e perfazem um total de 255 horas, conforme pontuações abaixo. Tais atividades integralização a estrutura curricular, devendo ser realizadas ao longo do curso.

QUADRO 5: ATRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividade	Requisitos de comprovação	Horas	Máximo de Horas
Ensino			75
Monitoria	Certificado ou declaração		
Bolsista em Projeto de Ensino	Certificado ou declaração		
Participação em Projeto de Ensino	Certificado ou declaração		
Disciplinas optativas (até duas disciplinas)	Histórico		
Cursos de Língua Estrangeira (até 40 horas cada)	Certificado		
Participação em eventos organizados pelo Departamento ao qual se vincula o curso	Certificado ou declaração		
Pesquisa			75
Apresentação de trabalhos em eventos científicos (até 20 horas cada)	Certificado		
Participação em eventos científicos	Certificado		
Participação em Projetos de Pesquisa (bolsa CNPq, CAPES, FAPERGS, Desempenho Acadêmico)	Certificado ou declaração		
Publicação de artigos em livros ou revistas indexadas (30 horas cada)	Cópia da ficha catalográfica e/ou sumário		
Publicações em jornais e revistas não acadêmicas (10 horas cada)	Cópia da 1ª página		
Extensão			105
Participação em Projeto de Extensão como membro da equipe vinculados a projetos de extensão como aluno extensionista.	Mediante Comprovação		
Organização de eventos: seminários, semanas acadêmicas, congressos, jornadas, colóquios, simpósios, cursos e oficinas vinculados a projetos de extensão como aluno extensionista.	Mediante Comprovação		
Ministrar cursos e oficinas vinculados a projetos de extensão como aluno extensionista.	Mediante Comprovação		

Participação em Eventos	Mediante Comprovação		
Prestação de serviços em arqueologia	Mediante Comprovação		
Representação Discente			
Participação como representante discente	Ata de nomeação ou declaração		

3.9. FORMAÇÃO EM EXTENSÃO

Em conformidade com a legislação vigente, Lei nº 13.005/2014 e a Resolução nº 42/2018/COCEPE/UFPel, no mínimo 10% dos créditos curriculares devem corresponder à realização de atividades de extensão. A participação do discente em atividades de extensão (ACE) que compõe as atividades complementares deve estar certificada e evidenciar as participações ocorridas em atividades promovidas pelo Curso, ou por outros cursos da UFPel e outras instituições, conforme Quadro 5. A certificação ou documento equivalente deve informar a condição ativa do estudante, bem como deve identificar que a ação tem natureza extensionista, além de contemplar as expectativas do curso no atendimento ao exercício de conteúdos que lhe são atinentes.

Os créditos em atividades de extensão no Bacharelado em Arqueologia até o momento atendem:

a) 150 horas como Formação Específica como carga horária prática extensionista em 6 disciplinas (60hs, 1 crédito em cada disciplina), além de uma disciplina obrigatória em extensão (4 créditos, 60 horas de práticas extensionistas);

b) 105 horas na Formação em Extensão, cumpridas preferencialmente em atividades desenvolvidas pelo Programa de Extensão do Bacharelado em Arqueologia da UFPel, ainda que sejam aceitos certificados de outras instituições, órgãos e empresas em até 50% da carga horária prevista.

No total, a curricularização da extensão em Arqueologia corresponderá a 10,06% da carga horária total do curso e igual percentual dos créditos necessários para a integralização curricular do Curso.

TABELA 2: TABELA SÍNTESE DA FORMAÇÃO EM EXTENSÃO

Possibilidades da Formação em Extensão	**Créditos**	**H/A**	**H/R**
Disciplinas obrigatórias (registro em EXT)	10	180	150
ACE (registro através da comprovação por certificação)	7	126	105
Total ofertado pelo curso	17	306	255

Para concatenar as diversas ações extensionistas multiplicadas nos projetos de extensão cadastrados no sistema Cobalto em nome das/os respectivas/os docentes do Bacharelado em Arqueologia, foi criado o *Programa de Extensão do Bacharelado em Arqueologia* (código Cobalto 133). Os projetos atualmente cadastrados no Programa são:

a) Ações de Preservação do Patrimônio Ambiental, Histórico e arqueológico da Região Meridional do Rio Grande do Sul – código 1973;

b) AMAA – Acervo Multimídia de Antropologia e Arqueologia – código 2633;

c) Arqueologia e Arte: Diáspora Africana e Patrimônio Cultural – código 1699;

d) Arqueologia, Educação Patrimonial e História Indígena em Pelotas – código 065;

e) Nós Nosotros: Antropofonias e Charlas – código 2351;

f) Registros – código 1931;

Naquelas disciplinas ofertadas pelo Curso de Antropologia as ações de extensão estarão circunscritas aos projetos que compõem o *Programa do Bacharelado em Antropologia* (Código Cobalto 147).

O programa se desenvolverá através dos referidos projetos e ações abarcando as seguintes atividades, definidas no Guia de Integralização da Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas - PREC/UFPel:

a) **Cursos:** Conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, presencial, semipresencial ou à distância, planejado e organizado de modo sistemático, com carga horária mínima de oito (8) horas e processo de avaliação definido, para formação inicial ou continuada, visando o aperfeiçoamento ou a disseminação de conhecimentos, e que atenda a comunidade externa, prioritariamente, e a comunidade acadêmica.

b) **Eventos:** ação de extensão de curta duração, sem caráter continuado, caracterizado por atividade específica que envolva comunidade externa e comunidade acadêmica, com difusão do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.

c) **Prestação de serviços:** realização de trabalho oferecido pela UFPel ou contratação por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.). A prestação de serviços caracteriza-se por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem.

d) **Publicações e outros produtos acadêmicos:** caracterizam-se como a produção de publicações com a obtenção de ISSN ou ISBN, por seu caráter público, e outros produtos acadêmicos decorrentes ou não das ações de extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica junto à comunidade em geral.

e) **Propriamente dita de Extensão:** são aquelas que não podem ser enquadradas em eventos, cursos, prestação de serviços e publicações e que se define no âmbito estrito da intervenção integral do projeto com o público-alvo e sob determinação do escopo e da metodologia proposta.

3.10. CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

QUADRO 6: CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

1º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR **Introdução à Antropologia**					**CÓDIGO** 10910014
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos:4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:

- Introduzir aspectos da história da Antropologia, sua emergência e constituição como uma área de conhecimento e um campo disciplinar.

Específicos:

- Apresentar os debates teóricos em torno de seus conceitos básicos e métodos próprios de pesquisa;
- Refletir sobre a contribuição da antropologia para a compreensão das relações sociais no transcorrer da história e no mundo contemporâneo;
- Efetuar a leitura de textos etnográficos.

EMENTA

Surgimento e desenvolvimento da Antropologia no contexto das Ciências Humanas, com ênfase nas principais correntes teóricas, nos princípios metodológicos e nos conceitos elementares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DA MATTA, R. **Relativizando:** uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1984.
LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia.** São Paulo: Brasiliense, 1993.
LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, C. (Org.) **Evolucionismo cultural***:* textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
CUCHE, D. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 2002.
MALINOWSKI, B. K. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa. In: DURHAM, E. R. (Org.). **Malinowski**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
ROCHA, E. **O que é Etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
VELHO, G. **Individualismo e Cultura:** notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

COMPONENTE CURRICULAR Fundamentos da História					CÓDIGO 10900047
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 4	**4**				

OBJETIVO

Geral:

- Introduzir o estudante nas metodologias de pesquisa histórica, por meio da análise das principais correntes teóricas, das discussões sobre o que é História e sua cientificidade e suas relações com a antropologia e a arqueologia.

Específicos:

- Os diferentes sentidos da palavra "História";
- A institucionalização da História na Academia;
- História e mercado de trabalho.

EMENTA

Disciplina que introduz os discentes nas teorias e metodologias da história, nos debates sobre as categorias de fontes e das relações entre história e antropologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOURDÉ, G, MARTIN, H. **As escolas históricas**. Mira-Sintra: Europa-América, 1990.
FONTANA, J. **História**: análise do passado e projeto social. São Paulo: Edusc, 1998.
GUAZZELLI, C. A. B.; PETERSEN, S. R. F.; SCHMIDT, B. B.; XAVIER, R. C, L. (Org.). **Questões de teoria e metodologia de História**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BESSELAAR, J. V. D. **Introdução aos estudos históricos.** São Paulo: EPU, 1979.
BLOCH, M. **Apologia da História: ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História.** São Paulo: Perspectiva, 1992.
DIEHL, A. A. **Do Método Histórico.** Passo Fundo: Ediupf, 1997.
FONTANA, J. **Introdução ao estudo da História Geral.** Bauru: Edusc, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR Sociologia I					CÓDIGO 06560020
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 4	**4**				

OBJETIVO

Geral:

- Discutir o papel que a sociologia desempenha na compreensão das sociedades modernas, desde seu surgimento, no contexto das transformações econômicas, políticas e sociais promovidas pela emergência das sociedades capitalistas industriais da virada do século XVIII e XIX até os dias atuais.

Específicos:

- Explicar o contexto histórico do surgimento da sociologia; Apresentar o pensamento sociológico clássico de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber;
- Apresentar a discussão sobre modernidade e pós-modernidade; Discutir a centralidade do trabalho nas sociedades modernas; Discutir as questões sociais e políticas da época atual.

EMENTA

A disciplina visa a discutir o papel que a sociologia desempenha na compreensão das sociedades modernas, desde seu surgimento, no contexto das transformações econômicas, políticas e sociais promovidas pela emergência das sociedades capitalistas industriais da virada do século XVIII e XIX até os dias atuais. Para tal serão abordados os seguintes pontos: o contexto histórico do aparecimento da sociologia e o positivismo de Augusto Comte; o materialismo histórico e dialético de Karl Marx; o funcionalismo de Émile Durkheim; a sociologia compreensiva de Max Weber; tradição, modernidade e pós-modernidade; a centralidade do trabalho nas sociedades modernas; o social e o político na época atual

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAUMAN, Zygmunt. Trabalho. In:_____. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CASTRO, A. M.; DIAS, E. F. **Introdução ao pensamento sociológico**. São Paulo: Moraes, 1992.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARON, R. **Etapas do Pensamento Sociológico.** São Paulo: Martins Fontes, 1982.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 13ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

QUINTEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um toque de clássicos.** Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SANTOS, B. de S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença.** Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 4 a 6 de setembro de 1995.

SELL, C. E.. **Sociologia clássica. Marx, Durkheim e Weber.** 5. ed Rio de Janeiro: Vozes, 2013

COMPONENTE CURRICULAR **Introdução à Arqueologia**					**CÓDIGO** 10910128
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 4	**3**				**1**

OBJETIVO

Geral:

- Introduzir aspectos da história da Arqueologia, sua emergência e constituição como uma área de conhecimento e um campo disciplinar.

Específicos:

- Apresentar os debates teóricos em torno de seus conceitos básicos e métodos próprios de pesquisa;
- Introduzir os subcampos da Arqueologia;
- Discutir textos arqueológicos (estudos de caso)
- Introduzir atividades extensionistas em Arqueologia

EMENTA

A disciplina visa a fazer uma apresentação geral da Arqueologia, caracterizando os seus históricos, objetos, objetivos e metodologias, bem como introduzir algumas questões teóricas. Um quarto da carga horária da disciplina se dedica a introduzir as atividades extensionistas em Arqueologia, a partir de ações variadas inseridas nos projetos temáticos de extensão pertencentes ao "Programa de Extensão do Bacharelado em Arqueologia (código/Cobalto – 133)". Cabe acrescentar que esse Programa contém projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas que contemplam as diretrizes da extensão universitária constantes na Resolução CNE nº 7 de 18 de dezembro de 2018.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEZERRA, Marcia. BEZERRA, M. **Teto e Afeto**: sobre as pessoas, as coisas e arqueologia na Amazônia. GK Noronha, Belém.2017.

DIAZ-ANDREU, Margarita. **Arqueologia crítica e humanista**. São Paulo: Fonte editorial, 2019.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Ed. Odysseus, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GEERTZ, Clifford. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro:LTC, 2008

LIMA, Tânia Andrade. A arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha. **Canindé,** Xingó, 2007, 10:11-26. SCHAAN, Denise Pahl. Arqueologia para etnólogos: colaborações entre arqueologia e antropologia na Amazônia. Anuário Antropológico,II: 13-46, 2014.

THIESEN, Beatriz Valladão; POUGUET, Martial. Nem Tempo, nem Método. Nem História, nem Antropologia. O que é Arqueologia?. **Tessituras**: Revista de Antropologia e Arqueologia, v. 6, n. 1, p. 13.

ZARANKIN, Andres; PELLINI, José Roberto. Arqueologia e companhia: reflexões sobre a introdução de uma lógica de mercado na prática arqueológica brasileira. **Revista de Arqueologia,** [S.l.], v. 25, n. 2, p. 44-60, dez. 2012.

COMPONENTE CURRICULAR **Teoria Arqueológica 1**					**CÓDIGO** NOVO
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 4	**4**				

OBJETIVO

Discutir sob as perspectivas histórica, epistemológica e política de teorias influentes que surgem e se desenvolvem na arqueologia até a segunda metade do século XX, com desdobramentos/permanências no contemporâneo.

EMENTA

Estudo de teorias arqueológicas clássicas, por exemplo evolucionista, histórico-culturalista, estruturalista, processualista, etc. em Arqueologia, apontando as ramificações, quando for o caso, na institucionalização da disciplina nas antigas colônias europeias e suas expressões atuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUNNELL, Robert C. **Classificação em arqueologia**. São Paulo: EDUSP, 2007
LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011.
ORQUERA, Luis.; HORWITZ, Vitória (comp). **Clásicos de teoría arqueológica contemporánea.** Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropologia, 2007[1981]
TRIGGER, Bruce. G. **História do pensamento arqueológico.** São Paulo: Odysseus, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BINFORD, Lewis R. **Em busca do Passado.** s.l.: Europa-América, 1991 [1983] CHILDE,
V. Gordon. O que aconteceu na história. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
GARRETA, M.; BELLELLI, C. (Org.). **La trampa cultural**: textos de Antropología y Arqueología. Buenos Aires: Ediciones Caligraf, 2000.
JOHNSON, Matthew. *Teoría Arqueológica: una introducción*. Barcelona: Ariel, 2000.
LEROI-GOURHAN, André. O gesto e a palavra. Lisboa: Edições 70, 1985, 1990. 2v.

2º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR **Teoria Antropológica I**					**CÓDIGO** 10910019
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:
- Estudar os clássicos do pensamento antropológico norte-americano.

Específico:
- Apresentar o sentido e a formulação dos seus principais problemas e a presença atual das perspectivas da Escola.

EMENTA

Estudo das relações entre teorias, conceitos e métodos de investigação, tal como desenvolvido no pensamento antropológico norte americano

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOAS, F. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
LARAIA, R. B. **Cultura:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENEDICT, R. **O Crisântemo e a Espada**. São Paulo: Perspectiva, 2006. GOFFMAN, E. Estigma e identidade social. In: **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
MEAD, M. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1988.
SAHLINS, M. D. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011
WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR **Teoria Antropológica II**					**CÓDIGO** 10910020
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 4	**4**				

OBJETIVO

Geral:
- Estudar a contribuição dos autores clássicos do pensamento antropológico britânico.

Específicos:
- Evidenciar a formulação de seus principais problemas e estimulando a reflexão a respeito da atualidade de suas perspectivas.

EMENTA

Estudo das relações entre teorias, conceitos e métodos de investigação, tal como desenvolvido no pensamento antropológico britânico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1993.
KUPER, A. **Antropólogos e Antropologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, C. (Org.). **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**: ensaio sobre as noções de poluição e tabu. São Paulo: Perspectiva, 1976.
LEACH, E. R. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: Edusp, 1995.
MELATTI, J. C. (Org.). **Radcliffe-Brown**. São Paulo: Ática, 1995. (Coleção Grandes Cientistas Sociais: Antropologia).
TURNER, V. **O processo ritual**. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

COMPONENTE CURRICULAR **Arqueologia Histórica I**					**CÓDIGO** 10910036
CARGA HORÁRIA: **Horas: 60** **Créditos: 4**	**Distribuição de créditos**				
	T **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

- Compreender como a arqueologia histórica se constitui como disciplina arqueológica.

Específicos:

-Conceituar a arqueologia histórica e a hermenêutica das fontes.

EMENTA

Introdução à arqueologia histórica, abordando o histórico deste campo de estudo, suas escolas e discussões teóricas. Relação entre as evidências materiais e as outras fontes (escritas, orais, visuais). Introdução à identificação, caracterização, classificação, tipologia e cronologia dos materiais arqueológicos mais recorrentes da Arqueologia histórica continental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEAGAN, Kathleen. Líneas de Investigación en arqueología histórica. **Vestígios** – Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia/UFMG, 2(1): 63-92, jan./jun. 2008.

ORSER JUNIOR, Charles E. **Introducción a la Arqueología Histórica**. Buenos Aires: AINA, 2000.

ROSIGNOLI, Bruno; BIASATTIE, Soledad. Dossiê Arqueologia da Repressão e da Violência na América Latina. **Revista de Arqueologia**, V. 29 N. 2 (2016).

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flavia Prado (orgs.). **Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira**. São Paulo: Annablume, 2009:279-310.

TOCCHETTO, Fernanda B. **Fica dentro ou joga fora**. Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista. Porto Alegre: ANPHU-RS, v. 334, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RIBEIRO, Loredana; JACOME, Camila. Tupi ou não Tupi? Predação material, ação coletiva e colonialismo no Espírito Santo, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi.** Ciênc. hum., Belém , v. 9, n. 2, p. 465-486, Aug. 2014 .

SALERNO, Melisa A. **Arqueología de la indumentaria: prácticas e identidad en los Confines del Mundo Moderno** (Antártida, siglo XIX). Buenos Aires: Del Tridente, 2006.

SCHÁVELZON, Daniel. **Arqueología histórica de Buenos Aires (III)**: excavaciones en la Imprenta Coni, San Telmo. Buenos Aires: Editorial Corregidor, 1996.

ZARANKIN, Andres. **Paredes que domesticam:** Arqueologia da arquitetura escolar capitalista - o caso de Buenos Aires. Campinas: Editora da Unicamp; Fapesp, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR **Etnologia Ameríndia I**					**CÓDIGO** 10910011
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 4	**3**				**1**

OBJETIVO

Geral:
- Introdução à área de etnologia ameríndia;

Específico:
- Apresentação teórica e etnográfica dos grupos étnicos, seus sistemas de pensamentos, seus territórios;
- Discussão sobre relações interétnicas, seus sistemas de dádivas, a origem e formação étnica dos estados nacionais.

-Aproximação de ensino e extensão com o Programa do Bacharelado em Antropologia

EMENTA

Estudos teóricos e etnográficos de temas diversos acerca dos ameríndios no Brasil e no Cone Sul. Atividades extensionistas vinculadas ao Programa do Bacharelado em Antropologia Código 147. Esse Programa contém projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas que contemplam as diretrizes da extensão universitária constantes na Resolução CNE nº 7 de 18 de dezembro de 2018. O/a discente deverá participar, com aproveitamento integral, do projeto desse Programa que contemple os objetivos da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BECKER, I. I. B. **Os índios Charrua e Minuano na antiga Banda Oriental do Uruguai**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

TOMMASINO, K.; MOTA, L. T.; NOELLI, F. S. (Org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduel, 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**: e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CLASTRES, H. **Terra Sem Mal**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

FAVRE, O. P. **Sangre indígena en el Uruguay**. Durazno: Libros del Autor, 1994.

JOAQUIM, D. *K.* ***Kanhgás jinjén*** **- Armadilhas kaingang**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2008.

TEMPASS, M. C. **Doce cosmologia mbyá-guarani:** uma etnografia de saberes e sabores. Curitiba: Appris, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR					CÓDIGO
Teoria Arqueológica 2					10910114
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 4	**4**				

OBJETIVO

Discutir sob as perspectivas histórica, epistemológica e política de teorias influentes na arqueologia das últimas décadas do século XX e suas expressões contemporâneas.

EMENTA

Estudo das teorias arqueológicas críticas do século XX, comumente designadas como pós-positivistas e alternativas, por exemplo arqueologia interpretativa, pós-colonial, marxista, indígena, de gênero, etc., discutindo a entrada e desenvolvimento destes aportes teóricos nas Arqueologias de países periféricos, sobretudo latinoamericanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAZ-ANDREU, Margarita. Arqueologia crítica e humanista. São Paulo: Fonte editorial, 2019.

HABBER, Alejandro. (Org.). **Hacia una Arqueología de las Arqueologías Sudamericanas.** Bogotá: Ediciones Uniandes, 2004.

HODDER, I. **Interpretación en Arqueología.** Corrientes Actuales. Barcelona: Crítica, 1994.

PELLINI, José Roberto; ZARANKIN , Andrés; SALERNO, Melisa. (Org.). **Sentidos Indisciplinados Arqueología, Sensorialidad Y Narrativas Alternativas.** 1ed. Madrid: JAS Arqueología S.L.U, 2017.

VILLALPANDO, Elisa; MCGUIRE, Randall. **Entre muros de piedra**: la arqueología del Cerro de Trincheras. Hermosillo: Instituto Sonorense de Cutura, Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JOHNSON, Mathew. **Teoría Arqueológica**: una introducción. Barcelona: Ariel, 2000.

NASTRI, Javier; MENEZES FERREIRA, Lucio (Ed.). **Historias de arqueologia Sudamericana**. Buenos Aires: Fundacion de Historia Natural Felix de Azara, 2010.

ORQUERA, Luis.; HORWITZ, Vitória (comp). **Clásicos de teoría arqueológica contemporánea.** Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropologia, 2007[1981]

SCHAAN, Denise Pahl. **A linguagem iconográfica da cerâmica Marajoara**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1997.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento Arqueológico.** São Paulo: Odysseus, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR **Prática de Campo I**					**CÓDIGO** 10910037
CARGA HORÁRIA: **Horas: 60** **Créditos: 4**	**Distribuição de créditos**				
	T **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:

- Desenvolver processos de levantamento e avaliação diagnóstica dos estudos e dos riscos ao patrimônio arqueológico de forma prática.

Específico:

- Introduzir aos princípios e técnicas gerais da prática de campo em arqueologia.

EMENTA

Introdução aos princípios e técnicas gerais da prática de campo em arqueologia, discutindo e estudando a fundamentação teórica e os aspectos pragmáticos das diferentes fases e procedimentos da prospecção no trabalho arqueológico (diagnóstico, levantamento, acompanhamento / monitoramento), incluindo o manuseio de ferramentas e equipamentos, bem como os aspectos administrativos que envolvem a logística de campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BICHO, N. F. **Manual de arqueologia pré-histórica**. Compêndio, 2006.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia.** São Paulo: Ática, 1988.

GASPAR, Madu; SOUZA, Scheila Mendonça de (Org.). **Abordagens Estratégicas em Sambaquis**. Erechim: Habilis Editora, 2013.

RENFREW, COLIN e PAUL BAHN. Teorías, Métodos, y Práctica. Madrid: Akal, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, R. L. S. **Manual de Arqueologia Rupestre:** uma introdução ao estudo da arte rupestre na Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes. Florianópolis: Ioesc, 2002.

CALDARELLI, S. B. (Org.). **Atas do simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**. Universidade Católica de Goiás – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia; Fórum Interdiscipinar para o Avanço da Arqueologia. Goiânia, 1997.

CELORIA, F. **Arqueologia.** São Paulo: Melhoramentos, 1975.

RAMBELLI, G. **Arqueologia até debaixo d'água**. São Paulo: Maranta, 2002.

3º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR **Teoria Antropológica III**					**CÓDIGO** 10910021
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:
- Estudar as obras clássicas do pensamento antropológico francês.

Específico:
- Debater o sentido e a formulação dos seus principais problemas e a presença atual das perspectivas.

EMENTA

Estudo das relações entre teorias, conceitos e métodos de investigação tal como desenvolvidas no pensamento antropológico francês

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUMONT, L. **Homo hierarchicus**: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo: Edusp, 1992.
LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** Campinas: Papirus, 1989.
MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 1989.
LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2000.
BRUMANA, F. G. **Antropologia dos sentidos**: introdução às ideias de Marcel Mauss. São Paulo: Brasiliense, 1983.
GENNEP, A. V. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.
LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996

COMPONENTE CURRICULAR Teoria Antropológica IV					CÓDIGO 10910023
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 4	**4**				

OBJETIVO

Geral:

- Estudar os/as autores/as vinculados/as ao pensamento antropológico brasileiro.

Específicos:

- Analisar a influência e o sentido das suas formulações para a construção (intelectual) do país.

EMENTA

Estudar as principais linhas de orientação e pesquisa que marcaram e ainda marcam a produção antropológica no Brasil

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DE CASTRO, E. V.. Perspectivismo e multiculturalismo na América Indígena. In: **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala.** Rio de Janeiro: Record, 1989.

OLIVEIRA, R. C. **Sobre o Pensamento Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPQ, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

FERNANDES, F. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. São Paulo: Globo, 2006.

OLIVEN, R G. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

PEIRANO, M. A teoria vivida: reflexões sobre a orientação em Antropologia. **Ilha**, Florianópolis,v.6,n.1, 2004. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/16679/15273

VELHO, G. **Individualismo e cultura**: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

COMPONENTE CURRICULAR					CÓDIGO
Teoria Arqueológica 3					10910116
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 4	**3**				**1**

OBJETIVO

Discuscutir sob as pesrpectivas histórica, epistemológica e política das teorias influentes na arqueologia do século XXI. Um quarto da disciplina se dedica a dar seguimento às atividades extensionistas em Arqueologia, a partir de ações variadas inseridas nos projetos temáticos de extensão pertencentes ao “Programa de Extensão do Bacharelado em Arqueologia (código/Cobalto – 133)”. Cabe acrescentar que esse Programa contém projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas que contemplam as diretrizes da extensão universitária constantes na Resolução CNE nº 7 de 18 de dezembro de 2018.

EMENTA

Introduzir ao estudo das discussões teóricas pós-disciplinares que circulam pela arqueologia a partir da virada do século XX, como virada ontológica, virada descolonial, arqueologia colaborativa, antropoceno, afrocentricidade, etc., com foco em seus desdobramentos nas arqueologias do sul mundial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SHEPHERD, Nick; GNECCO, Cristóbal; HABER, Alejandro. **Arqueología y decolonialidad.** Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2016.
HENDERSON, Hope ; FAJARDO BERNAL, Sebastián (Comp.). **Reproducción social y creación de desigualdades: discusiones desde la antropología y la arqueología suramericanas.** Cordoba: Encuentro Grupo Ed., 2012
HERNANDO, Almudena; COELHO, Elizabeth Maria Beserra (Ed.). **Estudos sobre os Awá**: caçadores-coletores em transição. São Luiz: EDUFMA, 2013.
TORRES, Sonia. **O antropoceno e a antropo-cena pós-humana**: narrativas de catástrofe e contaminação. Ilha do Desterro, v. 70, n. 2, p. 93-105, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HARISSON, Rodney. Arqueologias de futuros e presentes emergentes. **Revista Latino-americana de arqueologia histórica**, v. 12, p. 83-104, 2019.
WATTS, Vanessa. Lugar-Pensamento indígena e agência de humanos e não-humanos. **Espaço Ameríndio**, 11(1), 2017.
WEBMOOR, Timothy. Un giro más tras el "giro social". El principio de la simetría en arqueología. **Complutum,** v. 18, p. 296-305, 2007.
GNECCO, Cristóbal. **Antidecálogo**: diez ensayos (casi) arqueológicos. Madrid: Del signo, 2017.

COMPONENTE CURRICULAR **Etnologia Afro-americana I**					**CÓDIGO** 10910003
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 4	**3**				**1**

OBJETIVO

- Apresentar e debater sobre as diversas perspectivas teóricas que buscam explicar a incorporação dos segmentos afrodescendentes nas sociedades latino-americanas pós-coloniais, especialmente Brasil.

Específico:

- Discutir sobre o impacto de tais teorias na conformação das identidades nacionais, constituídas no bojo de lutas narrativas, contemplando-se na discussão uma perspectiva histórica.
- Aproximação de ensino e extensão com o Programa do Bacharelado em Antropologia

EMENTA

Afrodescendentes e Estado-Nação na América Latina; pós-abolição e cidadania; paradigmas teóricos sobre a diversidade étnico-racial. Prática extensionista junto ao Programa do Bacharelado em Antropologia Código 147. Esse Programa contém projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas que contemplam as diretrizes da extensão universitária constantes na Resolução CNE nº 7 de 18 de dezembro de 2018. O/a discente deverá participar, com aproveitamento integral, do projeto desse Programa que contemple os objetivos da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global Editora, 2007.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDREWS, G. R. **América Afro-latina, 1800-2000**. São Carlos: Edufscar, 2007.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: FAUSP; Editora 34, 2002.

HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

RODRIGUES, R. N. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Editora da UFRJ, 2006

COMPONENTE CURRICULAR **Arqueologia Indígena Brasileira 1**					**CÓDIGO** 10910117
CARGA HORÁRIA: **Horas: 60** **Créditos: 4**	**Distribuição de créditos**				
	T **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:

- Discuscutir de forma crítica da história da arqueologia indígena brasileira e das terras baixas sul-americana.

Específicos:

- Contrapor os distintos modelos para a ocupação indígena originária elaborados ao longo das últimas décadas nas terras baixas sul-americana;
- Discutir sobre tecnologias indígenas e modos de apropriação, transformação e historicização de paisagens desde a transição entre o Pleistoceno/Holoceno nas terras baixas sul-americanas;
- Valorizar o patrimônio arqueológico indígena;

EMENTA

Estudo e discussão do processo de ocupação humana das terras baixas sul-americanas e do Brasil, abordando as diversas teorias e renovação do conhecimento científico na área, relacionando os modelos explicativos para as sociedades regionais aos seus fundamentos epistemológicos na teoria arqueológica (identificação e caracterização das escolas arqueológicas e suas influências). Compreensão das tecnologias e modos de apropriação, transformação e historicização de paisagens desde a transição entre o Pleistoceno/Holoceno nas terras baixas sul-americanas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Adriana S. 1995 Um Projeto para a Arqueologia Brasileira: Breve Histórico da Implementação do PRONAPA. **Revista do CEPA**, 19 (22). p. 25-39.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2000.

GASPAR, Madu. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. A pré-história e os verdadeiros colonizadores. Cuiabá: Archaeo/Carlini & Caniato Editorial, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUENO, Lucas; DIAS, Adriana Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro. *Estud. av.*, Abr 2015, vol.29, no.83, p.119-147.

COPÉ, Silvia Moehlecke. A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro. *Estud. av.*, Abr 2015, vol.29, no.83, p.149-171.

MENDONÇA, Alfredo. de S. História da Arqueologia Brasileira. **Pesquisas-Antropologia**. São Leopoldo, n. 46, 1991.

NEVES, Walter. A.; PILÓ, L. B. **O Povo de Luzia**. 1º ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

SOUZA, C.R. de G.; SUGUIO, K.; OLIVEIRA, A. M. dos S.; DE OLIVEIRA, P. E. **Quaternário do Brasil**. Ribeirão Preto, Holos Editora, 2005.

DE CASTRO, Eduardo. V. Perpectivismo e multinaturalismo na Amazônia indígena. In: . **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

4º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR **Patrimônio Cultural**					**CÓDIGO** 10910118
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 4	**3**				1

OBJETIVO

Geral:

- Discutir como é tratado o patrimônio cultural no Brasil a partir de parâmetros internacionais.

Específico:

- Conceituar Patrimônio Cultural e patrimonialização, seus princípios internacionais e nacionais, legislação e identificação
- Um quarto da disciplina se dedica a dar seguimento às atividades extensionistas em Arqueologia, a partir de ações variadas inseridas nos projetos temáticos de extensão pertencentes ao "Programa de Extensão do Bacharelado em Arqueologia (código/Cobalto – 133)". Cabe acrescentar que esse Programa contém projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas que contemplam as diretrizes da extensão universitária constantes na Resolução CNE nº 7 de 18 de dezembro de 2018.

EMENTA

Discussão dos conceitos antropológicos e arqueológicos de patrimônio cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.) **Memória e Patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DODEBEI, Vera. Patrimônio e Memória Digital. **Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, ano 04, n. 08, 2006.

JORGE, V. O. **Arqueologia, patrimônio e cultura.** Porto: Editora Piaget, 2000.

SCHAAN, Denise Pahl (Org.). **Arqueologia, patrimônio e multiculturalismo na beira da estrada**: pesquisando ao longo das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, Pará. Belém: GKNoronha, 2012.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Proteção jurídica do patrimônio arqueológico no Brasil**: fundamentos para efetividade da tutela em face de obras e atividades impactantes. Erechim: Habilis, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBANO, M. C. (Org.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** Lisboa: Edições 70, 2000.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Minc/IPHAN, 2005.

HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS. Ano 11, n. 23. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2005

OOSTERBEEK, L. **Arqueologia, patrimônio e gestão do território.** Erechim: Habilis, 2007.

Metodologia da Pesquisa em Arqueologia					**Código** 10910119
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 4	**4**				

OBJETIVO

Gerais:
Aprender estratégias metodológicas que envolvam técnicas e métodos de campo e laboratório, desde uma perspectiva da história da disciplina até o contexto contemporâneo.

Específicos:
Aprender técnicas de campo em arqueologia;
Aprender técnicas analíticas de laboratório em arqueologia;
Aprender a compor estratégias metodológicas gerais para atender a objetivos de pesquisa.

EMENTA

O objetivo dessa disciplina é compreender o avanço e transformações metodológicas que ocorreram ao longo da história da arqueologia, desde as técnicas de campo às técnicas analíticas laboratoriais. Dar margem à discussões sobre metodologias consolidadas no campo da arqueologia e sobre metodologias alternativas que circulam no campo da arqueologia crítica.
Abordar estudos de caso fundamentais na arqueologia, em que foram criadas estratégias metodológicas para atender às demandas teóricas em voga em cada período da arqueologia, desde o século XIX até a contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BINFORD, Lewis R. **A tradução do registro arqueológico.** Em busca do Passado. s.l.: Europa-América, 1991 [1983].
BICHO, N. F. **Manual de arqueologia pré-histórica.** Compêndio, 2006.
SILVA, F. A.. Arqueologia Colaborativa com os Asurini do Xingu: um relato sobre a pesquisa no igarapé Piranhaquara - Terra Indígena Koatinemo. **Revista de Antropologia** (São Paulo), v. 58, p. 142-173, 2015.
LATOUR, B. **Reagregando o Social.** Uma introdução à teoria do Ator-Rede. Ed Edusc, 2012.
WOLF, Luiza Spinelli Pinto. **Seres materiais entre sons e afetos**: uma etnografia arqueológica dos objetos em terreiras de Pelotas/RS. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. **Cadernos de Campo,** n. 13, 2005.
FUNARI, P. P. A. **Arqueologia.** São Paulo: Ática, 1988.
GASPAR, Madu; SOUZA, Scheila Mendonça de (Org.). **Abordagens Estratégicas em Sambaquis**. Erechim: Habilis Editora, 2013.
RENFREW, COLIN e PAUL BAHN. **Arqueología.** Teorías, Métodos, y Práctica. Madrid: Akal, 1993.

COMPONENTE CURRICULAR **Cartografia e Geoprocessamento**					**CÓDIGO** 10060117
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas:60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos:4			**4**		

OBJETIVO

Geral:

- Capacitar os/as futuros/as profissionais arqueólogos/as, na leitura de cartas topográficas e no uso de geotecnologias para o planejamento, análise e representação de dados de campo.

Específicos:

- Conhecer exemplos de aplicabilidade do geoprocessamento e do sensoriamento remoto com estudos ligados a arqueologia;
- Instrumentalizar em ferramentas de geoprocessamento com aplicabilidade em projetos na área de Arqueologia.

EMENTA

Noções básicas sobre mapas, escala e projeções cartográficas, leitura e interpretação de Cartas Topográficas. Simbologia cartográfica. Introdução ao SIG e ao Geoprocessamento. Representações Computacionais do Espaço Geográfico. Operações sobre Dados Geográficos: mapeamento, interpretação e análise de imagens de satélites; Aplicação do geoprocessamento na área da arqueologia

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CROSTA, Álvaro P. **Processamento digital de imagens de sensoriamento remoto.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

FITZ, PAULO Roberto. **Cartografia básica.** Canoas: La Salle, 2000.

FITZ. P. R. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

FRIEDMANN, Raul. **Fundamentos de orientação, cartografia e navegação terrestre.** Curitiba: PRO. BOOKS Editora e CEFET-PR, 2003.

GRANELL-PÉREZ. Maria del Carmem. **Trabalhando geografia com as cartas topográficas.** Ijuí: Editora da Unijuí, 2004.

INPE. Introdução ao SPRING. **Divisão de Processamento de Imagens.** Fevereiro de 2009.

INPE. Tutorial do SPRING.

INPE/UFMG. Tutorial do programa Terraview.

MIRANDA, José I. **Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas.** Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Cêurio de. **Curso de Cartografia Moderna.** Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

SILVA, Ardemiro de Barros. **Sistemas de Informações Geo-referenciadas: conceitos e fundamentos.** Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

TEIXEIRA, Amandio Luis de Almeida; CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Sistemas de Informações Geográficas: Dicionário Ilustrado.** São Paulo: Hucitec, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR **Mitologia e Ritual**					**CÓDIGO** 10910028
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas:60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos:4	**4**				

OBJETIVO

Geral:

- Subsidiar projetos, pesquisas, análises, escritura de textos produzidos pelos/as estudantes de graduação.

Específicos:

- Compreender as relações entre humanos e não-humanos;
- Discussão teórica e metodológica sobre mito e ritual;

Possibilitar um olhar particular sobre a diversidade de sociedades humanas marcadas tanto pelo fenômeno da tradição como da globalização.

EMENTA

A partir das séries classificatórias natureza/cultura, animalidade/humanidade, corpo/espírito, simetria/assimetria, sincronia/diacronia esta disciplina aborda a articulação dos conceitos de mitologia, história, genealogia, alteridade, ritual, território, presentes entre os grupamentos ameríndios e as sociedades modernas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural 2**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
_____. **O cru e o cozido**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
VAN GENNEP, A. **Os Ritos de Passagem**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATESON, G. **Naven**. São Paulo: Edusp, 2008.
DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2000.
LÉVI-STRAUSS, C. **Do mel às cinzas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
TURNER, V. W. **Floresta de símbolos**. Niterói: Editora da UFF, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR **Arqueologia Extensionista**					**CÓDIGO** 10910120
CARGA HORÁRIA: **Horas: 60** **Créditos: 4**	**Distribuição de créditos**				
	T	**E**	**P**	**EAD**	**EXT 4**

OBJETIVO

Geral:

- Fomentar a implantação de ações e projetos extensionistas que contemplem a inserção discente na sociedade enquanto agentes multiplicadores do conhecimento construído na Universidade.

Esta disciplina se dedica especialmente a dar seguimento às atividades extensionistas em Arqueologia, a partir de ações variadas inseridas nos projetos temáticos de extensão pertencentes ao "Programa de Extensão do Bacharelado em Arqueologia (código/Cobalto – 133)". Cabe acrescentar que esse Programa contém projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas que contemplam as diretrizes da extensão universitária constantes na Resolução CNE nº 7 de 18 de dezembro de 2018.

EMENTA

Fomentar a implantação de ações e projetos extensionistas que contemplem a inserção discente na sociedade enquanto agentes multiplicadoras/es do conhecimento construído na Universidade. Esta disciplina ocorre em diálogo com as disciplinas de Patrimônio Cultural e Teoria Arqueológica 3, nas quais os conhecimentos teóricos necessários para a operacionalização das ações extensionistas da presente disciplina serão abordados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CABRAL, Mariana Petry. De cacos, pedras moles e outras marcas: percursos de uma arqueologia não-qualificada. Amazônica - **Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 314-331, out. 2014.

HARTEMANN, Gabby. ; MORAES, Irislaine P. Contar Histórias e Caminhar Com Ancestrais: Por Perspectivas Afrocentradas e Decoloniais Na Arqueologia. **Vestígios**. Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica, v. 12, p. 09-34, 2018.

SILVA, Fabíola Andréa; BESPALEZ, Eduardo; STUCHI, Francisco Forte. Arqueologia colaborativa na Amazônia: terra indígena Kuatinemu, rio Xingu, Pará. Amazônica- **Revista de Antropologia,** v. 3, n. 1, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, Lúcio Menezes. Sob fogo cruzado: Arqueologia comunitária e patrimônio cultural. **Revista Arqueologia Pública**, v. 3, n. 1 [3], p. 81-92, 2008.

GONZÁLEZ, Alfredo Ruibal. **La experiencia del Otro:** Una introducción a la Etnoarqueología. Madrid: Akal, 2003.

5º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR **Arqueologia, comunidades e etnografia**					**CÓDIGO** 10910121
CARGA HORÁRIA: **Horas: 60** **Créditos: 4**	**Distribuição de créditos** **T** **3**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT** **1**

OBJETIVO

Desenvolver interações com comunidades de interesse e problematizar as relações entre participantes das pesquisas arqueológicas (quem estuda e quem participa do estudo como público externo à academia). Um quarto da carga horária da disciplina se dedica ao desenvolvimento de atividades extensionistas em Arqueologia, a partir de ações variadas inseridas nos projetos temáticos de extensão pertencentes ao "Programa de Extensão do Bacharelado em Arqueologia (código/Cobalto – 133)". Cabe acrescentar que esse Programa contém projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas que
contemplam as diretrizes da extensão universitária constantes na Resolução CNE nº 7 de 18 de dezembro de 2018.

EMENTA

A disciplina discute abordagens específicas das arqueologias em contato com comunidades, como arqueologia pública (história, conceitos, objetos e objetivos, presença na arqueologia contemporânea, etc.), etnoarqueologia (uso de fontes históricas, analogia etnográfica, etc.), arqueologia colaborativa, arqueologia comunitária, arqueologia etnográfica, etc., sistematizando métodos e conceitos próprios à Arqueologia e Antropologia, tais como etnografia, comunidade e colaboração. Ao trabalhar com comunidades, a disciplina considerará debates sobre direitos
humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEZERRA, Marcia. BEZERRA, M. 2017. Teto e Afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia. GK Noronha, Belém.
CASTAÑEDA, Quetzil E.; MATTHEWS, Christopher N. (eds.) Ethnographic Archaeologies: Reflections on Stakeholders and Archaeological Practices. Altamira Press, p. 25-61, 2008.
GONZÁLEZ-Ruibal, Alfredo. **La experiencia del Otro:** Una introducción a la Etnoarqueología. Madrid: Akal, 2003.
PEIRANO, Marisa. A favor da etnografia. Série Antropologia 130, Brasília, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. (Re) aproximando os campos da Antropologia Social e da Arqueologia no Brasil: Etnoarqueologia em laudos antropológicos judiciais sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J. et al. (Org.). **Laudos antropológicos em perspectiva**. Brasília, ABA, p.234-261, 2015.
FERREIRA, Lucio M.. Patrimônio, pós-colonialismo e repatriação arqueológica. **Ponta de Lança: História, Memória e Cultura,** v.1. São Cristóvão (Sergipe), 2008.
FUNARI, Pedro P. A. et al. Arqueologia Pública no Brasil e as novas fronteiras. **Praxis Archaeologica,** v. 3. 2008.
POLITIS, Gustavo. Arqueología de la infancia: una perspectiva etnoarqueológica. **Trabajos de Prehistoria**, Madrid, 55 (2). p. 5-19, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR **Campo de Trabalho em Arqueologia**					**CÓDIGO** 10910122
CARGA HORÁRIA: **Horas: 60** **Créditos: 4**	**Distribuição de créditos**				
	T **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Apresentar exemplos de atuação de profissionais em arqueologia, desde consultorias e produções em áreas digitais e áudio-visual, passando pelos quadros de centros de pesquisa e Instituições de Ensino, até as práticas de licenciamento ambiental, a principal faceta em termos de mercado de trabalho da área de arqueologia.

EMENTA

O campo de trabalho em Arqueologia envolve diferentes facetas profissionais. A habilitação para atuar como arqueólogo/a no licenciamento ambiental confere poder para definir o que é patrimônio, o que deve ou não ser preservado e receber ou não tratamento específico. O que se pretende tematizar são dois modos distintos de exercício deste poder: o cumprimento dos requisitos mínimos exigidos pela legislação e a exploração dos meandros dessa mesma legislação de modo a favorecer a inclusão pública da arqueologia e maximizar os ganhos em termos de preservação, auto-gerenciamento, conhecimento, divulgação e uso social do patrimônio arqueológico. Ao trabalhar com comunidades, a disciplina considerará debates sobre direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PENIN, André S. **Academia Contrato e Patrimônio**. Visões distintas da mesma disciplina. Tese de Doutorado (Arqueologia). São Paulo: MAE/USP, 2010.

MONTICELLI, Gislene. **Deixe estar: arqueologia, patrimônio e licenciamentos ambientais.** Porto Alegre: EDPUCRS, 2010.

GNECCO, Cristóbal; DIAS, Adriana Schmidt (Comp.). **Crítica de la razón arqueológica**: arqueología de contrato y capitalismo. Bogota: Instituto Colombiano de Antropología e História, 2017.

LIMA, Tania Andrade; CALDARELLI, Solange Bezerra (Org.). **Atas do simpósio a arqueologia no meio empresarial: Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Goiânia: Sociedade de Arqueologia Brasileira, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 2002.

ROCHA, Bruna. C. da; JÁCOME, Camila.; STUCHI, Fernando.F; MONGELÓ, Guilherme. Z.; VALLE, Raoni. Arqueologia pelas gentes: um manifesto. Constatações e posicionamentos críticos cobre a arqueologia brasileira em tempos de PAC. **Revista de Arqueologia** 26(1). p. 130-140, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KING, T. F. Estudo de Impacto Ambiental, gestão de patrimônio cultural e bens históricos. Aprendendo com os erros dos Estados Unidos da America. Especiaria. **Cadernos de Ciências Humanas**, 11-12(20-21):299-306, 2008-2009.

ZANETTINI, Paulo.; WICHERS, Camila. A. de M. Arqueologia preventiva e o ensino de arqueologia no Brasil. **Habitus**, v. 12, n.2, p. 239-256, jul./dez. 2014.

COMPONENTE CURRICULAR **Arqueologia da Diáspora Africana**					**CÓDIGO** 10910123
CARGA HORÁRIA: **Horas: 60** **Créditos: 4**	**Distribuição de créditos**				
	T **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:

- Apresentar o processo histórico de formação do Brasil através da arqueologia da diáspora africana.

Específicos:

- Debater as principais correntes teóricas e metodológicas da Arqueologia da Diáspora Africana.

EMENTA

O objetivo geral da disciplina é apresentar os temas, métodos e teorias da arqueologia da diáspora africana. Na primeira unidade, trabalharemos o conceito de diáspora africana, nas ciências humanas, em geral, e na arqueologia, em particular. Na segunda unidade, apresentaremos estudos de caso brasileiros em arqueologia da diáspora africana. Em ambas as unidades, discutiremos o racismo estrutural, os direitos humanos nas Américas e pensaremos políticas e narrativas antirracistas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGOSTINI, Camilla (Org.). **Objetos da escravidão**: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

HARTEMANN, Gabby. ; MORAES, Irislaine P. Contar Histórias E Caminhar Com Ancestrais: Por Perspectivas Afrocentradas E Decoloniais Na Arqueologia. **Vestígios**. Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica, v. 12, p. 09-34, 2018.

JONES, Sian. **The Archaeology of ethnicity**: constructing identities in the past and the present. London: Routledge, 1997.

ORSER JUNIOR, Charles E. **A Historical Archaeology of the modern world.** New York and London: Plenum Press, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUTIERREZ, E. J. B. **Barro e sangue**: mão-de-obra, Arquitetura e urbanismo em Pelotas. Pelotas: Editora da UFPel, 2005.

MAESTRI, M. **O escravo no Rio Grande do Sul**: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia. São Lourenço. Caxias do Sul: Editora da UCS, 1984.

SOUZA, M. A. T. Uma outra escravidão: a paisagem social no Engenho de São Joaquim, Goiás. **Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica,** v.1, n.1. Belo Horizonte, 2007.

SYMANSKI, L. C. P.; SOUZA, M. A. T. de. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** v. 33. Brasília, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR **Prática de Laboratório I**					**CÓDIGO** 10910035
CARGA HORÁRIA: **Horas: 60**	**Distribuição de créditos**				
Créditos: 4	**T**	**E**	**P** **4**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

- Debater os princípios e técnicas gerais da prática de laboratório

Específicos:

- Desenvolver na prática processos de consolidação, manutenção, catalogação e divisão tipológica genérica de objetos;
- Compreender aspectos tecnológicos de produção de artefatos, envolvendo estudos de cadeia operatória e análise diacrítica;
- Aprender sobre atributos básicos de análise tecnotipológica de tecnologias oriundas de sociedades indígenas das terras baixas sul-americanas.

EMENTA

Introdução aos princípios e técnicas gerais da prática de laboratório em arqueologia, apresentando a fundamentação teórica e aspectos pragmáticos das diferentes fases e procedimentos na curadoria do material arqueológico. Aprendizado sobre atributos de análise tecnotipológica, que envolve estudo de cadeias operatórias e análise diacrítica sobre tecnologias de sociedades indígenas das terras baixas sul-americanas. Aprendizado sobre representação gráfica de artefatos e processos diacríticos, tanto com técnica analógicas como digitais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BICHO, N. F. **Manual de arqueologia pré-histórica**. Compêndio, 2006.

DIAS, Adriana Schmidt & HOELTZ, Sirlei Elaine. Proposta Metodológica para o estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. **Revista do CEPA.** v. 21, nº 25. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1997. pp. 21-62.

LA SALVIA, Fernando & BROCHADO, José J. J. P. **Cerâmica Guarani.** Porto Alegre: Posenato& Cultura, 1989.

PROUS, A. **Apuntes para análisis de industrias líticas** - Ortigueira: Fundación Federico Maciñeira, 2004.

SILVA, Fabiola A., APPOLONI, Carlos et al. A arqueometria e a análise de artefatos cerâmicos: um estudo de fragmentos cerâmicos etnográficos e arqueológicos por Fluorescência de Raios X (EDXRF) e Transmissão Gama. **Revista de Arqueologia** da Sociedade de Arqueologia Brasileira. v. 17, 2004. pp. 41-62.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROCHADO, José J. J. P & MONTICELLI, G. Regras práticas na reconstrução gráfica das vasilhas de cerâmica Guarani a partir dos fragmentos. **Estudos Ibero-americanos**. Porto Alegre. v. XX, (2), dez. 1994. p. 107-118.

CHMYZ, I. Terminologia Arqueológica Brasileira para a cerâmica. 2 Ed. Rev. e Ampl. **Cadernos de Arqueologia**, Paranaguá: Museu de Arqueologia e Artes Populares, n. 1, 1976. LEMMONIER, P. (Ed). **Technological Choices:** Transformation in Material Cultures since the neolithic**.** London/ New York: Routledge, 1993.

MEGGERS, Betty J. & EVANS, Clifforfd. *Como* **Interpretar a Linguagem da Cerâmica, manual para arqueólogos.** Washington, D.C.: SmithsonianInstitution, 1970.

MORAIS, José Luis de. **Tecnotipologia Lítica.** Erechim: Habilis, 2007.

NEUMANN, Mariana Araújo. Distribuição das marcas de uso e especificidades funcionais para a cerâmica Guarani pré-colonial. **Revista de Arqueologia** da SAB. V. 24 (1), 2011. pp. 52-65.

COMPONENTE CURRICULAR **Gestão de Acervos e Conservação de Materiais Arqueológicos**					**CÓDIGO** 10910141
CARGA HORÁRIA: **Horas: 60** **Créditos: 4**	**Distribuição de créditos**				
	T **2**	**E**	**P** **2**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

- Descrever os processos de degradação dos materiais arqueológicos, as distintas metodologias de conservação preventiva e de conservação curativa a campo e no laboratório.
- Reforçar a importância da conservação arqueológica dentro da gestão do patrimônio arqueológico.
- Aprender a realizar a gestão de acervos arqueológicos em espaços científicos, culturais e leigos.
- Estudar procedimentos e técnicas concernentes à gestão do acervo arqueológico.

EMENTA

O rol da conservação na gestão do patrimônio arqueológico. Recomendações Internacionais, normativa legal. A degradação dos materiais arqueológicos. Fatores ambientais e antrópicos involucrados no deterioro dos materiais arqueológicos *in situ* e *ex situ*. Caracterização dos materiais arqueológicos, metodologias de conservação preventiva e curativa. A logística da prospecção e escavação arqueológica desde a ótica da conservação. Estudo aplicado dos procedimentos e técnicas concernentes à gestão do acervo arqueológico nos laboratórios,
museus e sítios arqueológicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MENDES, M. *et al.* (Org.). **Conservação: conceitos e práticas.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

CAMACHO, C. (Cord.). **Plano de Conservação Preventiva** – bases orientadoras, normas e procedimentos. Temas de Museologia. Instituto dos Museus e da Conservação. Ministério da Cultura: Lisboa, 2007

CASSMAN, V. Simbiosis entre la arqueología, conservación y museos. **Revista Chungara** [da] Universidad de Tarapacá, Arica, Chile, n° 23, p 93-109, dez1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LORÊDO, W. M. **Manual de conservação em arqueologia de campo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, Departamento de Proteção, 1994.

FRONER, Y. A. Conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: ética, conceitos e critérios. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia,** São Paulo, 5: 291-301. 1995.

LACAYO, T. E. **Factores de alteración in situ: conservación preventiva de material arqueológico.** In: XV Simposio de Investigaciones Arqueológicas en Guatemala, 2001, p. 453- 457. Museo Nacional de Arqueología y Etnología, Guatemala, 2002.

Museums, libraries and archives council. **Conservação de Coleções – Museologia** (Roteiros Práticos, 9). São Paulo, Edusp. 2005.

6º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR **Origens e Evolução Humana**					**CÓDIGO** 10910126
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

- Estudar a história da Arqueologia pré-histórica: surgimento e desenvolvimento da problemática;
- Estudo da evolução biológica humana e do desenvolvimento cultural: biologia e tecnologia no Pleistoceno, ocupação humana do Velho Mundo; o Holoceno, condições climáticas, sedentarismo e ocupação da América.

EMENTA

Investigação do processo de formação das sociedades humanas, do processo de hominização ao povoamento Sapiens Sapiens no globo, com especial ênfase no povoamento das Américas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BINFORD, L. R. **En busca del pasado**. Barcelona: Ed. Crítica, 1994.

LEAKEY, R. **A origem da espécie humana**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

LEWIN, R. **Evolução humana**. São Paulo: Atheneu, 1999.

MITHEN, Steven. **Depois do gelo:** uma história humana global 20000-5000Ac. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHAMPION, T.; GAMBLE, C.; SHENNAN, S.; WHITTLE, A. **Prehistoria de Europa**. Barcelona: Crítica, 1996.

CAVALLI-SFORZA, L. L. **Genes, povos e línguas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FIEDEL, S. **Prehistoria de América**. Barcelona: Editorial Crítica, 1996.

FOLEY, R. **Os humanos antes da humanidade**: uma perspectiva evolucionista. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

GAMBLE, C. **Las sociedades paleolíticas de Europa**. Barcelona: Editorial Ariel, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR **Prática de Laboratório II**					**CÓDIGO** 10910049
CARGA HORÁRIA: **Horas: 60** **Créditos: 4**	**Distribuição de créditos**				
	T	**E**	**P** **4**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:

- Introduzir aos princípios e técnicas específicas de análise do material arqueológico em laboratório.

Específico:

- Desenvolver análises e interpretações de objetos, considerando os sistemas catalográficos, tipológicos, formas de desenhos científicos e outras medidas necessárias ao domínio prático do estudo laboratorial histórico.

EMENTA

Introdução aos princípios e técnicas específicas de análise do material arqueológico histórico em laboratório, envolvendo procedimentos de análise técnico-tipológica e análise físico-química. Classificação e caracterização tipológica dos materiais; desenho arqueológico, manual e eletrônico; análise microscópica; aplicações de métodos e técnicas de análise quantitativa e qualitativa; aplicação de métodos de geoprocessamento baseados no SIG (GIS); métodos de datação relativa e absoluta.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGOSTINI, Camila. Panelas e paneleiras de São Sebastião: um núcleo produtor e a dinâmica social e simbólica de sua produção nos séculos XIX e XX. **Vestígios** – Revista Latino- Americana de Arqueologia Histórica. Vol. 4, nº 2. 2010. pp. 125-144.

LIMA, Tania Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro , v. 2, n. 3, p. 44-94, Feb. 1996.

SYMANSKI, Luís Claudio Pereira. Bebidas, panacéias, garrafas e copos. **Revista de Arqueologia**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 71-86, jun. 1998.

TOCCHETTO, Fernanda B.; SYMANSKI, Luis C. P.; OSÓRIO, S. R.; OLIVEIRA, A. T. D.; CAPPELLETTI, A. M. **A Faiança Fina em Porto Alegre**: vestígios arqueológicos de uma cidade. Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, Porto Alegre, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SOUZA, Rafael de Abreu e. A epidemia do branco e a assepsia das louças na São Paulo da Belle Époque. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, n.4, out.-dez. 2012, p.1139-1153.

GORDENSTEIN, Samuel Lira. Formas profanas, conteúdos divinos. A história de garrafas oitocentistas de um porão em Salvador da Bahia. **Vestígios**-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v. 10, n. 2, p. 103-131, 2016.

ZANETTINI, Paulo Eduardo; CAMARGO, P. B. **Cacos e mais cacos de vidro**: o que fazer com eles. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 1999.

MOURA, Herbert; ALLEN, Scott J. O gosto do barro: memória culinária e morfologia das cerâmicas utilitárias de Pernambuco. **Vestígios**-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v. 9, n. 2, p. 9-32, 2015.

SCHÁVELZON, Daniel. **Catálogo de Cerámicas Históricas de Buenos Aires** (siglos XVI-XX). Con notas sobre la región del Río de la Plata. Buenos Aires, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR **Arqueologia Indígena Brasileira 2**					**CÓDIGO** 10910127
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
	T	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Horas: 60 **Créditos: 4**	**4**				

OBJETIVO

Geral: Discutir crítica da história da arqueologia indígena, com ênfase em sociedades desenvolvidas a partir do holocenomédio nas terras baixas sul-americanas.

Específicos:

- Estudo de sociedades indígenas de caçadores-coletores antigos nas terras baixas sul- americanas; estudo de sociedades de grupos horticultores nas terras baixas sul-americanas; estudo da relação entre diferentes sociedades indígenas nas terras baixas sul-americanas e suas relações com paisagens transformadas desde o holoceno médio.

EMENTA

Estudo e discussão do processo de ocupação das sociedades indígenas desde tempos pré- coloniais nas terras baixas sul-americanas, especialmente na porção meridional do Brasil e região platina abordando as diversas teorias e renovação do conhecimento científico na área, relacionando os modelos explicativos para as sociedades regionais aos seus fundamentos epistemológicos na teoria arqueológica (identificação e caracterização das escolas arqueológicas e suas influências). Buscar-se-á entender processos de conformação de paisagens e ambientes construídos como elementos materiais que denotam a complexidade dos conhecimentos tecnológicos de transformação do mundo pelas sociedades indígenas, a fim de discutir as relações entre humanos e o mundo não-humano e dar vazão à discussão sobre a velha dicotomia natureza e cultura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GASPAR, Madu. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

KERN, Arno. A. (Org.). **Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

BONOMO, Mariano. **Historia Prehispánica de Entre Ríos**. Buenos Aires: Fundación de Historia Natural Félix de Azara; Universidad Maimónides, 2012.

DURÁN, Alicia eBRACCO,Roberto.**Arqueología de las Tierras Bajas**. Comisión Nacional de Arqueología-MEC, Montevideo, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COPÉ, Silvia Moehlecke. A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro. **Estud. av.**, Abr 2015, vol.29, no.83, p.149-171.

DEBLASIS, Paulo.; KNEIP, Angela.; SCHELL-YBERT, Rita.; GIANNINI, P. C.; GASPAR, M. D. Sambaquis e Paisagem. Dinâmica Naturale Arqueologia Regional no Litoral Sul do Brasil. **Arqueologia Suramericana**. V. 3.nº 1. p.29-61, , jan. 2007.

NOELLI, Francisco. S**.** A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas – 1872/2000. **Revista da USP**. São Paulo: USP. nº 44, p. 218-269, 1999-2000.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. A pré-história e os verdadeiros colonizadores. Cuiabá: Archaeo/Carlini & Caniato Editorial, 2019.

ROGGE, Jairo Henrique**.** Fenômenos de Fronteira. São Leopoldo: UNISINOS. **Pesquisas**, nº 62, 2005. pp. 73-95.

COMPONENTE CURRICULAR **Prática de Campo II**					**CÓDIGO** 10910045
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 4	**4**				

OBJETIVO

Geral:

- Introduzir aos princípios e técnicas gerais da prática de campo em arqueologia.

Específico:

- Compreender , elaborar teórica e logisticamente e efetivamente o realizar da prática de intervenção direta sobre o sítio, desde as sondagens e até escavações em áreas amplas, com os devidos cuidados na salvaguarda do patrimônio arqueológico.

EMENTA

Introdução aos princípios e técnicas gerais da prática de campo em arqueologia, discutindo e estudando a fundamentação teórica e os aspectos pragmáticos das diferentes fases e procedimentos de intervenção do trabalho arqueológico (escavação, salvamento, acompanhamento/monitoramento), abordando as diferentes fases de preparo e execução de uma escavação arqueológica, incluindo o manuseio de ferramentas e equipamentos, bem como os aspectos administrativos que envolvem a logística de campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia.** São Paulo: Ed. Contexto, 2003

RAMBELLI, G. **Arqueologia até debaixo d'água**. São Paulo: Ed. Maranta, 2002.

TRIGGER, B. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Ed. Odysseus, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEBLASIS, P.; MORALES, W. F. Analisando sistemas de Assentamento em âmbito local: uma experiência com *full-coverage survey* no Bairro da Serra. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.** v. 5. São Paulo: USP, p.125-143, 1995.

DIAS, A. S. **Sistemas de Assentamento e Estilo Tecnológico:** Uma Proposta Interpretativa para a Ocupação Pré-Colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. São Paulo: USP. (Tese de doutorado), 2003.

MILHEIRA, R. G. **Arqueologia Guarani na Laguna dos Patos e Serra do Sudeste.** Pelotas/RS: Ed. UFPEL, 2014.

MORAIS, J. L. A. Arqueologia e o fator Geo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo: USP, p. 3-22, 1999.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. A pré-história e os verdadeiros colonizadores. Cuiabá: Archaeo/Carlini & Caniato Editorial, 2019.

7º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR **Trabalho de Conclusão de Curso 1 (TCC 1)**					**CÓDIGO** 10910157
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
OBJETIVO Criar o projeto do trabalho de conclusão de curso e iniciar a pesquisa					
EMENTA Produzir o projeto de trabalho de conclusão de curso, que reflita a competência metodológica do/da discente na compreensão de determinado problema científico de arqueologia.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1981 ECO, Humberto. **Como se faz uma tese.** Em ciências humanas. 13ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2007 GOMES, Denise Maria Cavalcante. Metodologia da pesquisa arqueológica: uma introdução. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 8, p. 513-516, 2013					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). **Cadernos de Campo** (São Paulo – 1991), 15(14-15), 339-352, 2006 SILVA, Fabíola Andréa. Arqueologia e prática etnográfica: diferentes aproximações e temas de pesquisa. **Habitus**, v. 20, n. 2, p. 273-276, 2022 SILVA, Sergio Baptista da. Metodologias e arqueologia pré-colonial no Brasil: implicações epistemológicas e teóricas. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 184–198, 2023.					

8º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR **Trabalho de Conclusão de Curso 2 (TCC 2)**					**CÓDIGO** 10910158
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
OBJETIVO Realizar o trabalho de pesquisa de conclusão de curso e produzir o texto final do TCC					
EMENTA Produzir o trabalho de conclusão de curso que reflita a competência metodológica do/da discente na compreensão de determinado problema científico de arqueologia.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). **Cadernos de Campo** (São Paulo – 1991), 15(14-15), 339-352, 2006 SILVA, Fabíola Andréa. Arqueologia e prática etnográfica: diferentes aproximações e temas de pesquisa. **Habitus**, v. 20, n. 2, p. 273-276, 2022 SILVA, Sergio Baptista da. Metodologias e arqueologia pré-colonial no Brasil: implicações epistemológicas e teóricas. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 184–198, 2023.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1981					

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese.** Em ciências humanas. 13ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2007
GOMES, Denise Maria Cavalcante. Metodologia da pesquisa arqueológica: uma introdução. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 8, p. 513-516, 2013

QUADRO 7: CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

COMPONENTE CURRICULAR **Antropologia da Alimentação**					**CÓDIGO** 10910027
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
OBJETIVO Geral: - Apresentar a alimentação como linguagem. Específicos: - Oferecer uma introdução a perspectivas teórico-metodológicas de análise de sistemas simbólicos; - Subsidiar projetos, análises e reflexões pertinentes a temas associados aos saberes e práticas da alimentação					
EMENTA Estudo de teorias e abordagens pertinentes à prática da investigação antropológica dos fenômenos socioculturais relacionados à alimentação.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976. FLANDRIN, J; MONTANARI, M. (Dir.). **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DE CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2002. DA MATTA, R. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. **O Correio da Unesco**, v. 15, n. 7. Rio de Janeiro, 1987. FREITAS, M. C. S. **Agonia da fome**. Salvador: Editora da UFBA, 2003. MINTZ, S. W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.16, n.47, p.31-41, 2001. SIMMEL, G. Sociologia da refeição. **Estudos Históricos**, n. 33. Rio de Janeiro, 2004.					

COMPONENTE CURRICULAR **Antropologia da Religião II**					**CÓDIGO** 10910058
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:

- Estudar os/as autores/as e temas clássicos do pensamento antropológico e sociológico sobre a religião.

Específico:

- Analisar o sentido e a formulação dos seus principais problemas e a presença atual das perspectivas.

EMENTA

Este curso visa a apresentar como a Antropologia, ciência comprometida com a compreensão da alteridade, encara a religião, esta marcada pela sua irredutibilidade às interpretações exteriores a ela. A Antropologia busca analisar a religião mais pela significação que esta produz através de sua simbologia, cosmologia e ritualização do que pelas "verdades" transcendentes que esta diz comportar. Nesse sentido, pode-se falar em uma área da Antropologia, a Antropologia da Religião. Dentro deste enfoque serão analisados temas centrais dessa disciplina, como: Mito, Rito e Magia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MALINOWSKI, B. **Magia, ciência e religião**. Lisboa: Edições 70, 1984.

LÉVI-STRAUSS, C. **Mito e significado**. Lisboa: Edições 70, 1980.

SAHLINS, Ml. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, C. (Org.). **Evolucionismo cultural.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

EVANS-PRITCHARD, E. E. A religião e os Antropólogos. **Religião e Sociedade**, v.13, n.1. Rio de Janeiro, 1986.

ORO, A. P. et al. (Org.). **A religião no espaço público:** atores e objetos. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

LOPES, J. R. **Festas e religiosidade popular:** estudos antropológicos sobre agenciamentos, reflexividades e fluxos identitários. Porto Alegre: CirKula, 2014.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR **Antropologia e Meio Ambiente**					**CÓDIGO** **10910059**
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:

- Expor algumas das perspectivas teóricas por meio das quais o debate sobre a relação sociedade-natureza se apresenta para as ciências sociais.

Específicos:

- Refletir sobre as distintas formas de percepção e apropriação da natureza, de acordo com a multiplicidade de lógicas culturais;
- Debater sobre o campo ambiental na sociedade contemporânea e seus conflitos a partir de uma perspectiva antropológica;
- Discutir sobre a relação entre saberes tradicionais, biodiversidade e sociedade de risco

EMENTA

Relações sociedade-natureza; a diversidade de perspectivas preservacionistas; o campo ambiental, suas problemáticas e conflitos;
a relação entre novas tecnologias e saberes tradicionais; problemática ambiental e sociedade de risco.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNHA, M. C. da. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica .**Estudos Avançados**, v.13, n.36. São Paulo, 1999.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudança de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALMEIDA, A. W. B.. **Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA/UFAM, 2006.

FOLADORI, G.; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Mana**, v.10, n.2. Rio de Janeiro, 2004.

RIBEIRO, G. L.. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. In:_____. **Cultura e política no mundo contemporâneo**. Brasília: Editora da UnB, 2000.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia UnB**, n. 322. Brasília, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR **Arqueobotânica**					**CÓDIGO** 10910144
CARGA HORÁRIA: **Horas: 60** **Créditos: 4**	**Distribuição de créditos**				
	T **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Familiarizar os estudantes com a natureza e características dos materiais florísticos que ocorrem em sítios arqueológicos e compreensão da sua importância do seu estudo no âmbito da reconstituição do funcionamento das respectivas comunidades e reconstituição das características do ambiente envolvente capacitando o aluno a interpretar os resultados de análises arqueobotânicas e correlacioná-los com o contexto cultural no qual os dados se originaram

Dar noções sobre metodologias de estudo de vestígios vegetais como fonte de informações para reconstituição paleoambiental: pólen, fitólitos, madeiras, frutos, sementes e carvões.

EMENTA

Introdução a conceitos fundamentais de ecologia, ecossistemas vegetais e etnobotânica: subsídios à interpretação de dados arqueobotânicos; Metodologias de coleta e conservação de vestígios arqueobotânicos durante a escavação arqueológica; Paisagem; Interpretação do registro arqueobotânico em relação aos contextos deposicionais e culturais. Vestígios vegetais como fonte de informações para reconstituição paleoambiental: pólen, fitólitos, madeiras, frutos, sementes e carvões. Métodos de resgate e amostragem de vestígios botânicos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SCHEEL-YBERT, R.; KLÖKLER, D.; GASPAR, M. D. & FIGUTI, L. Proposta de amostragem padronizada para macro-vestígios bioarqueológicos: antracologia, arqueobotânica, zooarqueologia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 15(16), 139-163, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINCAUZE, D. F. **Environmental Archaeology. Principles and Practice.** Cambridge. Cambridge. University Press. 2000.
PEARSALL, D.; Paleoethnobotany. 2008. **Paleoethnobotany - A handbook of procedures.** 7ª ed. San Diego. Academic Pres. 700p.
RAVEN, P.H.; EVERT, R.F. & CURTIS, H. 2001. **Biologia vegetal**. 7ª ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 724p.
TEIXEIRA, C. & PAIS, J., **Introdução à paleobotânica**. As grandes fases da evolução dos vegetais, Lisboa, Ed. Autores, 1976 , 210 pp.
VIDAL, W.N.; VIDAL, M.R.R.1995. **Botânica organografia**. Viçosa. Universidade Federal de Viçosa. 114p.
SCHIFFER, M. B. **Formation processes of the archaeological record**. Albuquerque: University of
New Mexico Press, 1987.

COMPONENTE CURRICULAR					CÓDIGO
Arqueologia Amazônica					10910142
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 4	**4**				

OBJETIVO

Conhecer os principais debates teóricos presentes nas pesquisas arqueológicas desenvolvidas na Amazônia desde o século XIX;
Abordar a bibliografia clássica sobre a ocupação na Amazônia, bem como trabalhos recentes de revisão da arqueologia nesta região;
Apresentar um panorama histórico e cultural das ocupações indígenas na região, desde o final do Pleistoceno até o período colonial.

EMENTA

História da Arqueologia na Amazônia; Tendências teóricas na Arqueologia da Amazônia; Caçadores-coletores no final do Pleistoceno e início do Holoceno; Caçadores-coletores no Holoceno médio e tardio; Os sambaquis amazônicos e o início da produção cerâmica; Complexos e horizontes cerâmicos; Evidências de manejo e agricultura; Construções de estruturas em terra: montículos, estruturas defensivas, geoglifos, campos elevados de cultivo; As expansões na Amazônia: os povos de matriz cultural Arawak, Tupi e Karib; A diversidade
cultural amazônica contemporânea..

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LATHRAP, D. **El Alto Amazonas**. Lima: Chataro Editores, 2010.
MEGGERS, B. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
ROOSEVELT, Anna. C. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, Manoela C. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992. 53-86p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. **Arqueologia Amazônica 1**. Belém: MPEG, IPHAN, SECULT, 2010.
MEGGERS, B. **Arqueologia Amazônica 2**. Belém: MPEG, IPHAN, SECULT, 2010. FAUSTO, C. **Os índios antes do Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
GOMES, D. M. C. **Cerâmica arqueológica da Amazônia. Vasilhas da Coleção Tapajônica MAE–USP**. São Paulo: Edusp/FAPESP/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
SCHAAN, D. **A cultura Marajoara**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2009.
ROSTAIN, E. **Amazonía:** Memórias de las conferencias magistrales del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica. Quito: Ekseption Publicidad, 2014

COMPONENTE CURRICULAR **Arqueologia Clássica**					**CÓDIGO** 10910077
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:

- Estudar as sociedades do Mediterrâneo antigo a partir da cultura material, dos sítios arqueológicos e da literatura de referência.

Específico:

- Apresentar a história da arqueologia clássica, suas escolas e discussões teóricas.

EMENTA

Estudo da arqueologia das sociedades do Mediterrâneo antigo (civilizações egéias, etruscos, gregos, romanos, etc.), por meio da cultura material e dos sítios arqueológicos, enfocando a história da disciplina, as reflexões teóricas contemporâneas e o diálogo com as evidências literárias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CERQUEIRA, F. V.; NOBRE, C. K.; POZZER, K. M. P. (Ed.). **Fronteiras e etnicidade no mundo antigo.** Pelotas: Editora e Gráfica da UFPEL; Canoas: Editora da ULBRA, 2005.

FUNARI, P. P. A.; PÉRES-SANCHES, D.; SILVA, G. J. da. (Org.) **Arqueología e Historia del mundo antigo:** contribuciones brasileñas y españolas. BAR International Series, Oxford: Archeopress, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOARDMAN, J. **Athenian red figure vases**: the classical period. Londres: Thames and Hudson, 1995.

_____. **Les vases athéniens à figures noires.** Paris: Thames & Hudson, 1996.

ROBERTSON, D. S. **Arquitetura grega e romana.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NODGRASS, A. **Homero e os artistas.** São Paulo: Odysseus, 2004.

SILVA, G. J. da. **História antiga e usos do passado:** um estudo e apropriações da antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944). São Paulo: Annablume, 2007.

CLASSICA (São Paulo): **Revista Brasileira de Estudos Clássicos** /Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos. https://revista.classica.org.br/classica

COMPONENTE CURRICULAR					CÓDIGO
Arqueologia da Morte					10910143
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 4	**4**				

OBJETIVO

Debater temas como: Morte e complexidade social desde o processualismo; - A morte e os pós-modernos; A morte e a perspectiva marxista

EMENTA

Conhecer o tratamento dos restos funerários através da história da Arqueologia. Analisar as diferentes linhas de investigação que permitem esse estudo. Revisar as diferentes metodologias de trabalho nas diferentes posturas teóricas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Da-Gloria, Pedro, Neves, Walter Alves, & Hubbe, Mark. História das pesquisas bioarqueológicas em Lagoa Santa, Minas Gerais, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, *12*(3), 919- 936. 2017 https://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000300014

Strauss, André. Os padrões de sepultamento do sítio arqueológico Lapa do Santo (Holoceno Inicial, Brasil). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas,** *11*(1), 243-276. 2016 https://dx.doi.org/10.1590/1981.81222016000100013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Balaguer, Paz, Ma Inês Fregeiro, Camila Oliart, Cristina Rihuete y ElenaSintes Indicadores de actividad física y cargas laborales en el esqueletohumano. Posibilidades y limtaciones para el estúdio del trabajo y suorganización social en sociedades extintas. En Primer Congreso de Análisisfuncional en España y Portugal, 2001 Barcelona. Editado por Ignacio Clemente, Roberto Risch y Juan Gibaja, pp.97-108. **BAR Internacional Series**, Archaeopress. Oxford. 2002

Binford, Lewis. Mortuary Practices: Their Study and their potential. En:**An Archaeological Perspective.** Pp. 209-243. Seminar Press. New York. Chapman, Robert. Archaeologies of Complexity. Routledege. New York 1972

BUIKSTRA, J.. Mortuary practices, paleodemography andpaleopatology: a case study form Koster Site (Illinois), **The Archaeology ofDeath:** 106-123, 1981 Chapman, Kinnes y randsborg (Eds.), Cambridge UniversityPress, Cambridge. 2003

LAMBERT, P.; BILLMAN, B. ; BANKS, L. Explaning Variability inmutilated human bone assemblages from the American Southwest: A case ofstudy form the southern piedmont of sleeping Ute Mountain, Colorado",**International Journal of Osteoarchaeology,** 10: 49-64. 2000

TAINTER, J.. Mortuary Practices and the Study of Prehistoric Socialsystems. Advances in **Archaeological Mehod and Theory,** Vol. I, M. B. Schiffer(Ed.), Academic Press, New York. 1978

UCKO, P. Ethnography and archaeological interpretation of funeraryremains. **World Archaeology,** 1:262-280, 1969.

VIGNATTI, M. A. "Censo oseo de paquetes funerarios de origen Guaraní", **Revista del Museo de La Plata,** T II: 1-11, La Plata. 1941

COMPONENTE CURRICULAR					CÓDIGO
Arqueologia da Paisagem					10910145
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 4	**4**				

OBJETIVO

Analisar e discutir as abordagens teórico-metodológicas que tratam da relação dos grupos humanos e o espaço.

EMENTA

Conceito de sítio arqueológico e não-sítio. A discussão sobre as concepções de paisagem, espaço, lugar e território. A paisagem, culturalmente determinada, como objeto de análise da Arqueologia. A interpretação do significado da paisagem. A paisagem como produto humano. A paisagem como agente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira, Arqueologia da paisagem urbana: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 64, p 99-130 ago.2016

Corteletti, R., & DeBlasis, P. (2018). Arqueologia Jê do Sul do Brasil: ambiente, sistema, poder e experiência na paisagem de Urubici, Santa Satarina. **Revista Memorare**, *5*(2), 132-164. doi:http://dx.doi.org/10.19177/memorare.v5e22018132-164

SOUSA, Ana Cristina. **Arqueologia da Paisagem e a Potencialidade Interpretativa dos Espaços Sociais.** Habitus. Goiânia, v.3, n.2, p.291-300, jul-dez. 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANSCHUETZ, K.; WILSHUSEN, R. & SCHEICK. Una arqueología de los paisajes: perspectivas y tendencias. **Journal of archaeological research**, v. 9, n. 2, p. 152-197, 2001.

BALÉE, William. Historical Ecology: premises and postulates. **Advances in Historical Ecology**. New York: Columbia University Press, p. 13-29.1998.

BICHO, Nuno. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BINFORD, L. R. The Archaeology of place. **Journal of Anthropological Archaeology**, n. 1, p. 5-31, 1982.

DENEVAN, William. **Cultivated landscapes of native Amazonia and the Andes**. Oxford:Oxford Press, (Geografical and Enviromental Studies).2000.

GONZALES, Ricardo. Una disciplina denominada Arqueología del Paisaje. **ACyT Apuntes de Ciencia y Tecnología**, n. 20, p. 1577-6794, 2006.

MENESES, U. T. B. A paisagem como fato cultural. In: YÁSIGI, E. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

VILLAFANEZ, Emilio Alejandro. Entre la geografía y la arqueología: el espacio como objeto y representación. **Rev. geogr. Norte Gd.** [online] n. 50, p. 135-150, 2011.

ASHMORE, W.; KNAPP, B. **Archaeologies of Landscape:** contemporary perspectives. Massachussets and Oxford: Blackwell, 1999.

CRIADO BOADO, F.; PARCERO, C. (Ed). Landscape, archaeology, heritage. **TAPA**, 2, 1997.

WAGSTAFF, J. M. (Ed.). **Landscape & Culture. Geographical & Archaeological Perspectives**. New York: Blackwel, 1987.

COMPONENTE CURRICULAR **Arqueologia dos povos Jê do sul do Brasil**					**CÓDIGO** 10910146
CARGA HORÁRIA: **Horas: 60** **Créditos: 4**	**Distribuição de créditos**				
	T **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

1. Apresentar um panorama recente da arqueologia dos povos Jê do Sul do Brasil;
2. Apresentar novas metodologias interdisciplinares de pesquisa e os avanços realizados por essas abordagens;
3. Discutir as recentes interpretações construídas para temas como: a emergência da complexidade social, territorialidade, manejo da floresta de araucária, construção de paisagem, arquitetura pública, vida na aldeia e rituais funerários.

EMENTA

Desde a retomada das pesquisas da arqueologia dos povos Jê do Sul do Brasil, em meados dos anos 90, um grande obstáculo para o entendimento sobre o surgimento e a transformação das suas paisagens é o conhecimento fragmentado de como essas sociedades eram organizadas - tanto a nível regional e local. Da mesma forma, a escassez de pesquisa paleoecológica na maioria das áreas, a baixa resolução cronológica e a falta de integração com sequências culturais conhecidas, impedia a investigação do papel potencial que a ação humana pode ter desempenhado na formação dessas paisagens, bem como o legado do uso dessas terras dentro
dos ecossistemas atuais..

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACHADO, Juliana S. Arqueologias Indígenas, os Laklãnõ Xokleng e os objetos do pensar. **Revista de Arqueologia,** SAB, v.30, n1, 89-119. 2017

NOELLI, Francisco S.; SOUZA, Jonas G. **.**Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.,** Belém, v. 12, n. 1, p. 57-84, jan.-abr. 2017

ROBINSON, Mark; SOUZA, Jonas G.; MAEZUMI, Yoshi S.; CARDENAS, Macarena L.; PESSENDA, Luis; PRUFER, Keith; CORTELETTI, Rafael; SCUNDERLICK, Deisi; DEBLASIS, Paulo, MAYLE, Francis; IRIARTE, José. Uncoupling human and climate drivers of late Holocene vegetation change in southern Brazil. **Scientific Reports – Nature**, v.8, p.7800. London: Springer-Nature, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IRIARTE, José, GILLAM, J. Christopher, & MAROZZI, Oscar. Monumentos funerarios y festejos rituales: complejos de recintos y túmulos Taquara/Itararé en Eldorado, Misiones (Argentina). **Arqueologia Iberoamericana** 6 (2010), 25–38.2010.

FONSECA, Jidean R.. **O Conhecimento dos Sábios sobre a cerâmica na Terra Indígena Xokleng/Laklãnõ**. TCC – Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, UFSC **2015**

SOUZA, Jonas G., CORTELETTI, Rafael, ROBINSON, Mark, & IRIARTE, José. The genesis of monuments: Resisting outsiders in the contested landscapes of southern Brazil. **Journal of Anthropological Archaeology** 41: 196-212. 2016.

TSCHUCAMBANG, Copacãm. **Artefatos Arqueológicos no Território Laklãnõ/Xokleng- SC.** TCC – Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, UFSC ,2015.

COMPONENTE CURRICULAR **Arqueologia Pré-colombiana**					**CÓDIGO** 10910079
CARGA HORÁRIA: **Horas: 60** **Créditos: 4**	**Distribuição de créditos**				
	T **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:

- Estudar a diversidade social e pluralidade cultural das sociedades pré-colombianas.

Específico:

- Apresentar processos de hominização e de ocupação pré-histórica da América

EMENTA

Caracterização da diversidade social e pluralidade cultural das sociedades pré-colombianas, enfatizando notadamente os processos de hominização e de ocupação pré-histórica da América.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, L. M.; NOELLI, F. S. A persistência da teoria da degeneração e do colonialismo nos fundamentos da Arqueologia brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 14, n. 4. Rio de Janeiro, 2007.

MEGGERS, B. G. **América pré-histórica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

NEVES, W. A.; PILÓ, L. B.. **O povo de Luzia**: em busca dos primeiros americanos. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

REVISTA DA USP, v. 34 **(Dossiê Surgimento do Homem na América)**. São Paulo, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, L. M. (Org.). Arqueologia Amazônica: História e Identidades. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 4, n. 1. Belém, 2009.

NEVES, E. G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

PROUS, A. **O Brasil antes dos brasileiros**: a pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

ARCURI, M. M. Tribos, Cacicados ou Estados? A dualidade e centralização da chefia na organização social da América pré-colombina. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 17, p. 305-320, 2007.

SCHAAN, D. P. São Tartarugas até lá Embaixo! Cultura, Simbolismo e espacialidade na Amazônia pré-Colombiana. **Revista de Arqueología Americana**, p. 99-124, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR					CÓDIGO
Arte Rupestre					10910147
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60	**T**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
Créditos: 4	**4**				

OBJETIVO

Introduzir à linha de pesquisa em arte rupestre; teoria e prática na Arqueologia Rupestre

EMENTA

Estudo de gravuras, pinturas; estilo; contexto; cronologia; datação direta; Simbolismo; Semiótica; etnografia da Arte rupestre e ressignificação Indígena; introdução ás Técnicas de Registro Visual .

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JORGE, Marcos; PROUS, André Ribeiro, Loredana (2007) Brasil Rupestre, Arte Pré-histórica Brasileira. Zencrane Livros, Curitiba, PR.

PESSIS, Anne-Marie, (2004) Imagens da Pré-história, Ed, Universitária, UFPE, Recife.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Martin, Gabriela . **Pré-História do Nordeste do Brasil**.- ed Universitária, UFPE, Recife. 1999

Pereira, Edithe. **Arte Rupestre na Amazônia** – Pará – Belém: Museu Emílio Goeldi; São Paulo:UNESP. 2003

Pereira, Edithe. Arte Rupestre e Cultura Material na Amazônia Brasileira. In PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (org.) **Arqueologia Amazônica 1**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém. pp. 259-284. 2010

Vidal, L. (org.) **Grafismo Indígena**. São Paulo, Studio Nobel, FAPESP, EDUSP, SP. 1992

Anne-Marie Pessis . Do estudo das gravuras rupestres pré-históricas no Nordeste do Brasil. **CLIO arqueológica,** n.15, vol. 1. p. 29 – 44. 2002

_____ Identidade e classificação dos registros rupestres pré-históricos do Nordeste do Brasil. **CLIO série arqueológica** n.8. Ed. Universitária, UFPE, Recife. 1992

<table>
<tr><td colspan="4">COMPONENTE CURRICULAR

Etnobotânica</td><td colspan="2">CÓDIGO

10910148</td></tr>
<tr><td colspan="3">CARGA HORÁRIA:

Horas: 60

Créditos: 4</td><td colspan="3">Distribuição de créditos

<table><tr><td>T
2</td><td>E</td><td>P
2</td><td>EAD</td><td>EXT</td></tr></table></td></tr>
<tr><td colspan="6">OBJETIVO

Conhecer a importância da utilização dos recursos vegetais pelas comunidades. Conhecer os distintos usos das espécies vegetais e as estratégias de manejo para o uso sustentável. As distintas relações entre as populações e as plantas. Os cuidados éticos e legais na pesquisa etnobotânica.</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA

Conceitos gerais na etnobotânica. Legislação nacional. Ética na pesquisa etnobotânica. Conceito nomenclaturais (gênero, espécie, variedade). Classificação binomial. Nomes científicos versus nomes vulgares. O funcionamento de um herbário institucional. A elaboração de herbários. Métodos de coleta de plantas. Domesticação. Categorias de usos. Propriedade intelectual das informações populares. Plantas bioativas. Manejo, Comercialização e Conservação.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Aloisio Cabalzar...[et al.]. Manual de etnobotânica: plantas, artefatos e conhecimentos indígenas. São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM:Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), 2017.
Rita Maria Heck; Márcia Vaz Ribeiro & Rosa Lía Barbieri. (Org.). Plantas medicinais do Bioma Pampa no cuidado em saúde. Santa Maria: Parques Gráficos da Pallotti, 2017.
Marene Machado Marchi; Rosa Lía Barbieri. (Org.). Cores e formas no Bioma Pampa: gramíneas ornamentais nativas. Santa Maria: Parques Gráficos da Pallotti, 2015</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Albuquerque, U.P. 2005. Introdução à Etnobotânica. 2ª ed. Rio de Janeiro, Interciência. Coradin L. et. al. Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro – Região Sul /Brasília: MMA, 2011. 934p.
Oliveira F. C. et. al. Avanços nas pesquisas etnobotânicas no Brasil. Acta bot. bras. 23(2): 590- 605. 2009.</td></tr>
</table>

COMPONENTE CURRICULAR **Teorias Feministas**					**CÓDIGO** 10910149
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Os objetivos da disciplina são estimular uma sensibilidade interseccional e um engajamento descolonial com a pesquisa acadêmica, instrumentalizando projetos de pesquisa para lidar com gênero, raça, sexualidade e classe.

EMENTA

A disciplina apresenta o campo dos estudos e políticas feministas no Brasil e no mundo com foco em abordagens contemporâneas, sobretudo os feminismos descoloniais, indígenas, negro, LGBTQ+ e queer.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

hooks, bell. Ensinando a transgredir – a educação como prática libertadora. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa. **São Paulo: Editora Elefante**, 2017.

LOURO, Guacira Lopes (org.) *O Corpo Educado*: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte/ MG: Autêntica, 1999.

SARTI, Cintia A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35, jan. 2004. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200003/7860

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, p.7-41, 1995. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773

HOOKS, B.; BRAH, A.; SANDOVAL, C.; ANZALDÚA, G. (Org.). **Otras inapropriables**: feminismos desde las fronteras, Madrid, Traficantes de Sueños, 2004.

GONTIJO, Fabiano de S.; SCHAAN, Denise Pahl. Sexualidade e Teoria Queer. **Revista de Arqueologia**, v. 30, n. 2, p. 51-70, 2017.

WYLIE, Alison. Os que conhecem, conhecem bem: teoria do ponto de vista e arqueologia de gênero. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 13-38, june 2017.

COMPONENTE CURRICULAR **Etnologia Ameríndia II**					**CÓDIGO** 10910066
CARGA HORÁRIA: **Horas: 60** **Créditos: 4**	**Distribuição de créditos**				
	T **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:

- Apresentação dos grupos étnicos, seus sistemas de pensamentos, seus territórios vinculados às bacias hidrográficas do rio Negro, rio Amazonas, rio Araguaia, rio Tocantins, rio Xingu, Oceano Atlântico.

Específicos:

-Debater sua origem, relações interétnicas, hibridismo, formação do estado nacional.

EMENTA

Estudos teóricos e etnográficos de diversos temas acerca dos ameríndios amazônicos, xinguanos, Tupi-Guarani, Jê.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CUNHA, M. C. da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Fapesp/SMC; Companhia das Letras, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NIMUENDAJÚ, C. **MAPA etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

OLIVEIRA FILHO, J. P. **O nosso governo**: os ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. 3. ed. São Paulo: E.P.U. :EDUSP, 1974.

PISSOLATO, Elizabeth**.** Mobilidade, multilocalidade, organização social e cosmologia: a experiência de grupos Mbya- Guarani no sudeste brasileiro *In* **Tellus**, ano 4, n. 6, p. 65-78, abr. 2004, Campo Grande, MS. Disponível em: http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/79

COMPONENTE CURRICULAR **Etnologia Ameríndia III**					**CÓDIGO** 10910067
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:

- Apresentação dos grupos étnicos, seus sistemas de pensamentos, seus territórios vinculados ao Caribe, florestas amazônicas, Andes, Oceano Pacífico, Chaco, Terra do Fogo. Específico:
- Discutir sobre origem, relações interétnicas, hibridismo, formação dos estados nacionais.

EMENTA

Estudo teórico e etnográfico de diversos temas referentes aos ameríndios que habitam na América do Sul.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LÉVI-STRAUSS, C. **Do mel às cinzas.** São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

RIBEIRO, D. **As Américas e a civilização:** processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASTOS, S. **Na rota dos arqueólogos da Amazônia: 13 mil anos de selva habitada.** Teresópolis: Família Bastos Editora, 2015.

CUNHA, M. C. da. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac & Naify, 2014.

MELIÀ, B.; NAGEL, L. M. **Guaranies y jesuitas en tiempo de las misiones:** una bibliografía didáctica. Santo Ângelo: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus Erechim, 1995.

NOVAES, S. C. **Habitações indígenas**. São Paulo: Edusp, 1983.

DESCOLA, Philippe. Além de natureza e cultura. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 7-33, jan./jun. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/5620

COMPONENTE CURRICULAR **Geoarqueologia**					**CÓDIGO** 10910150
CARGA HORÁRIA: **Horas: 60** **Créditos: 4**	**Distribuição de créditos**				
	T **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:

- Conhecer as rochas básicas existentes no Brasil, os processos de formação, clivagens e quebras antrópicas que possibilitam reconhecer o uso humano destas.

Específico:

- Estudar impactos ambientais e legislação ambiental: geoarqueologia, histórico e conceito; Geologia costeira: métodos, técnicas e modelos evolutivos; Formação geológica das planícies litorâneas do sul do Brasil; ss culturas arqueológicas e as estratégias de ocupação do ecossistema.

EMENTA

Estudos sobre a Terra: origem, estrutura e composição. Discussão sobre tectônica de placas, o ciclo geológico e a dinâmica dos processos naturais da Terra, Minerais e rochas. Estudos dos conceitos e princípios do Tempo Geológico, Ciclo hidrogeológico, Geologia e o meio ambiente, Geologia e atividade antrópica. Noções de ecologia, Ciclos Biogeoquímicos, ambientes geológicos e ecossistemas. Geoarqueologia, origens e conceitos. Geologia, Geomorfologia.
Sedimentologia costeira. Biogeografia das restingas e florestas ombrófilas densas. Flutuação dos níveis marinhos e formação do sistema Patos-Mirim. Análises sobre Impactos ambientais, Legislação mineral e ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUERRA, A.; GUERRA, A. J. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006. 648p.

HARRIS, E. **Princípios de estratigrafia arqueológica.** Barcelona: Crítica, 1991, 227p. MONROE, J. S.; WICANDER, R. **Fundamentos de Geologia**. São Paulo: Cengage, 2009.

PRESS, F,; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T. H. **Para entender a terra.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología: teorías, métodos y práctica.**Madrid: Akal, 2007.

Routledge, 1995.

SOUZA, C. L.; SUGUIO, K., OLIVEIRA, A. M. et al. (Orgs.) Quaternário do Brasil. Ribeirão Preto: Holos, 2005.

TEIXEIRA, W. et. al. (Org.). **Decifrando a terra.** São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

VILLWOCK, J. A.; TOMAZZELI, L. J. Geologia costeira do Rio Grande do Sul, **Notas técnicas**, Porto Alegre, n. 8, p. 1-45 p, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AR BRITO, I. A. M. **Geologia Histórica.** Uberlândia: Editora da EDUFU, 2001.

LUNINE, J. I. **Earth, evolution of a habitable world.** Ed. Cambridge, 1999.

MENEGAT, R. (Coord.). **Atlas ambiental de Porto Alegre.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

STANLEY, S. M. **Earth System History.** USA: W. H. Freeman, 2008.

SUGUIO, K. **Geologia Sedimentar.** São Paulo: Edgard Blucher, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR **Imaginário e Memória**					**CÓDIGO** 10910068
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:

- Estudo das noções de pessoa, indivíduo, memória, duração, narrativa, imaginário, pensamento simbólico.

Específico:

- Debater acerca das representações das apropriações simbólicas realizadas pelos coletivos contemporâneos.

EMENTA

Interpretação acerca das representações das apropriações simbólicas realizadas pelos coletivos contemporâneos, através das noções de imaginário, memória, duração, sociabilidade, narrativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BACHELARD, G. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes,1988.

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução à arquetipologia geral. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DURAND, G. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1988.

_____. **O imaginário**. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

LÉVI-STRAUSS, C. **Mito e significado**. Lisboa: Edições 70, 1979.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa** (Tomo I, II, III). Campinas: Papirus, 1994.

COMPONENTE CURRICULAR **Língua Brasileira de Sinais I**					**CÓDIGO** 2000084
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:

- Desenvolver e introduzir elementos de LIBRAS que possibilitem dar continuidade à construção de habilidade e desempenho na comunicação em Língua Brasileira de Sinais.

Específicos:

- Propiciar diálogos com estruturas afirmativas, negativas e interrogativas.

EMENTA

Uma introdução à língua de Sinais, uma comunicação visual, com sua gramática. Alfabeto manual. Diálogos com estruturas afirmativas, negativas e interrogativas. Expressões de quantificação e intensidade – adjetivação. Descrição. Narrativa básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMORIM, S. L. **Comunicando a liberdade**: a língua das mãos. Florianópolis: 2000. CAPOVILLA, F. C. **Diccionario trilingue de LIBRAS**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2001.
FELIPE, T. A. **Integração social e educação dos surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOPES, M. C. Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez, um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
FERNANDES, E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: ArTmed, 2003.
KARNOPP, L. Literatura surda. In: **Educação temática digital**, Campinas, v.7, n.2, jun. 2006.
PEREIRA. M. C. C. Papel da língua de sinais na aquisição da escrita por alunos surdos. In: LODI, A C. B. **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
LACERDA, C. B. F. Um pouco de história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos Cedes**, ano XIX, Campinas, nº 46, setembro de 1998.

COMPONENTE CURRICULAR Musealização da Arqueologia e da Antropologia					CÓDIGO 10910048
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:

- Discutir os princípios e as potencialidades dos processos de musealização aplicados ao patrimônio arqueológico e antropológico.

Específicos:

- Discutir as problemáticas inerentes à exposição de materiais arqueológicos e antropológicos no que se refere à degradação dos mesmos por agentes ambientais e pela ação humana;
- Apresentar os procedimentos museológicos de salvaguarda e comunicação das coleções arqueológicas e antropológicas.

EMENTA

Estudo dos processos de curadoria, gestão e políticas de representação de coleções arqueológicas e antropológicas em museus. Discussão dos princípios e potencialidades dos processos de musealização aplicados à Arqueologia e à Antropologia, seus limites e reciprocidades com a Arqueologia Pública e a Antropologia Aplicada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MILDER, S.E.S. (Org.). **As várias faces do Patrimônio** Santa Maria: LEPA/UFSM, 2006.

BRUNO, M.C.O. Museologia: algumas idéias para a sua Organização disciplinar. **Cadernos de Sociomuseologia** *(9).* Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 1996.

_____. Arqueologia e Antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. In **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Rio de Janeiro, n.31,2005.

_____. Museus de arqueologia: uma história de conquistadores, de abandono, de mudança. In **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.6, 1996..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRUNO, M.C.O.Definição de Curadoria: os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. In **Cadernos de Diretrizes 2 – Mediação em Museus: Curadorias, Exposições e Ação Educativa,** Belo Horizonte: SUM, 2008.

COSTA, E. P. **Princípios básicos da museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus /Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

DESVALLÉS, A.; MAIRESSE, F. (Ed.) **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: ICOM, 2014.

SALADINO, A.; COSTA, C.A.S.; MENDONÇA, E. C. A césar o que é de césar: o patrimônio arqueológico nas organizações formais do Brasil. **LAP Revista de Arqueologia Pública,** n.8, dezembro 2013.

LIMA, T. A. (Org.) **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Nº 33, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR **Oficina de Imagem e Som em Antropologia**					**CÓDIGO** 10910053
CARGA HORÁRIA: **Horas: 60** **Créditos: 4**	**Distribuição de créditos**				
	T	**E**	**P** 4	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:

-Capacitar técnica e teoricamente para utilização básica de recursos imagéticos no desenvolvimento de pesquisas antropológicas.

Específica:

- Incentivar o desenvolvimento de pesquisas antropológicas sobre ou através da imagem, do som e/ou do audiovisual.

EMENTA

Iniciação à instrumentalização para o desenvolvimento de pesquisas antropológicas sobre ou através da imagem, do som e/ou do audiovisual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GURAN, M. **Documentação fotográfica e pesquisa científica.** Notas e Reflexões. s/l; s/e; 2012. Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/doc_foto_pq.versao_final_27_dez.pdf

Conversas com MacDougall (2007), de C. Pompeia e L. Cezar. **Série Trajetórias**. LISA/USP. Disponível em: http://www.lisa.usp.br/producao/paginasvideos/macdougall.html

CAFFÉ, C.; HIKIJI, R. S. G. **Lá do Leste**: uma etnografia audiovisual compartilhada. São Paulo: Humanitas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

O cinema documentário, por Bill Nichols (VIDEO-AULA). Disponível em: https://www.inarra.com.br/video-aulas

Revista GIS/ USP - Gesto Imagem e Som. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/gis *Conversas com Catarina Alves Costa* (2007) (vídeo). Direção de Nadja Marin e Rose Satiko. **Série Trajetórias**. LISA/USPDisponível em: https://vimeo.com/32313567

ROCHA, E. “Deus me livre de cantar essas coisas”. **Iluminuras**. Vol. 11, n. 25.

Jean Rouch: subvertendo fronteiras . (vídeo). Direção de Ana Lúcia Ferraz, Edgar Teodoro da Cunha, Paula Morgado e Renato Sztutmann. 2000 Disponível em: https://vimeo.com/26333579

COMPONENTE CURRICULAR **Populações Sambaquieiras no Litoral do Brasil**					**CÓDIGO** 10910151
CARGA HORÁRIA: **Horas: 60** **Créditos: 4**	**Distribuição de créditos**				
	T **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Introduzir aos temas: História da pesquisa em Sambaqui; Ocupação do litoral brasileiro; Noções sobre evolução costeira Holocênica e sua relação com os Sambaquis; Compreensão dos sítios e vestígios arqueológicos presentes no litoral brasileiro. Estudar e entender os sambaquis litorâneos no Brasil com enfoque no litoral sul brasileiro.

EMENTA

Os sítios arqueológicos costeiros relacionados às populações pescadoras coletoras dos sambaquis serão abordados em seu contexto continental. Há uma série de adaptações costeiras nos diferentes ambientes de inserção que compõem os contornos das três Américas e, recentemente, as principais discussões sobre o povoamento americano trouxeram estes sítios para o cerne da pesquisa arqueológica. É necessário situar a arqueologia dos sambaquis do Brasil Meridional neste cenário, avaliando o papel dos sítios na rota de dispersão das populações indígenas pretéritas, bem como os diferentes contextos culturais associados aos sítios regionalmente, dando lugar a estudos detalhados em nível local no intuito de formar um mapa claro das transformações das estratégia adaptativas e escolhas culturais materializadas no
conteúdo dos sítios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GASPAR, M. D. Sambaqui: **Arqueologia do Litoral Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

GASPAR, M. Aspectos da organização social de pescadores-coletores: região compreendida entre a Ilha Grande e o delta do Paraíba do Sul, Rio de Janeiro. **Pesquisas, Antropologia** n. 59, 163 p., 2003.

LIMA, T. (1999-2000). Em Busca dos Frutos do Mar: Os Pescadores-Coletores do Litoral Centro-Sul do Brasil. **Revista USP** (44), 270-327p.

NEVES, W. Paleogenética dos grupos pré-históricos do litoral sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina). **Pesquisas, Antropologia**, n. 43, 176 p. 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEBLASIS, P. A.; KNEIP, A.; SCHEEL-YBERT, R. et al. Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral sul do Brasil. **Arqueología Suramericana**, v. 3, n.1, 29- 61, 2007.

FIGUTI, L. O homem pré-histórico, o molusco e o sambaqui: considerações sobre a subsistência dos povos sambaquianos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. v. 3: 1993, p. 67-80.

FISH, S.; BLASIS, P; GASPAR, M. D. et al. Eventos incrementais na construção de sambaquis, litoral sul do Estado de Santa Catarina. **Revista do MAE**, n. 10, p. 67-87. 2000.

ORQUERA, L. A. El Consumo de Moluscos por Los Canoeros del Extremo Sur. *In*: **Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología** XXIV. Buenos Aires, 1999.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. A pré-história e os verdadeiros colonizadores. Cuiabá: Archaeo/Carlini & Caniato Editorial, 2019.

COMPONENTE CURRICULAR **Prática de Campo 3**					**CÓDIGO** 10910152
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T**	**E**	**P** 4	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Geral:

- Aprofundar métodos e técnicas gerais das práticas de campo em arqueologia.

EMENTA

A disciplina prima pro aprofundar métodos e técnicas das práticas de campo em arqueologia, tais como a escavação, salvamento, acompanhamento/monitoramento de sítios arqueológicos. Serão abordados diferentes etapas das intervenções arqueológicas em campo, incluindo o manuseio de ferramentas e equipamentos. Também serão tratados de temas administrativos que envolvem a logística de campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia.** São Paulo: Ed. Contexto, 2003

RAMBELLI, G. **Arqueologia até debaixo d'água**. São Paulo: Ed. Maranta, 2002.

TRIGGER, B. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Ed. Odysseus, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEBLASIS, P.; MORALES, W. F. Analisando sistemas de Assentamento em âmbito local: uma experiência com *full-coverage survey* no Bairro da Serra. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.** v. 5. São Paulo: USP, p.125-143, 1995.

DIAS, A. S. **Sistemas de Assentamento e Estilo Tecnológico: Uma Proposta Interpretativa para a Ocupação Pré-Colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul**. São Paulo: USP. (Tese de doutorado), 2003.

MILHEIRA, R. G. **Arqueologia Guarani na Laguna dos Patos e Serra do Sudeste.** Pelotas/RS: Ed. UFPEL, 2014.

MORAIS, J. L. A. Arqueologia e o fator Geo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo: USP, p. 3-22, 1999.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. A pré-história e os verdadeiros colonizadores. Cuiabá: Archaeo/Carlini & Caniato Editorial, 2019.

COMPONENTE CURRICULAR Tecnologia em Arqueologia					CÓDIGO 10910153
CARGA HORÁRIA: **Horas: 60** **Créditos: 4**	**Distribuição de créditos**				
	T **2**	**E**	**P** **2**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Introduzir teoria e método de análise material, desenho técnico e análise gráfica dos utensílios e objetos líticos e cerâmicos indígenas.

EMENTA

A discilpina proposta abrange as análises tecnológicas da cultura material indígena, especialmente, cerâmicas e líticas. As discussões teórico-metodológicas serão conduzidas a partir dos objetos/materiais arqueológicos em laboratório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

INIZAN, M.; REDURON-BALLINGER, M.; ROCHE, H.; TIXIER, J. 2019. **Tecnologia da Pedra Lascada**. Museu de História Natural e Jardim Botânico/UFMG. 217p.

LA SALVIA, F., BROCHADO, J. P. **Cerâmica Guarani.** Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROCHADO, J.; MONTICELLI, G. 1994. Regras práticas na reconstrução gráfica da cerâmica Guarani por comparação com vasilhas inteiras. **Estudos Ibero-Americanos**, 20(2):107-118.

HOELTZ, S. 2007. Contexto e Tecnologia: parâmetros para uma interpretação das indústrias líticas do sul do Brasil. IN: BUENO, L.; ISNARDIS, A. (Orgs.) **Das Pedras aos Homens: tecnologia lítica na arqueologia brasileira.** Belo Horizonte: Argumentum, 209-242p.

LAMING-EMPERAIRE, A. 1967. **Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul (Manuais de Arqueologia).** Curitiba: Centro de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná. 155p.

LEROI-GOURHAN, A. 1981. Terminologia da pedra e do osso. In: LEROI- GOURHAN, A. **A Pré-História.** São Paulo: Livraria Pioneira/USP. 218-247p.

PROUS, A. Os Artefatos Líticos, Elementos Descritivos Classificatórios. **Arquivos do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte, v.11, pp.1-90, 1986/1990.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología:** teorías, métodos y práctica**.** Madrid: Akal, 2007. Routledge, 1995.

COMPONENTE CURRICULAR **Seminário de Arqueologia I**					**CÓDIGO** 10910084
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
OBJETIVO Discutir temas de arqueologia indígena					
EMENTA Aprofundamento de estudos temáticos na área de Arqueologia Indígena.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA A bibliografia será informada oportunamente pelo/a professor/a encarregado/a pelo seminário, de acordo com os estudos temáticos a serem desenvolvidos.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR A bibliografia será informada oportunamente pelo/a professor/a encarregado/a pelo seminário, de acordo com os estudos temáticos a serem desenvolvidos.					

COMPONENTE CURRICULAR **Seminário de Arqueologia II**					**CÓDIGO** 10910085
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
OBJETIVO Discutir temas de arqueologia histórica					
EMENTA Aprofundamento de estudos temáticos na área de Arqueologia Histórica.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA A bibliografia será informada oportunamente pelo/a professor/a encarregado/a pelo seminário, de acordo com os estudos temáticos a serem desenvolvidos.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR A bibliografia será informada oportunamente pelo/a professor/a encarregado/a pelo seminário, de acordo com os estudos temáticos a serem desenvolvidos.					

COMPONENTE CURRICULAR **Seminário de Arqueologia III**					**CÓDIGO** 10910086
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
OBJETIVO Discutir temas de Teoria Arqueológica					
EMENTA Aprofundamento de estudos temáticos em Teoria Arqueológica.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA A bibliografia será informada oportunamente pelo/a professor/a encarregado/a pelo seminário, de acordo com os estudos temáticos a serem desenvolvidos.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR A bibliografia será informada oportunamente pelo/a professor/a encarregado/a pelo seminário, de acordo com os estudos temáticos a serem desenvolvidos.					

COMPONENTE CURRICULAR **Seminário de Arqueologia IV**					**CÓDIGO** 10910108
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**
OBJETIVO Discutir temas de Arqueologia					
EMENTA Aprofundamento de estudos temáticos em Arqueologia.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA A bibliografia será informada oportunamente pelo/a professor/a encarregado/a pelo seminário, de acordo com os estudos temáticos a serem desenvolvidos.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR A bibliografia será informada oportunamente pelo/a professor/a encarregado/a pelo seminário, de acordo com os estudos temáticos a serem desenvolvidos.					

COMPONENTE CURRICULAR SIG Aplicado à Arqueologia					CÓDIGO 10910154
CARGA HORÁRIA:	**Distribuição de créditos**				
Horas: 60 **Créditos: 4**	**T** **4**	**E**	**P**	**EAD**	**EXT**

OBJETIVO

Manipular tecnologias SIG em atividades práticas e trabalhos em laboratório. Aplicar técnicas de SIG a problemas da Arqueologia da Paisagem.

EMENTA

Usos e aplicações do SIG. Principais tópicos: modelos, sistemas de coordenadas espaciais, coleta e gerenciamento de dados do campo ao laboratório, análise de terrenos, interpolação de dados. O uso de novas tecnologias provenientes das Geociências e Ciências Espaciais fornecem excelentes ferramentas para se trabalhar com coleta e analises de dados em sítios arqueológicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANDAO, P.C. et alli. Caracterização de geoambientes da floresta nacional do purus, Amazônia ocidental: uma contribuição ao plano de manejo. **Rev. Árvore** vol. 34 no.1 Viçosa Jan./Feb. 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHAPMAN, H. Landscape in Archaeology and GIS. Tempus Publishing. FRIEDMAN, R.A.; STEIN, J.R.; BLACKHORSE T. A **Study of a Pre-Columbian Irrigation System at Newcomb**, New Mexico, Journal of GIS in Archaeology, volume I, 2006
GRAIG, N.; ALDENDERFER, M. Preliminary Stages in the Development of a Real-Time Digital Data Recording System for Archaeological Excavation Using ArcView GIS 3.1. **Journal of GIS in Archaeology,** Volume I
EL-RABBANY, A. **Introduction to GPS**, GNSS. 2006
JOHNSON, I. WILSON, A. The TimeMap Project: Developing Time-Based GIS Display for Cultural Data Journal of GIS in Archaeology, Volume I
MEHRER, M.W.; WESCOTT, K.L. GIS and Archaeological Site Location Modeling
ZARIN, D.J. et alli **Landscape Change in Tidal Floodplains near the Mouth of the Amazon River**. Forest Ecology and Management 154:383-393/ 2001

4. METODOLOGIAS DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

4.1. METODOLOGIAS, RECURSOS E MATERIAIS DIDÁTICOS

As disciplinas integrantes da matriz curricular, bem como projetos e programas de pesquisa propostos, buscam desenvolver estratégias metodológicas que qualifiquem a prática pedagógica em concomitância às práticas e técnicas de pesquisa em Arqueologia. Para tal, propõem-se metodologias que estimulem o uso de equipamentos eletrônicos para investigação científica, o que instiga o questionamento, o planejamento, a busca e organização de informações no momento em que experenciam a pesquisa acadêmica. O currículo também contempla aulas práticas e saídas de campo, bem como aprendizagem junto aos laboratórios e as relações entre os próprios alunos e os professores. A inclusão de graduandos em projetos de pesquisa e extensão universitária também são permeados pela lógica ensino-aprendizagem sempre no intuito de desenvolver e aperfeiçoar a didática pedagógica.

No curso de Bacharelado em Arqueologia, o suporte dado pelo Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som (LEPPAIS), pelo Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA), pelo Núcleo de Etnologia Ameríndia (NETA), pelo Laboratório de Pesquisa e Ensino em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ), pelo Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR) pelo Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Cultura Material (LEICMA), Grupo de Estudos, Pesquisas e Ações em Arqueologia, Etnologia e Etno-história (GENTIS) e pelo Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA) é mais uma ação a ser mencionada. Destaca-se, nesse passo, a utilização, por parte do corpo docente e discente, dos acervos antropológicos, arqueológicos, imagéticos e sonoros como recursos didáticos e/ou desdobramentos das pesquisas para a realização de trabalhos de conclusão de curso.

4.2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

A avaliação é uma etapa importante do processo de formação discente, devendo garantir o desenvolvimento das suas competências profissionais. Ela é fundamental para diagnosticar questões relevantes, aferir resultados e identificar mudanças necessárias relacionadas a

problemas teórico-metodológicos.

Nas avaliações de ensino-aprendizagem deverão ser coibidos os usos de plágio, devendo a/o docente explicitarà/ao discente o quanto é grave este procedimento. Nenhuma forma de plágio ou transcrição indevida, isto é, cópia de frases de outras pessoas sem a devida e correta citação de cada obra e publicação utilizada deve ser permitida. A utilização de textos de terceiras/os sem a indicação de referência configura plágio. No desenvolvimento das atividades as/os professoras/es devem lembrar e cobrar que todas as referências dos trabalhos sejam obrigatoriamente indicadas conforme estabelecem as normas para realização de trabalhos acadêmicos da UFPEL.

Com o objetivo de construção do conhecimento intelectual e cognitivo, mais do que assimilação de conteúdos tradicionais, o Bacharelado em Arqueologia buscará fomentar na/o estudante as seguintes qualidades:

– capacidade de ouvir, olhar e expor suas idéias em sala de aula e espaços outros, a partir de parâmetros epistemológicos;
– aptidão para trabalhar em laboratório arqueológico e compor mapas culturais;
– criatividade em estruturar um projeto acadêmico com objetivo de realizar intervenções contextualizadas;
– efetivar a realização de pesquisa e/ou prática de campo arqueológica de modo a poder interpretar e estabelecer teorizações a partir dos dados coletados;
– elaboração de texto escrito sobre aspectos estudados;
– realização de uma reflexão imagética sobre aspectos estudados;
– realização de catálogos, inventários e exposições museológicas, procedendo à análise de acervo antropológico e/ou arqueológico.

Na avaliação de cada uma dessas atribuições, docentes devem seguir minimamente o que está estabelecido no Regimento Geral da UFPel, conforme os artigos 183, 184, 185, 186, 187 e 188 abaixo referidos:

“Art. 183 - A verificação do aproveitamento do aluno será realizada por disciplina, abrangendo aspectos de assiduidade e avaliação de conhecimentos.

Art. 184 - A aprovação em cada disciplina é apurada semestralmente e fica condicionada a freqüência do aluno pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das aulas teóricas e 75% (setenta e cinco por cento) das aulas práticas.

Art. 185 O aproveitamento será aferido em cada disciplina mediante a realização de pelo

menos 2 (duas) verificações com o mesmo peso, distribuídas ao longo do período, sem prejuízo de outras verificações de aula e trabalhos previstos no plano de ensino da disciplina.

Art. 186 - A média aritmética das verificações constitui a nota semestral, considerando-se aprovado o aluno que obtiver nota semestral igual ou superior a 7 (sete).

Parágrafo Único - Os graus atribuídos aos trabalhos escolares serão em número de O (zero) a 10 (dez), admitida a primeira decimal.

Art. 187 - Considerar-se-á definitivamente reprovado o aluno que obtiver, média semestral inferior a 3 (três).

Art. 188 - O aluno que obtiver média semestral inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 3,0 (três), submeter-se-á a um exame, versando sobre toda a matéria lecionada no período.

§ 1º - Considerar-se-á aprovado o aluno que, feito o referido exame, obtiver média igual ou superior a 5 (cinco), resultante da divisão por 2 (dois) da soma da nota semestral com a do exame.

§ 2º - O não comparecimento ao exame importará em atribuição ao aluno, de nota O (zero).”

4.3. APOIO AO DISCENTE

No processo de formação tendo em vista a diversidade tanto de educandas/os, técnicas/os e educadoras/es torna-se necessária a implementação de políticas de reconhecimento destas como de ações para a inclusão. A UFPel possui um setor para apoio neste sentido, a Coordenação de Inclusão e Diversidade, que estabelece políticas e diretrizes na consolidação de ações na comunidade universitária em relação às cotas no ingresso e permanência no ensino superior, em cursos de graduação e pós-graduação e às cotas no ingresso nos cargos de servidores da UFPel, conforme a legislação vigente.

As estratégias do curso se desenvolvem no sentido do acompanhamento dos grupos de estudantes cotistas efetivados pelas políticas de ação afirmativa, sendo que a Coordenação e o NDE apoiam os processos de levantamento de dados diversos e o incentivo de oferta de políticas institucionais e da sociedade em geral. A Coordenação e o NDE desenvolvem articuladamente com a CID ações para sensibilização e mobilização da comunidade universitária para a

convivência com as diversas realidades presentes na diversidade social (correlacionadas à gênero e sexualidade, à etnia, à tradição das culturas, e à vulnerabilidade socioeconômica) e consolida o cuidado e atuação no campo da acessibilidade física e psicológica das pessoas da Universidade, propiciando sua convivência integrada na comunidade universitária. A CID é composta pelo Núcleo de Gênero que desenvolve atividades relacionadas ao gerenciamento das questões relacionadas aos conflitos e integração entre multigêneros na universidade. E em apoio a isso a Coordenação, o Colegiado e o NDE, atuam na divulgação da cultura de grupos multigêneros compartilhando saberes e incentivando a discussão sobre as temáticas da sexualidade e identidade de gênero e discute e busca o cumprimento das políticas de gênero através do intercâmbio universitário das comunidades historicamente discriminadas por sua identidade de gênero. A diversidade de raça e etnia é foco integral do curso, e nesta linha de reconhecimento e inclusão da diversidade.

O curso identifica no NAI, Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, um parceiro junto com os setores da PRAE (ligados a inclusão) a capacidade de colaborar, elaborar, acompanhar e implementar, as políticas de Acessibilidade e Inclusão dos discentes que apresentam Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades ou Superdotação, colaborando para eliminar as barreiras pedagógicas, arquitetônicas, atitudinais, estruturais, de informação e comunicação, a fim de cumprir os requisitos legais nacionais e institucionais de acessibilidade e inclusão, efetivando a inclusão destes grupos ao Curso de Arqueologia.

5. GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O Bacharelado em Arqueologia será avaliado, tanto externamente — através do atendimento aos padrões de qualidade conforme disposto no art. 3°, inciso VIII, da Lei n° 10.861, de 14/04/2004 — quanto internamente — através de mecanismos do Colegiado do curso para acompanhamento profissional do egresso e da ampliação da inserção no mundo do trabalho na área de Arqueologia.

Com relação ao à avaliação interna, o Colegiado promoverá e incentivará pesquisas de avaliação junto a instituições públicas — secretarias municipais (por exemplo, Saúde,Fazenda, Cultura, Assistência Social, Educação), conselhos, autarquias, secretarias estaduais (Conselho Estadual dos Povos Indígenas, Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem), fundações, ministérios (Fundação Nacional do Índio, Fundação Nacional de Saúde, Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária, Petrobras, Ministério Público Federal, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) — e junto a instituições privadas (Organizações não Governamentais, associações, empresas) que venham absorver as/os egressas/os do Bacharelado em Arqueologia.

Da mesma forma, o Colegiado do Bacharelado em Arqueologia analisará os resultados obtidos por discentes e egressas/os, no exame Nacional de Cursos, além dos pareceres de outras comissões avaliadoras externas. O relatório final correspondente a essas etapas será encaminhado à apreciação da Pró-Reitoria de Ensino (PRE).

Prevendo uma formação continuada, o Bacharelado em Arqueologia realizará seminários, prevendo a participação de egressas/os, como organizadoras/es, palestrantes, ouvintes. Esse trabalho enfatizará o grau de satisfação das/os mesmas/os em relação às condições que o Curso lhes ofereceu e vem lhes proporcionando para o atendimento das exigências de sua prática profissional. O ingresso de ex-estudantes nos mestrados, tanto da UFPEL como de outras universidades, também será empregado como instrumento de avaliação do curso.

Tendo em vista a vinculação do corpo docente com instâncias associativas, como a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) e os futuros conselhos nacional e regionais da profissão, as tornarão parceiras no processo de acompanhamento da produção acadêmica e profissional de egressas/os do Bacharelado em Arqueologia através do intercâmbio de dados tendo a criação e a consolidação de novos cursos de Arqueologia no Brasil.

Por fim, esse Projeto Pedagógico disporá de uma Comissão Permanente de Acompanhamento, intitulada como Sistema Interno de Avaliação, integralmente composta pelo Núcleo Docente Estruturante, descrita adiante.

5.1. COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso de Arqueologia é o órgão responsável pela coordenação didática, e tem por finalidade superintender o ensino do curso. O Colegiado de Curso de Arqueologia é constituído por quatro doscentes do Curso de Arqueologia (entendida como área básica), um/a docente de cada um dos Demais Departamentos que compõem o Curso (entendida como área profissional) e um representante discente.

As atribuições do Colegiado de Curso são aquela atribuídas no Artigo 126, ítems I ao XIII estabelecidos no Regimento Geral da Universidade, bem como:

a) coordenar e supervisionar o curso;

b) elaborar ou rever o currículo, submetendo-o ao COCEPE;

c) aprovar o Plano de Ensino das disciplinas do curso;

d) aprovar a lista de ofertas das disciplinas do curso para cada período letivo;

e) propor aos Departamentos correspondentes os horários mais convenientes para as disciplinas de seu interesse;

f) estabelecer normas para o desempenho de professoras/es orientadoras/es;

g) receber reclamações e recursos na área de ensino;

h) emitir parecer sobre recursos ou representações de alunos sobre matéria didática;

i) apreciar os pedidos de transferência e estudar casos de equivalência de disciplinas de outras Universidades ou Unidades de Ensino para efeitos de transferência;

j) emitir parecer sobre os processos relativos a aproveitamento de estudos e adaptação, mediante requerimento de partes interessadas.

Compete à/ao Coordenadora/r do Curso:

a) presidir os trabalhos do Colegiado do Curso;

b) responder perante o COCEPE, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino do curso;

c) fiscalizar o cumprimento da legislação federal de ensino pertinente à área de Arqueologia;

d) solicitar às/aos chefes de Departamentos as providências necessárias ao regular funcionamento do curso;

e) receber e encaminhar os processos dirigidos ao Colegiado de Curso;

f) cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado de Curso.

5.2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Bacharelado em Arqueologia contará com a colaboração de um Núcleo Docente Estruturante (NDE), de caráter consultivo, propositivo e de assessoria sobre a matéria acadêmica, para acompanhamento do curso e co-responsabilidade pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do PPC, conforme Resolução COCEPE nº 22 de 19 de julho de 2018, que dispõe sobre as

diretrizes de funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas. O NDE do curso de Bacharelado em Arqueologia possui o seguinte regimento próprio:

REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

CAPÍTULO I

Das considerações preliminares

Art.1º. O presente Regulamento segue a Resolução COCEPE nº 22 de 19 de julho de 2018 do COCEPE – UFPEL , dessa forma, disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Bacharelado em Arqueologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.

Art.2º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pela concepção, avaliação e revisão do Projeto Político Pedagógico de Arqueologia e tem, por finalidade, a implantação do mesmo.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído de:

a) o Coordenador do Curso, como seu presidente;

b) por quatro membros do corpo docente do curso

Art.4º. A indicação dos representantes docentes será feita pelo Colegiado de Curso para um mandato de 2 (dois) anos, permitida1 (uma)recondução.

a) Na fase de implantação do curso (ou seja, enquanto não for formada nenhuma turma), o NDE será formado pela Comissão de Criação do Curso;
b) Na composição inicial do NDE, no primeiro mandato metade das/os membros deverão ser reconduzidas/os por mais um (01) ano, para assegurar a continuidade no processo de acompanhamento do Curso.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.5º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

a) Elaborar o Projeto Político Pedagógico definindo sua concepção e fundamentos;

b) estabelecer o perfil profissional da/o egressa/o do curso;

c) atualizar periodicamente o Projeto Político Pedagógico;

d) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;

e) supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;

f) analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;

g) promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;

h) acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

CAPÍTULO IV DAS

REUNIÕES

Art.6º. O Núcleo reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa da/o sua/eu Presidenta/e, 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de membros titulares.

Art 7º. As decisões do Núcleo serão referendadas por maioria absoluta de seus membros.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 8º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art 9º. O presente Regulamento entra em vigor após aprovação pelo Colegiado do Curso.

5.3. AVALIAÇÃO DO CURSO E DO CURRÍCULO

O Núcleo Docente Estruturante desempenhará a função de comissão interna de avaliação dos projetos pedagógicos do curso, com os seguintes objetivos:

1) Avaliar o processo de ensino e aprendizagem das/os discentes;
2) Acompanhar os encaminhamentos burocráticos do Projeto Pedagógico;
3) Coordenar a documentação de avaliação do Curso pelo MEC;
4) Receber a Comissão de avaliação do Curso pelo MEC.

6. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A realização de pesquisas junto às/aos egressas/os possibilitará um mapeamento das instituições públicas e privadas que prestam serviços à sociedade nas áreas de abrangência do Bacharelado em Arqueologia da UFPEL, bem como das atividades que desenvolvem, visando a obter um desenho do mundo do trabalho e de suas exigências. Por sua vez, a secretaria executiva do curso elaborará um banco de dados sobre as trajetórias acadêmicas e profissionais dos/as egressos/as, com isso subsidiando, inclusive, a memória e a história da Arqueologia no sul do Brasil.

Da mesma forma, o Colegiado do Bacharelado em Arqueologia analisará os resultados obtidos pelos/as discentes e egressos/as, no exame Nacional de Cursos, além dos pareceres de outras comissões avaliadoras externas. O relatório final correspondente a essas etapas será encaminhado à apreciação da Pró-Reitoria de Ensino (PRE).

7. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A UFPel apresenta uma política institucional que integra pesquisa, ensino e extensão, resguardadas as características e a autonomia de cada um de seus Cursos. A articulação entre pesquisa, atividades de ensino e extensão, possibilita a relação entre os campos curriculares está em sintonia com os princípios institucionais, sociais, pessoais, afetivos, cognitivos e com a legislação vigente. As/os docentes do Bacharelado em Arqueologia coordenam aproximadamente duas dezenas de projetos de pesquisa e de extensão vinculados ao Bacharelado em Arqueologia. De modo geral e quase por definição, a área de arqueologia é locus de produção de conhecimento de base para o ensino de história indígena, afrodescendente, educação ambiental e em direitos

humanos. Publicações arqueológicas têm fundamentado materiais didáticos usados no Ensino Básico, assim como as discussões transversais e interdisciplinares em Geografia, História, Museologia, Artes Visuais, etc. O Bacharelado em Arqueologia da UFPEL explorará suas pesquisas para potencializar o aprendizado e engajamento público por meio da curricularização da extensão. Assim, atividades pedagógicas, como cursos de capacitação de docentes de ensino fundamental e médio, produção de materiais paradidáticos e ações educativas em escolas comporão um dos eixos da curricularização da extensão do Bacharelado em Arqueologia.

8. INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS E COM A PÓS-GRADUAÇÃO

Os principais indicadores de integração com a pós-graduação e outros cursos são disciplinas e a interação entre estudantes de pós-graduação e de outros cursos nas atividades e projetos desenvolvidos nos laboratórios e núcleos de docentes do curso de Arqueologia e através da participação em eventos.

Docentes do Curso de Bacharelado em Arqueologia ministram disciplinas obrigatórias nos cursos de Bacharelado e Licenciatura em História, enquanto docentes dos Departamentos de História e Geografia ministram disciplinas obrigatórias no curso de Arqueologia. Ainda no que se refere à integração através de disciplinas, prática inovadora adotada pelo Departamento de Antropologia e Arqueologia nos últimos anos tem sido a oferta de disciplinas optativas mistas, que agregam estudantes da graduação e pós- graduação. Note-se, ainda, que estas disciplinas atraem estudantes de outros cursos, sobretudo de cursos das ciências humanas.

Outra evidencia da integração da graduação e pós graduação pode ser observada na ampla participação de discentes de ambas nos projetos de pesquisa, ensino e extensão, assim como as resultantes publicações e apresentações em eventos, nacionais e internacionais, que envolvem discentes da pós-graduação e da graduação. Conjuntamente, discentes participam da organização de eventos, da montagem de exposições, de programas de rádio, de trabalhos de campo coletivos. As atividades, projetos de extensão e de ensino e realização de oficinas e disciplinas práticas nos laboratórios e núcleos de pesquisa do curso (especialmente LÂMINA, LEICMA, LEPAARQ e LEPPAIS), eventualmente resultam na posterior fixação de estudantes de graduação de outros cursos e da pós-graduação nas equipes dos laboratórios.

Outra forma de integração com a pós-graduação vêm se dando por meio dos projetos de

extensão coordenados por docentes do curso. Por meio deles, estudantes de ambos os níveis (pós-graduação e graduação) convivem e trocam experiências de pesquisa e revisão bibliográfica sobre os temas tratados. O principal indicador de que essa integração vem tendo sucesso é o fato de discentes que integraram experiências em projetos de extensão terem ingressado no mestrado do PPGAnt. A publicação de trabalhos produzidos por docentes conjuntamente com estudantes de pós-graduação e de graduação é outro indicativo do êxito desta integração. Ademais, estudantes dos cursos de graduação e Pós- graduação são estimuladas/os a participar dos principais eventos das áreas de Antropologia e de Arqueologia realizados no Brasil e em outros países, especialmente os vizinhos, a exemplo dos congressos nacionais, internacionais e regionais promovidos pela SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira) e pela ABA (Associação Brasileira de Antropologia).

9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Esta perspectiva de ensino-aprendizagem depende efetivamente das possibilidades de efetivação das Tecnologias Educacionais, ligadas aos avanços tecnológicos e desafios emergentes. O ensino assim tratado evoca as relações com as demandas da sociedade da informação e um novo público de estudantes envolvidos em processos digitais. Os modelos educacionais dinâmicos, flexíveis, cooperativos, personalizados e interativos capacitam os/as educandos/as a desenvolverem-se como seres políticos, sociais e intelectuais, de uma forma livre e autônoma. O desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) força a inovações nos processos de ensinar e aprender. A integração de novas tecnologias no ensino permite aos/as docentes criar e recriar materiais de aprendizagem a partir de uma combinação de material multimídia interativo. A integração da aprendizagem digital com as TICs reduz a barreira do tempo e do espaço nas restrições dos modelos tradicionais de ensino, onde os/as educandos/as atuam em abordagens de aprendizagem mais ativas.

Os discentes e docentes do Curso de Bacharelado em Arqueologia possuem acesso às plataformas virtuais da UFPel onde é possível acessar diversas, bibliotecas, informações acadêmicas e notícias do Instituto de Ciências Humanas e/ou Departamento de Antropologia e Arqueologia, Curso de Bacharelado em Arquelogia. Nesse sentido, este local foi criado com o intuito

de facilitar aos discentes, docentes, técnicos administrativos, e, a comunidade em geral, o acesso à informação pertinente a rotina administrativa e acadêmica do Curso.

O Instituto de Ciências Humanas também oferece o acesso à internet por wi-fi em todos os espaços, permitindo acesso a informação de maneira global. Além disso, utiliza-se a biblioteca Pergamum, disponibilizando acervo físico e digital atualizado, somado a "Minha Biblioteca" também utilizada por acadêmicos e profissionais. O acesso aos periódicos CAPES também é disponibilizado através da página da Universidade e, por consequência, do Curso de Bracharelado em Arqueologia.

Desta forma, entende-se que há as condições institucionais de disponibilização das tecnologias para desenvolvimento de disciplinas e espaços de estudo no Curso de Bacharelado em Arqueologia, assim como os espaços didático-pedagógicos de utilização de tecnologias para o trabalho cotidiano, nos dois laboratórios de informática, e que são monitorados por bolsistas de um Projeto de Ensino vinculado ao Curso. Além disso, o Curso possui uma disciplinas "SIG Aplicado à Arqueologia" e que permite trabalhar com sites e softwares, entre outros recursos que incrementam a formação profissional do bacharel em Arqueologia, o que contribui no aprimoramento e desenvolvimento das atividades envolvidas no processo de ensino e aprendizagem do Curso e o domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação.

II - QUADRO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Nome	Formação	Função
Claudio Baptista Carle	doutor em História	Professor DE
Gustavo Peretti Wagner	doutor em História	Professor DE
Jaime Mujica Salles	doutor em Agronomia	Professor DE
Jorge Eremites de Oliveira	doutor em História	Professor DE
Loredana Marise Ricardo Ribeiro	doutora em Arqueologia	Professora DE
Lucio Menezes Ferreira	doutor em História	Professor DE
Rafael Corteletti	doutor em Arqueologia	Professor DE
Rafael Guedes Milheira	doutor em Arqueologia	Professor DE
Aluisio Gomes Alves	Mestre em Arqueologia	TAE 40h
Jorge Vianna	Bacharel em História	TAE 40h
Luciana Peixoto	Mestre em Memória e Patrimônio	TAE 40h
Thaise Thurow Schaun	Especialista em Ciências e Tecnologias na Educação	TAE 40h

III - INFRAESTRUTURA

O Colegiado do Curso de Arqueologia ocupará o espaço destinado atualmente à secretaria compartilhada dos cursos de Antropologia e História, que conta com computadores de mesa, impressoras e projetores multimídias disponíveis para uso em sala de aula, além de uma sala para reuniões do corpo docente. As aulas serão ministradas nas salas disponíveis nos prédios do Instituto de Ciências Humanas. O curso de graduação em Arqueologia será atendido por quatro núcleos/laboratórios, todos, à exceção do MUARAN, com espaço próprio, mobiliário e equipamentos. Todos os espaços a serem utilizados pelo Bacharelado em Arqueologia possuem recursos de informática. Tais instalações são adequadas para o início das atividades educativas da formação em arqueologia, incluindo aulas, atividades de pesquisa e extensão.

Laboratórios/núcleos

Segue descrição da infraestrutura físico-material já disponibilizada para o início das atividades do curso:

- LÂMINA (Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica): instalado em prédio de 3 andares com área de 160 m². Possui mobiliário (bancadas, mesas, cadeiras, bancos, armários, mapotecas, estantes, etc.), equipamentos de informática, materiais diversos de escavação e laboratório e outros equipamentos (1 estação total, 1 GPS de precisão, 1 GPS de navegação, 1 nível ótico).
- LEICMA (Laboratório de Estudos Interdisciplinares de Cultura Material): instalado em área de 55 m² com mobiliário (armários, mesas, cadeiras, estantes). Possui equipamentos de informática, 5 GPS de navegação, 3 câmeras fotográficas profissionais, uma estação total marca LEIKA, 1 escâner de mesa, 1 lupa trinocular.
- LEPAARQ (Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia): instalado em área de 170 m² com mobiliário (armários, mesas, cadeiras, estantes, bancadas, mapotecas), materiais diversos de escavação e laboratório, equipamentos de informática e outros equipamentos de uso em sala de aula e/ou campo e/ou laboratório (1 filmadora digital portátil, 2 projetores multimídia, 2 telas de projeção 98" c/tripé embutido, 1 câmera fotográfica digital, 1 microscópio biológico binocular com ótica, 1 Lupa Binocular 40x, 3 aparelhos de ar condicionado, 1 lupa microscópica portátil, 1 drone Phanton III Advanced, 4 GPS de navegação Garmin Etrex Legend, 15 suportes para cartazes. .
- RT-ICH/UFPel (Reserva Técnica de Arqueologia do ICH/UFPel) - Ambiente com cerca de 44m² que é utilizado para salvaguarda de coleções arqueológicas sob responsabilidade da UFPel, contando atualmente com mais de 120 acervos. A RT-ICH/UFPel é mantida pelo projeto *Endosso Institucional e Gestão da Reserva Técnica de Arqueologia* (código Cobalto 1712) e coordenada pelo Diretor do ICH. A gestão e curadoria dos acervos são realizadas no LEPAARQ. A RT foi recentemente equipada com a aquisição de centenas de caixas de polipropileno de diversos tamanhos para melhor adequação das coleções. Foi adquirido também um Datalogger AKSO-AK172 para controle de Temperatura e Umidade.
- MUARAN (Museu Arqueológico e Antropológico): sediado provisoriamente em sala de 35 m² cedida pelo LÂMINA, possui 4 TVs de LED 24", 2 desumidificadores, 1 balança eletrônica de

precisão, 2 luxímetros digitais, 1 condutivímetro, 3 contentores de 1000 litros com rodas, 1 clavulário em aço, 6 quadros de cortiça, 10 fones de ouvido com microfone.

- GEEUR – Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos: instalado em sala de 23 m2 com mobiliário (armário, estante, mesas, cadeiras) e equipamentos de informática (descritos no próximo item).
- LEAA/GEPAC – O Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais é vinculado aos Departamentos de Geografia e de Antropologia e Arqueologia, estando instalado em sala de 35 m2 com mobiliário (armários, mesas, cadeiras, estantes). O Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais/Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura dispõe de equipamentos de informática (descritos no próximo item) e outros equipamentos, conforme segue: 1 GPS, 4 câmeras fotográficas digitais, 1 filmadora, 4 gravadores de voz, 1 projetor, 1 escâner portátil, 1 tripé, 10 suportes para banners. O Leaa também abriga uma pequena biblioteca que, na área de Antropologia, em temas relacionados aos estudos rurais, da alimentação e do consumo, é composta por cerca de 200 livros.

- LEPPAIS – Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som: instalado em sala de 42 m2 com mobiliário (armários, estantes, bancadas, mesas, cadeiras), equipamentos de informática (descritos no próximo item) e outros equipamentos conforme segue: 2 filmadoras digitais MiniDV HDV Sony HVR-HD1000N, 2 filmadoras Samsung MiniDV SC-D385, 2 Filmadoras Digital Handycam Sony DCR-SX45, 2 gravadores digitais de voz, 1 Aparelho DVD player, 1 projetor multimídia, 2 câmeras fotográficas Olympus X-840, 1 tela de projeção 98” c/tripé embutido, 1 ar condicionado, 3 tripés Profissional Fotográfico em alumínio, 1 Conversor de áudio FastTrack Pro-M-Audio,
1 Gravador Audio Zoom H1, 1 Microfone Direcional Yoga HT-81, 1 Microfone Condensador Yoga EM-280, 1 Gravador e Leitor Blu-ray externo.
- NETA - Núcleo de Etnologia Ameríndia: instalado em sala de 29 m2 com mobiliário (armário, estantes, mesas, cadeiras), 1 Televisor colorido 29”, data show e equipamentos de informática.

Biblioteca

As nove bibliotecas integrantes do Sistema de Bibliotecas regido pela Coordenadoria de Bibliotecas (CBib/UFPel) localizam-se nas unidades acadêmicas e estão disponíveis à comunidade universitária, sendo que a Biblioteca de Ciências Sociais (BCS) é a mais acessada pelos integrantes do DAA e discentes. A BCS foi instalada em prédio novo, no Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, Artes e Linguagem (CEHUS), inaugurado em 2017. Dispõe de mais de 700m² para acervo; cerca de 145m² para periódicos; 76m² no espaço da entrada e empréstimo; 48m² de área de circulação, guarda volumes e recepção. O acervo da Biblioteca de Ciências Sociais (BCS) abrange as seguintes áreas do conhecimento: Educação, Ciência Política, Sociologia, Antropologia, Filosofia, História, Arqueologia, Geografia, Design (Gráfico e Digital), Artes Visuais, Arquitetura e Urbanismo, Museologia, Teatro, Música (Ciências Musicais, Composição, Flauta Transversal, Música popular, Piano, Violino, Violão, Canto), Dança, Pedagogia, Cinema (Audiovisual e Animação), Ciências Sociais, Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis.

Em termos de volume, a BCS acerva: Livros (27414 títulos, em 49256 exemplares; Livros eletrônicos (720 Títulos, 8044 e-books títulos); Periódicos (931 em 25041 exemplares); 52 obras raras em 61 exemplares; além de centenas de folhetos, teses, dissertações, TCCs, catálogos e gravações em vídeo, DVDs e CD- ROMs.

A política de atualização do acervo bibliográfico da UFPel obedece a prioridade de cada biblioteca e baseia-se nas listas de pedidos submetidas pelos docentes dos Departamentos das Unidades através dos editais do PROEQUIP. As solicitações apresentadas anualmente pelo Departamento de Antropologia e Arqueologia, surtiram efeito no que tange à área de Antropologia, com aquisição de 173 títulos (272 exemplares) em 2018, mas permanecem inexpressivas para a área de Arqueologia, em que houve a aquisição de apenas 2 exemplares – carência que tem sido suprida, ao longo dos anos, pela doação de livros feita pelos docentes do Programa.

A Biblioteca participa dos seguintes programas de informação nacional:

Portal CAPES - http://www.periodicos.capes.gov.br/; Portal da Pesquisa - www.portaldapesquisa.com.br; COMUT - www.ibict.br (biblioteca solicitante) ; BDTD -

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações http://bdtd.ibict.br/ Dentre os produtos gerados pela Biblioteca estão relatórios, estatísticas, boletins e informativos. Os serviços oferecidos são: Empréstimo domiciliar, Consulta local, Catalogação na fonte das Teses e Dissertações da UFPel e da Editora da UFPel, Comutação bibliográfica (COMUT),Acesso ao Portal da CAPES, Acesso ao Portal da Pesquisa, IBGE, Normatização de trabalhos técnicos científicos, Obras em reserva, Treinamento de uso da biblioteca, Orientação à pesquisa bibliográfica manual e automatizada(Base de Dados), Orientação à elaboração de referências, Disseminação Seletiva da Informação (SDI), Sistema de Bibliotecas da UFPel, Sistema de Gerenciamento de Acervo: Rede Pergamum, Repositório Institucional da UFPel, Minha Biblioteca, Facebook da Biblioteca, web site da biblioteca, web site do Sistema de Bibliotecas, Portal Periódicos da UFPel. A Biblioteca participa dos seguintes programas de informação: Pergamum Web –sistema de gerenciamento do acervo das bibliotecas, através do qual é possível consultar ocatálogo online, reservar materiais, fazer login para renovar materiais, consultar pendências,débitos, histórico de empréstimos e de pesquisas, salvar pesquisas, exportar referências eenviar pesquisas por e-mail.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Dante. La Arqueología en Bolivia: reflexiones sobre la disciplina a inicios del siglo XXI. **Arqueología Suramericana**, v.1, n. 2. Popayan (Colômbia): Universidad del Cauca, 2005. p. 185-211.

BEZERRA, Márcia. Bicho de nove cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 2, 2008. p. 139-154.

BRASIL. CN. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº.10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena.

BRASIL. CNE, **Resolução Nº 1 de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. CNE. **Resolução Nº 1 de 23 de janeiro 2012**. Dispõe sobre a implementação do regime de colaboração mediante Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE), como

instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação.

BRASIL. CNE. **Resolução Nº 2 de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

BRASIL. CNE. **Resolução. CP nº 2 de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

BRASIL. Congresso Federal. **Lei n 9.795 – de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental. Institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências.

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 49.529 de 12 de Dezembro de 1960**. Cria Universidade Rural do Sul e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Versa sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

BRASIL. **Decreto Nº 6.944 de 21 de agosto de 2009**. Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 60.731, de 19 de Maio de 1967**. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 7.824 de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 750 de 8 de agosto de 1969**. Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008. 6 p.

BRASIL. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei n° 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 1.134 de 10 de outubro de 2016**. Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa nº 18 de 11 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.

BRASIL. **Orientação Normativa Nº 7 de 30 de outubro de 2008**. Estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

DÍAZ-ANDREU, Margarita. **A world history of nineteenth Archaeology**: nationalism, colonialism, and the past. Oxford: Oxford U.P, 2007.

FERREIRA, Lucio Menezes. Entrecampos: Trajetórias na Antropologia e na Arqueologia. **Cadernos do LEPAARQ** (UFPEL), v. 13, n. 26, p. 289-302.

GNECCO, Cristobal. La indigenización delas Arqueologías nacionales. In: POLITIS, G.; PERETTI, R. (Org.). **Teoría arqueológica en América del Sur**. Olvarria: INCUAPA/UNICEN, 2004 p.115-129.

GOSDEN, Chris. **Anthropology and Archaeology**: a changing relationship. London: Routledge, 1999.

HABER, Alejandro. Supuestos teórico-metodológicos de la etapa formativa de la Arqueología de Catamarca (1875-1900). **Publicaciones Arqueología**, v. 47. Córdoba, 1994. p. 31-54.

INSTITUTO TÉCNICO DE PESQUISA E ASSESSORIA. **Banco de Dados Zona Sul**.
Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, 2014.

OIT/Organização Internacional do Trabalho. **CONVENÇÃO 169 sobre povos indígenas e tribais**. Brasília: OIT, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. III **Plano Diretor de Pelotas**. 2008. SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas-SP: Autores
Associados, 2007 (Coleção Memória da Educação)

SEDA, Paulo. A Graduação em Arqueologia da UERJ-Um Curso em Construção. **Revista Habitus**-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, v. 12, n. 2, p. 221-238, 2015.

SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA – SAB. Como se formam Arqueólogos no Brasil? **Jornal Arqueologia em Debate**, nº 3, junho de 2011. Disponível em http://www.jornal.sabnet.com.br/images/Jornal_Arqueologia_em_Debate_03.pdf

TRIGGER, B. G. **A History of Archaeological Thought**. Cambridge: Cambridge U.P., 1990.

UFPEL. COCEPE. **Resolução nº 06 de 18 de abril de 2013**. Dispõe sobre o Regulamento do Ensino de Graduação na UFPel. Dispõe sobre as diretrizes de funcionamento do. Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de. Pelotas.

UFPEL. COCEPE. **Resolução nº 14 de 28 de outubro de 2010**. Dispõe sobre o Regulamento do Ensino de Graduação na UFPel.

UFPEL. COCEPE. **Resolução nº 15 de 07 de maio de 2015**. Dispõe sobre a abertura de vagas específicas em curso de graduação da UFPel (Estudantes indígenas e quilombolas).

UFPEL. COCEPE. **Resolução nº 27 de 14 de setembro de 2017**. Aprova indicadores de qualidade para os projetos, programas e atividades de ensino a distância.

UFPEL. **Estatuto Da Fundação Universidade Federal De Pelotas**. 1969. UFPEL. **Projeto Pedagógico do Curso de Antropologia.** Pelotas, 2018.

UFPEL. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo.** Pelotas, 2016.

UFPEL. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História.** Pelotas, 2006. UFPEL. **Projeto Pedagógico do Curso de Museologia.** Pelotas, 2006.

UFPEL. PREC. **Guia de Integralização da Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas.** 02 de maio de 2019. 43p.

UNESCO. **Convenção de 14 de dezembro de 1960**. Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino.

ZANETTINI, Paulo; WICHERS, Camila A. de Moraes. Arqueologia Preventiva e o Ensino de Arqueologia no Brasil. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré- História e Antropologia**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 239-256, jun. 2015.